Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 75-152
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

A Banana na Economia da Madeira (1822-1929)

Banana in the Economy of Madeira (1822-1929)

Dinis Gouveia Pacheco[1]

Resumo

A banana constitui um fruto tropical que pode ser cultivado em latitudes superiores, como por exemplo em arquipélagos da zona geográfica da Macaronésia. As referências a plantas de bananeira na Madeira remontam há séculos, nomeadamente em jardins, mas os despachos de cachos de banana na Alfândega do Funchal iniciaram-se somente após o regresso da corte portuguesa a Lisboa, na década de 1820. As diferentes unidades usadas para registar este tráfico impossibilitaram uma análise mais precisa do desenvolvimento do comércio de banana da Madeira até às primeiras décadas do século XX. Com o fim do regime sacarino, o cultivo de bananeiras expandiu-se na Madeira e as técnicas de cultivo melhoraram, em resultado do investimento estrangeiro. Contudo, a diminuta área dedicada a esta cultura e os elevados custos de produção desinteressaram as grandes

[1] Mestre em História e Cultura das Regiões pela Universidade da Madeira com a tese *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*; docente de História na EBS/PE e Creche Dona Lucinda Andrade, em regime de mobilidade (requisição) nos anos letivos de 2022-2026 no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, da Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Investigou a indústria da cal no arquipélago da Madeira, tendo redigido o verbete «Núcleo Museológico – Rota da Cal» para o *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (disponível em http://tinyurl.com/2s3t7x7p) e publicado: 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2; 2022, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV--XVI», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4; 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», in *Islenha*, n.º 70; 2022, «Cal, indústria da», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores; e 2024, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XVII-XVIII» e «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6; 2024, *O Vinho (de finais do século XIX até à década de 70 do século XX)*, Coleção Madeira – Memórias Fotográficas, n.º 16, Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro; e 2025, «Os Empresários da Cal do Porto Santo durante a Ditadura Militar e o Estado Novo (1927-1974)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 7. Contacto: dinispax@gmail.com.

companhias que dominavam o comércio mundial de frutas. Assim, o circuito comercial foi controlado por intermediários e a menor competitividade do produto limitou a exportação, cujos mercados principais ficaram quase circunscritos ao território português e ao abastecimento de navios.

Palavras-chave: Banana; Bananeira; Intermediários; Exportação; Matalotagem; Fretes.

Abstract

Banana is a tropical fruit that can be grown at higher latitudes, such as in the archipelagos within the Macaronesia region. References to banana plants in Madeira date back centuries, particularly in gardens, but customs clearance of banana bunches began after the return of the Portuguese court to Lisbon in the 1820s. The different units used to record this trade make it impossible to accurately analyze the development of the Madeira's banana trade until the first decades of the 20th century. With the end of the sugarcane regime, banana cultivation expanded in Madeira, and cultivation techniques improved with foreign investment. However, the small area dedicated to this crop and the high production costs disinterested the large companies that dominated the global fruit trade. Thus, the commercial circuit was controlled by intermediaries and the lower competitiveness of the product limited exports, whose main markets were almost limited to Portuguese territory and the supply of ships.

Keywords: Banana; Banana Plant; Intermediaries; Export; Victuals; Freight.

Introdução

Considera-se a banana o único fruto tropical de preço relativamente acessível em zonas de clima temperado, e disponível no mercado durante todo o ano devido ao desenvolvimento das técnicas de cultivo e à disponibilidade de transportes[2]. O seu consumo milenar assumiu aspetos muito variados, considerando as variedades cultivadas e os hábitos culturais de muitos milhões de pessoas[3]. Todavia, o comércio mundial de bananas desencadeou-se apenas no último quartel do século XIX, associado ao cultivo em larga escala na América central de variedades de bananeiras

[2] CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 197: comparável apenas a citrinos e maçãs, apesar da maior variabilidade de preços.

[3] PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 23: a bananeira serviu de alimento desde tempos remotos. BATISTA e BATISTA, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, pp. 8-9.

de maior produtividade e resistência às condições de transporte[4]. O incremento dos rendimentos no mundo ocidental, decorrentes da industrialização e da economia global, estimulou o consumo de frutas, cujas propriedades e benefícios foram objeto de estudos e ampla divulgação.

As áreas agrícolas das ilhas da Madeira e do Porto Santo são bastante limitadas, por motivos de relevo e de clima. No que respeita à Madeira, apenas cerca de 28% das terras são agricultáveis; no Porto Santo, esse valor é ligeiramente superior, mas sem impacto na superfície total arquipelágica devido à menor área desta ilha[5]. Por este facto, a competição pelas melhores terras e pelo regadio condicionou o desenvolvimento de bananeirais, os quais não podiam ser dissociados das questões de acessibilidade e disponibilidade de condições adequadas à apanha, ao acondicionamento e ao transporte dos cachos para o mercado (Imagem n.º 1). Esta fruta atingia a maturidade no espaço de 280 a 340 dias, e podia ser consumida até 30 dias após o corte do cacho, desde que mantida em boas condições de armazenamento. À menor competitividade e volume de produção na Madeira, acresciam as deficientes infraestruturas rodoviárias e portuárias, por comparação, por exemplo, com o arquipélago das Canárias[6].

---

4 CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 28: a variedade Gros Michel propagou-se na América central a partir da Jamaica, por intermédio de empresas dos Estados Unidos da América. ANAIEF, 1990, *Livro Branco sobre o Mercado da Banana em Portugal*, pp. 2-3: a bananeira foi introduzida nas Canárias pelos portugueses, em 1402, e levada para a América, em 1516, mas o seu consumo em grande escala na América do Norte e na Europa iniciou-se no século XIX. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 78: a produção e comércio de banana em larga escala estão associados a investimentos em caminhos de ferro na América central. ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], pp. 2-3: a construção de linhas férreas e o transporte refrigerado foram determinantes para o desenvolvimento de bananais próximos aos portos naturais da América central.

5 RIBEIRO, 1985, *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX* […], p. 73: apenas se cultivou cerca de 1800 ha, competindo 66,1 ha à bananeira, isto é, 3,7% da superfície agrícola. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 613: ensaiou-se a bananeira no Porto Santo, mas não vingou devido à escassez de água e ventos constantes. CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 21-22. CÂMARA, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867-1967)», pp. 216-218: entre 1865 e 1958, a área de vinhas, canas-de-açúcar e bananeiras aumentou de 14% para 20% da superfície agrícola total na Madeira.

6 PONTE e RIBEIRO, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», s.p.: o ciclo médio de produção da bananeira nos Açores era superior a um ano. CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 263-264 e 271-275: a grande aspiração prendeu-se com a criação de um porto franco. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 212: registavam-se perdas significativas devido ao transporte e às operações de carga e descarga. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 218: apontou-se para 12-14 meses entre o desenvolvimento da planta e o corte do cacho de banana.

Imagem n.º 1 – Corsa de tração animal para transporte de cachos de banana protegidos por folhas de bananeira, na estrada Monumental (c. 1908)

Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's (MFM-AV), em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Perestrellos Photographos, n.º inv. 406.

Na Madeira, a introdução de plantas de bananeira remonta aos primeiros séculos da sua história, havendo referências escritas desde o século XVI. No entanto, o interesse pelo comércio de banana apenas se efetivou na década de 1820, após o regresso da corte portuguesa a Lisboa, que havia partido para o Brasil em 1807, na sequência das invasões napoleónicas. Porém, este fruto era consumido localmente e foi considerado na alimentação das tripulações dos navios que faziam escala no porto do Funchal.

O declínio dos lucros de comercialização do vinho da Madeira, na primeira metade do século XIX, e os flagelos que afetaram as vinhas, na segunda metade desta centúria, possibilitaram a reconversão de culturas, com particular destaque para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, devido à importância dos subprodutos,

designadamente a aguardente, o álcool e o açúcar[7]. Por disputarem os mesmos solos e a água de rega, os bananeirais não se conseguiram afirmar na segunda metade do século XIX, em contraponto com o sucedido em Canárias.

O grande incremento no comércio mundial de frutas perecíveis, entre as quais se incluem as bananas, ocorreu com o desenvolvimento da navegação a vapor e de compartimentos refrigerados ou a temperatura controlada, no último quartel do século XIX. Dependendo das espécies cultivadas, os métodos de empacar também foram determinantes para as bananas chegarem ao consumidor em melhores condições.

Os principais mercados para a banana localizavam-se no norte da América e na Europa, particularmente os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha, mas a escassa produção da Madeira e a distância condicionaram o escoamento para o continente europeu e o abastecimento de navios. Assim, a banana da Madeira destinava-se sobretudo a Portugal continental e à Grã-Bretanha, ainda que os maiores custos de produção e a concorrência das bananas das Canárias e da América central no terceiro quartel do século XIX, estimulassem também a diversificação de mercados. Nesta conjuntura, a menor competitividade comercial e a expansão da área de cultivo da cana sacarina resultaram num decréscimo da produção, a qual por vezes era insuficiente para abastecer o mercado local durante a I Guerra Mundial e no após-guerra. Só em meados da década de 1920 se voltou a investir nesta produção e retomaram-se os embarques de banana, concomitantemente à reconversão dos canaviais.

Os registos da Alfândega do Funchal, atualmente em depósito no Arquivo Nacional Torre do Tombo – até 1834 – e no Arquivo e Biblioteca da Madeira, em parte publicados pela Imprensa Nacional, sob diversos títulos entre 1843-1929[8], e em breves trechos no *Diário de Notícias*, constituem a base para este estudo sobre a banana da Madeira, apesar de apresentarem várias incongruências. As cifras recolhidas compreendiam diferentes designações e classificações para a banana, designadamente cachos, caixas, barris, caixões, gigos e, por vezes, kg. Além disso, a

---

[7] *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes* […], 1837, p. 27, Decreto de 5 de janeiro de 1837: visou «remover todo o obstaculo á renascente cultura das canas do Assucar na Ilha da Madeira, que com tanta vantagem póde ajudar a fazer face aos prejuizos soffridos por causa da decadencia dos Vinhos naquella Ilha». *Collecção Official da Legislação Portugueza* […], 1856, pp. 162-163, Lei de 7 de julho de 1855: isentou-se por três anos os direitos sobre a importação de maquinismos para processamento da cana-de-açúcar.

[8] *Comércio e Navegação*; *Commercio e Navegação*; *Estatística Comercial*; *Estatistica de Portugal*; *Estatistica Geral*; *Mappas Gerais*.

banana passou a integrar, nas décadas de 1880-1920[9], o conjunto de frutas verdes ou frutas frescas embarcadas no porto do Funchal, embora se ressalvasse que constituíam o grosso das remessas.

Este artigo representa a primeira parte de uma investigação que dedicamos à banana da Madeira. O nosso foco centrou-se nos embarques de banana para o mercado nacional, ou em matalotagem e exportação, e não tanto na produção e consumo local, ou até nas condições de cultivo, apesar das diversas referências na imprensa local, mas para os quais os valores presentes nas fontes pouco esclareceram. O próximo artigo terá por cerne cronológico o período do Estado Novo. Esta divisão tem por base as fontes disponíveis e a qualidade dos dados que conseguimos compulsar, sem esquecer os próprios critérios editoriais desta publicação periódica científica.

1. As Primeiras Referências a Plantas de Bananeira

A introdução de plantas de bananeira na ilha da Madeira ocorreu o mais tardar em meados do século XVI, constando por exemplo nos escritos de Nichols em 1552, embora esta referência não seja unanimemente acreditada, ao contrário do relato de Pompeo Arditi, em 1567[10]. Porém, relembre-se que os Portugueses introduziram a bananeira em Canárias, logo em 1402[11]. Afirmou-se ainda que estas plantas terão chegado à Madeira conjuntamente com outros tubérculos comestíveis e mão-de-obra escrava. A este respeito, Garcia de Orta referiu-se à produção de banana, um fruto assim designado na Guiné, em Cabo Verde, no Brasil, na América espanhola e até em Portugal. Tratar-se-ia da bananeira da terra, uma variedade da *Musa sapientum* caraterizada por frutos mais rijos e de menor sabor e aroma. Outra variedade, a bananeira anã – nome comum do cultivar Dwarf Cavendish –, foi cultivada com fins comerciais, tendo sido introduzida na Madeira e nas Canárias em meados do século

[9] *Collecção Official da Legislação Portugueza* […], 1879, p. 216, Decreto de 4 de setembro de 1879: as frutas frescas integravam a «Classe 11.ª Materias vegetaes diversas» da tabela de exportação.

[10] PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 610. ARAGÃO, 1981, *A Madeira Vista por Estrangeiros 1455-1700*, p. 130. PÉREZ MARRERO, 1993, «Antecedentes históricos e inícios da la explotación comercial del plátano», pp. 171-172. SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 119-120. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: era uma curiosidade botânica no século XVI. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 23-24: os espanhóis levaram a bananeira para a América. SILVA, 2018, «O Brotar do Jardim do Atlântico […]», pp. 21-22: atribuiu-se a Pompeo Arditi a primeira referência à bananeira na Madeira.

[11] ANAIEF, 1990, *Livro Branco sobre o Mercado da Banana em Portugal*, pp. 2-3. MARTÍN RUIZ *et al.*, 1991, *La Agricultura del Platano en las Islas Canarias* […], p. 17: a bananeira foi introduzida nas Canárias possivelmente pelos portugueses.

XIX, oriunda de Demerara ou da Guiana, mas com raízes no continente asiático (um híbrido que resultou do cruzamento da *Musa acuminata* Colla e da *Musa balbisiana*)[12]. Além destas variedades, cultivou-se a bananeira ouro, a bananeira prata – variedade bastante valorizada[13] –, a bananeira roxa, a bananeira maçã, a bananeira de macaco, a bananeira brasileira, a bananeira de senhora e a bananeira "plantina" (*Musa paradisiaca*)[14].

As experiências e os ensaios de novas culturas em Portugal, e as respetivas produção e proteção pautal ou isenção de taxas, foram discutidas na Câmara dos

[12] *Diário de Notícias*, 1905-06-30, p. 2: publicou-se um artigo de divulgação sobre as diferentes plantas de bananeira. GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, pp. 13-22 e 25-30: fez-se um apanhado da planta da bananeira em diversas épocas e geografias. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 14-16, 21-23, 27-28, e 31-32: a bananeira pertence ao género *Musa*, da família das *Musaceae*, e a bananeira anã também se denominou de banana das Canárias e banana da China. CORDEIRO *et al.*, 1988, *Missão Técnica às Ilhas Canárias* […], p. 11: nas Canárias cultivou-se a variedade Dwarf Cavendish. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 610: chamou-se banana de Demerara ao fruto da bananeira anã. ANAIEF, 1990, *Livro Branco sobre o Mercado da Banana em Portugal*, p. 3: afirmou-se que a *Musa* era a variedade mais explorada entre mais de 500 espécies de bananeira. MARTÍN RUIZ *et al.*, 1991, *La Agricultura del Platano en las Islas Canarias* […], p. 18: introduziu-se a bananeira anã na primeira metade do século XIX. MENDONÇA, 1994, *Estudo de Marketing da Banana da Madeira*, p. 2: a bananeira anã correspondia ao cultivar Dwarf Cavendish, cujos maiores inconvenientes eram o "afogamento" do cacho e a reduzida dimensão dos bagos. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: a bananeira anã proveio de Demerara ou das Canárias. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 24-25. BROWN, 2000, *Madeira, Islas Canarias y Azores*, p. 134: diz-se que «El plátano más común en Madeira y las Canarias es el plátano chino (*musa chinensis*)». GOUVEIA, 2003, «Rosas e espinhos da nova Autonomia», p. 24: apontou-se 1842 como ano de introdução da bananeira anã. SILVA, 2016, *A Produção de Bananas nas Ilhas Canárias* […], pp. 2-3. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 208: a bananeira anã foi introduzida em 1840-1843.

[13] *Diário de Notícias*, 1894-01-04, p. 2: com 50 réis compravam-se 8-10 bananas ou 5-6 bananas de prata. PÉREZ MARRERO, 1993, «Antecedentes históricos e inícios da la explotación comercial del plátano», pp. 172-173: comparou-se a bananeira prata à bananeira maçã. MENDONÇA, 1994, *Estudo de Marketing da Banana da Madeira*, pp. 1-2: a banana de prata obtinha maior valor de mercado, mas os cachos eram frágeis e não permitiam a exportação. SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 119-120: começou-se a cultivar a bananeira prata no segundo quartel do século XIX. PONTE e RIBEIRO, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», s.p.: nos Açores também se cultivou a bananeira prata.

[14] GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, pp. 33-34. CÂMARA, 1957, *Bases para um inquérito económico às condições de cultura da bananeira* […], pp. 112-113: referiu-se a *Musa nana* Lour como a espécie mais cultivada e mencionou-se o cultivo e exportação da «banana brasileira». VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p. GOUVEIA, 2003, «Rosas e espinhos da nova Autonomia», p. 24: consideraram-se extintas as variedades de bananeira antigas. RODRIGUES, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: Relações de Poder e Influência Britânica*, p. 559: no primeiro relatório geral, Stoddart mencionou vários frutos tropicais, como laranjas, goiabas e bananas. CIDAC e AFONSO, 2008, *À Descoberta da Banana* […], p. 38: contavam-se 60 espécies de bananeiras. SEQUEIRA *et al.*, 2010, «The Madeiran plants collected by Sir Hans Sloane in 1687, and his descriptions», pp. 599 e 607: encontrou-se a *Musa paradisiaca* em hortas na Madeira. BATISTA e BATISTA, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, p. 10. SILVA, 2018, «O Brotar do Jardim do Atlântico […]», p. 22. FERREIRA, 2022, «Bananeira», pp. 216-218: cultivou-se a bananeira anã e a bananeira prata desde o século XIX.

Deputados no período da Monarquia Constitucional, mormente no que respeitou ao cafezeiro, ao algodoeiro, e até a bananais no Algarve[15]. Inclusive, no arquipélago dos Açores, a bananeira foi introduzida com fins essencialmente botânicos, em jardins, e eventualmente para consumo dos seus frutos, mas não se desenvolveu como cultura intensiva e de intuito exportador, como por exemplo as laranjas, os ananases ou o chá[16]. Não obstante, encontramos a referência a um carregamento de bananas de S. Miguel para Londres em barco a vapor, em 1872[17]. No arquipélago da Madeira, também se aconselhou o cultivo de outras frutas: «como o ananaz e a anona, seria de bom aviso e não se limitar simplesmente á exportação da classica banana»[18].

Um texto sobre «A bananeira selvagem e a cultivada», publicado no *Diário de Notícias* em 1894, salientou a forma de reprodução das duas espécies e alertou para os cuidados a ter quando

> «se deixa á bananeira cultivada todos os rebentos que lhe rodeiam o pé, e que se não trata ao mesmo tempo de limpar terreno visinho das hervas ruins, o solo esgota-se rapidamente, a ponto de que, a breve trecho, a bananeira já não pode produzir rebentos. […] O fructo maduro méde geralmente de 8 a 16 centimetros de comprimento e de 1,5 a 5,5 centimetros de espessura; um cacho pode conter de 90 a 100 bananas e as vezes chega a 200»[19].

No que respeitou às condições edafoclimáticas para o cultivo da bananeira, apontou-se «um sólo rico, movel e humido, mas não submersivel. Se a terra é muito pobre é necessario adubal-a. […] A atmosphera humida, salina, da beiramar, é a que mais lhe convem»[20]. Na prática, os solos da Madeira eram adequados a esta cultura,

---

[15] *Diario da Camara dos Deputados*, sessão de 1 de fevereiro de 1849, n.º 1, p. 10: o assunto aflorou no âmbito do debate de uma proposta de isenção de direitos de entrada do café produzido em Cabo Verde. SILVA, 2018, «O Brotar do Jardim do Atlântico […]», p. 21: a planta da bananeira terá sido difundida na bacia mediterrânica pelos Árabes.

[16] AVILA, 1990, *O cultivo da bananeira na Região Autónoma dos Açores*, s.p.: iniciou-se o cultivo da bananeira em S. Miguel e no Faial, e posteriormente na Terceira. JOÃO, 1991, *Os Açores no Século XIX* […], pp. 49-54 e 101-119. PONTE e RIBEIRO, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», s.p.: o cultivo da bananeira iniciou-se no último quartel do século XIX. DIAS, 2008, «A economia ao sabor das circunstâncias. Produções, agentes e intercâmbios», pp. 39-44. ENES, 2008, «Uma economia em transformação, mas uma pobreza que persiste», pp. 192-195.

[17] ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], p. 4.

[18] *Diário de Notícias*, 1907-03-05, p. 1: constatou-se o desenvolvimento agrícola dos Açores e questionou-se: «Ha quantos annos estamos nós, madeirenses, a comer ananazes, laranjas, queijos dos Açores, a fumar tabacos açorianos, a tomar chá Canto e a pitadear rapé da mesma proveniencia?».

[19] *Diário de Notícias*, 1894-12-16, p. 1: o original foi publicado no *Boletim da Companhia Portugueza de Hygiene*. BATISTA e BATISTA, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, p. 47: o controlo de infestantes, o desbaste, a desfolha, o escoramento e o corte do cacho e do pseudocaule eram as principais práticas de cultivo, mas exigentes em mão-de-obra.

[20] *Diário de Notícias*, 1894-12-16, p. 1. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 57 e 70-71: as bananeiras desenvolveram-se em zonas húmidas e quentes, em solos nutridos e favoráveis ao desenvolvimento das raízes e bolbos.

mas por vezes tinha-se de recorrer a calagens para corrigir o pH[21]. (Imagem n.º 2.) Todavia, alertou-se para a fragilidade da planta, nomeadamente em situações de ventos fortes[22], e quanto ao seu fruto, apesar de ser um alimento importante em zonas tropicais, «tem sido por muitos exagerado o seu valor nutritivo»[23]. Concluiu-se com os valores da banana exportada da Jamaica para a Europa, em 1884, e de Cuba para os Estados Unidos da América. Noutra edição do *Diário de Notícias*, precisou-se que «os terrenos de uma altitude superior a cento e cinquenta metros não se prestam à produção da *banana de embarque*, isto é, de cacho grande a bem formado»[24]. Podemos acrescentar a maior facilidade no cultivo e corte dos cachos da bananeira anã, a maior densidade e produtividade das plantações, o ciclo vegetativo mais curto, a maior resistência térmica e qualidade do fruto. Além disso, resistia melhor aos ventos e à fusariose – fungo vulgarmente identificado como "mal do Panamá". Em sentido oposto, os seus frutos eram mais frágeis e careciam de cuidados especiais na época de floração e durante o transporte, encarecendo os custos com mão-de-obra e embalagens[25].

---

[21] SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», p. 14. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 27-28. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.

[22] CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 68-69: os ventos tinham grande influência. RIBEIRO, 1985, *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX* […], p. 80: utilizavam-se sebes mortas para maior proteção dos bananais. CORDEIRO *et al*., 1988, *Missão Técnica às Ilhas Canárias* […], p. 12: em Grã-Canária usavam-se citrinos como corta-ventos. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: o vento era o inimigo número um dos bananeirais ao ar livre. CABRERA CABRERA e GALÁN SAÚCO, 1998, «Cultivo del plátano bajo invernadero», s.p.: ventos com intensidade de 20-30 km/h danificavam as folhas e reduziam a produtividade. BATISTA e BATISTA, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, pp. 26-27: utilizavam-se sebes vivas para se evitarem os efeitos mecânicos e fisiológicos dos ventos. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 218.

[23] *Diário de Notícias*, 1894-12-16, p. 1: publicou-se que a banana «contem: aguas, 73,9; assucar de canna e glycose 19,65; materias azotadas, 4,83; cellulose, 0,2; corpos gordos, 0,63; cal 0,79. Pelo que respeita á proporção da agua, a banana aproxima-se da batata, que contem 75 por 100». GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, pp. 54-56: as bananas não constituíam um alimento completo, mas eram de «primeira grandeza». GOUVEIA *et al.*, 1941, *Determinações quantitativas de vitamina C em bananas* […], p. 1: a banana tinha grande relevo na economia e valor alimentar na Madeira. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 614: comparou-se a composição química dos frutos das bananeiras cultivadas na Madeira, nas Canárias, em Cuba, Suriname, América do Sul e Jamaica. CIDAC e AFONSO, 2008, *À Descoberta da Banana* […], pp. 40 e 42: a banana compõe-se de 75,3% de água, 22% de glícidos, 1,3% de proteínas, 0,6% de lípidos e 0,8% de matérias minerais, e representa um alimento essencial em muitos países economicamente menos desenvolvidos.

[24] *Diário de Notícias*, 1888-11-25, p. 1. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 59-60: a descida das temperaturas nas Canárias atrasava o desenvolvimento das bananeiras. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: apresentou-se a limitação do cultivo da bananeira a partir de 200-250 metros devido à temperatura, sem esquecer a exposição aos ventos. CABRERA CABRERA e GALÁN SAÚCO, 1998, «Cultivo del plátano bajo invernadero», s.p.: temperaturas inferiores a 20ºC limitavam o desenvolvimento da bananeira anã.

[25] AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 1: apesar da elevada densidade demográfica, a mão-de-obra era por vezes escassa. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 188: a fusariose começou a propagar-se em 1907, dizimando as plantações do cultivar Gros Michel. CORDEIRO

Imagem n.º 2 – Calagem e rega de bananeiras por alagamento (post. 1930)

Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Foto Figueiras, n.º inv. 2019.

Atendendo aos escritos de vários viajantes que fizeram escala na Madeira, as plantas de bananeiras foram notadas juntamente com outras frutas tropicais e subtropicais em cotas inferiores, e com frutas de climas temperados e frios em cotas mais elevadas[26]. Na coletânea organizada por Marques da Silva, encontram-se referências desde finais do século XVII até às primeiras décadas do século XX. A título de exemplo, John Ovington referiu a doçura das bananas e a sua relação bíblica com o

et al., 1988, *Missão Técnica às Ilhas Canárias* […], p. 11. MARTÍN RUIZ *et al.*, 1991, *La Agricultura del Platano en las Islas Canarias* […], p. 19. PÉREZ MARRERO, 1993, «Antecedentes históricos e inícios da la explotación comercial del plátano», p. 176. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: as cavas e a rega exigiam muita mão-de-obra. SOARES, 2005, «A agricultura», pp. 162-163: elevada percentagem de população ativa na agricultura era um indício de baixa produtividade.

[26] AVILA, 1990, *O cultivo da bananeira na Região Autónoma dos Açores*, s.p.: cultivou-se a bananeira nos Açores – paralelos 37º 40' a 39º 40' de latitude norte –, mas com produtividade reduzida. CABRERA CABRERA e GALÁN SAÚCO, 1998, «Cultivo del plátano bajo invernadero», s.p.: as melhores condições de cultivo da bananeira encontravam-se até 15º de latitude norte ou sul do Equador, mas conseguiu-se cultivar de forma rentável até aos 30º de latitude, nomeadamente em estufas em Marrocos, Creta e Coreia do Sul. CIDAC e AFONSO, 2008, *À Descoberta da Banana* […], p. 38.

fruto proibido. Por sua vez, Alfred Lyall e Lady Emmeline Stuart-Wortley associaram as bananeiras aos espaços amurados e ajardinados que enquadravam muitas moradias[27].

Isabella de França atestou a existência de jardins em muitas casas, embora não passassem de «um bocado de terra com esse nome, onde havia uma ou duas parreiras, uma bananeira». (Imagem n.º 3.) Em seguida teve o cuidado de descrever esta planta de aparência tropical:

> «A própria bananeira é das mais curiosas. Cresce com um caule nu, da grossura de uma perna humana, até sete ou oito pés de altura, e aí divide-se em vários ramos, cada um com uma folha só, de seis ou sete pés de comprido e cerca de catorze polegadas de largo, e uma haste grossa no meio; os lados da folha depressa se rompem até ficarem em franja de cada banda da haste. Do centro da planta nasce um talo nodoso, semelhante a uma espinha dorsal, que se encurva e suporta os frutos num cacho de cinquenta a sessenta, muito parecidos com salsichas pequenas, na forma, a princípio de tom verde-escuro mas que vão amarelecendo ao amadurecer. No fim do talo está a flor, que faz lembrar um coração de vitela. As folhas e hastes são de um verde pálido delicado. O fruto, substancial e doce, mas um tanto insípido. Há várias espécies, algumas maiores do que outras, e a mais apreciada é uma, pequena, chamada banana de prata. Não existe estação própria das bananas; produzem-se em toda a roda do ano. Há uma variedade que não dá fruto, apenas uma linda flor escarlate.»[28]

As plantas de bananeira cultivadas na Madeira também foram objeto de exportação, constando por exemplo nos despachos da Alfândega do Funchal em 1832. A primeira situação relacionou-se com o carregamento de 10 bananeiras em navio que rumava para Londres, onde poderiam ser cultivadas em estufa como plantas ornamentais. Porém, este considerando não se aplica a seis bananeiras embarcadas em navio britânico em viagem para o Rio de Janeiro[29].

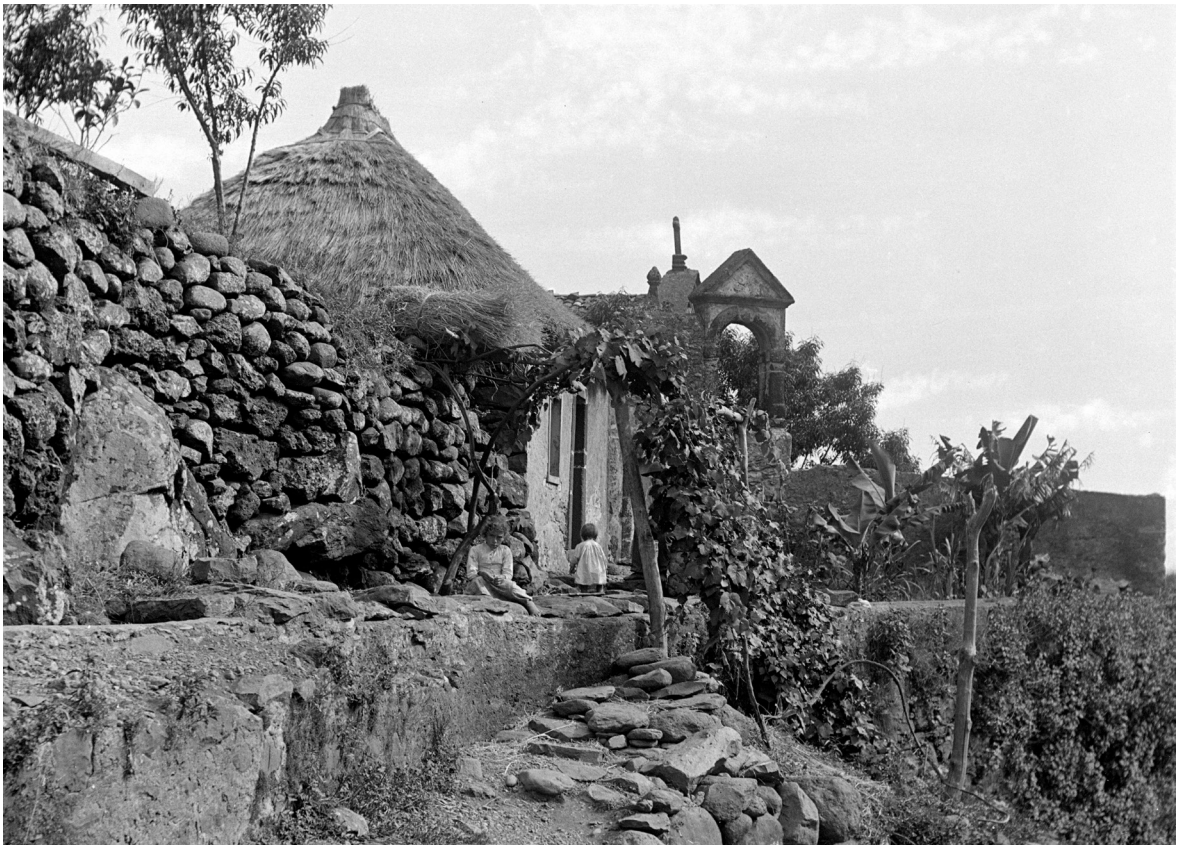
---

[27] CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 32: viajantes naturalistas, marinheiros, missionários, comerciantes e instituições científicas contribuíram para a divulgação das bananeiras desde o século XVII. ARAGÃO, 1981, *A Madeira Vista por Estrangeiros 1455-1700*, p. 199. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 610: a bananeira prata era cultivada em jardins e hortos das quintas. SILVA, 2008, *Passaram pela Madeira* […], pp. 31, 102 e 154-155. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 24-25: usou-se a bananeira como planta ornamental em jardins e cultivou-se em estufa na Grã-Bretanha. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», pp. 209-210: citaram-se os testemunhos de Robert Wilson, Rev. Robert Walsh, Wortley, Isabella de França, James Yate Johnson e referiu-se o consumo de bananas pela Imperatriz Sissi após o desembarque no Funchal, em 1893. VIANA JUNIOR, 2022, *Rituais Cortesãos e Cultura Alimentar* […], p. 130: a bananeira também crescia em jardins no Brasil.

[28] FRANÇA, 1970, *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, pp. 146-147. Para a descrição e desenvolvimento botânico da planta, vejam-se, por exemplo: CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 12-14 e 33-55; FERREIRA, 2022, «Bananeira», pp. 216-218.

[29] Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 361, 19 de maio de 1832: declaradas por José Soldon; 23 de outubro de 1832: embarcadas por Francisco Alexandre de Sousa.

Imagem n.º 3 – Parreiras e bananeiras no terreiro de uma casa com cobertura de colmo, na Calheta (ant. 1906)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Russell Manners Gordon, n.º inv. 193.

A matéria vegetal resultante do corte das bananeiras, após a apanha dos cachos, podia ser utilizada em forragens na pecuária, desde que reduzida a pequenos pedaços misturados com a ração[30], potenciando a produção de carne, leite e derivados. No entanto, também se noticiou o registo de uma patente de invenção para fabricar papel e papelão recorrendo ao «bagaço de canna d'assucar e tronco e folhas de bananeira»[31]. A população também se serviu das folhas de bananeira secas para

[30] GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, pp. 22-24: utilizavam-se as fibras das folhas como liame e para calafetar, e a parte central para forragens e canalizar a água de rega. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 229-230: utilizou-se na alimentação de bovinos e porcinos. SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 119.

[31] *Diário de Notícias*, 1902-04-24, p. 2: a patente de invenção foi requerida pelo P.e José Ferreira de Faria e Castro. GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, pp. 34-35. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 230-231: as bananeiras desenvolviam fibras resistentes, mas a pequena anã produzia fibras curtas.

diversos usos na vitivinicultura. Os artesãos, por seu turno, confecionavam cestaria com fibras entrelaçadas e moldavam figuras para os presépios[32].

2. Os Embarques de Banana na Primeira Metade do Século XIX

A banana de produção na Madeira, por ser fruto exótico e perecível em longas viagens, era inicialmente consumida inteiramente na ilha. No entanto, podemos inferir que o interesse por frutas tropicais se intensificou após o regresso a Lisboa da corte portuguesa, pois durante a estadia no Brasil a banana foi uma das poucas frutas que entrou para a ementa régia[33]. Efetivamente, constatou-se que em 1807 e 1821 não houve registos desta fruta nos despachos de saída de mercadorias através da Alfândega do Funchal[34]. Porém, no ano imediato ocorreu a primeira remessa de cachos de banana para Lisboa, a 6 de fevereiro de 1822[35], e a segunda a 8 de fevereiro de 1823[36]. Registou-se em seguida um aumento quase contínuo, atingindo-se um pico de cerca de 370 cachos em 1829 (Gráfico n.º 1). Contudo, a instabilidade política decorrente da guerra civil entre liberais e absolutistas pode explicar a queda significativa deste comércio no início da década seguinte[37].

[32] GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, pp. 34-37: enumeraram-se diversas utilizações para as várias partes da planta. FERREIRA e FERREIRA, 2009, *Palha de bananeira: aproveitar, criar, inovar*, s.p.

[33] SERRÃO, 1994, *História de Portugal*, vol. VII, pp. 370-376. PÉREZ MARRERO, 1993, «Antecedentes históricos e inícios da la explotación comercial del plátano», pp. 173-174: o cultivo da bananeira anã divulgou-se na Madeira e nas Canárias na primeira metade do século XIX. BRAGA, 2011, «A América à mesa do rei», pp. 336-337. VIANA JUNIOR, 2022, *Rituais Cortesãos e Cultura Alimentar* […], pp. 114 e 125.

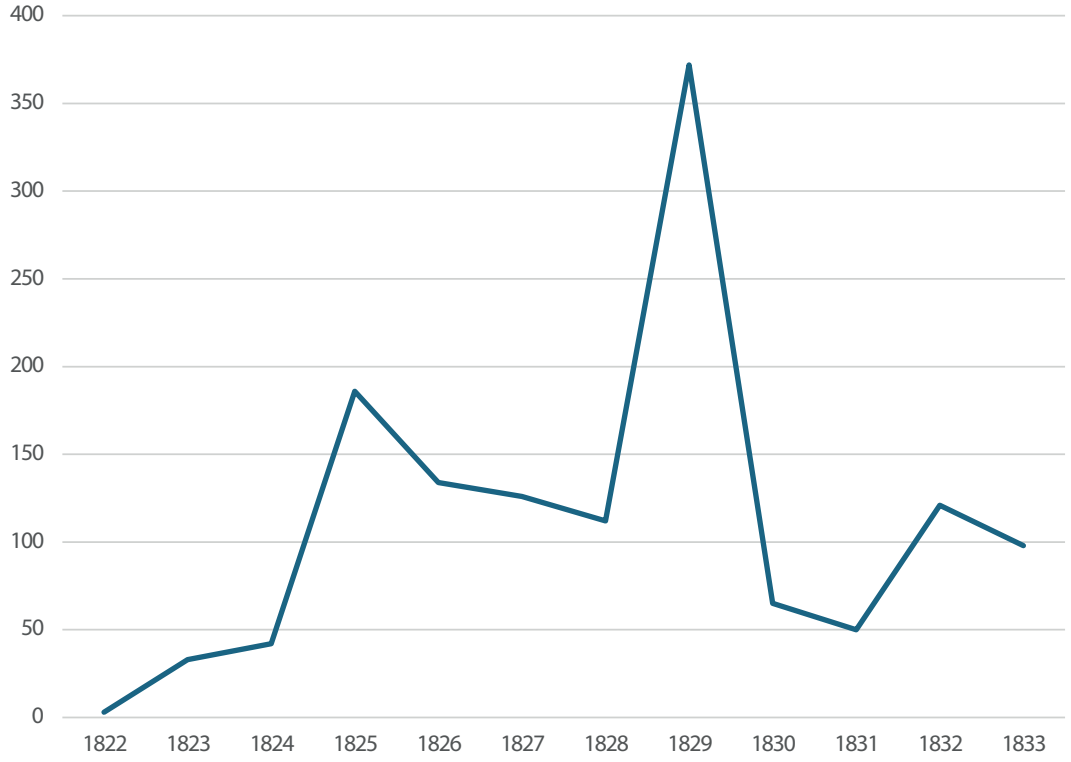
[34] ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 306. ANTT, Alfândega do Funchal, liv. 399.

[35] ANTT, Alfândega do Funchal, liv. 400, 6 de fevereiro de 1822: José Caetano César de Freitas despachou um barril com «bananos», avaliado em 900 réis.

[36] ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 342, 8 de fevereiro de 1823: Ricardo José Luís de Nóbrega remeteu três barris, avaliados em 2700 réis.

[37] SERRÃO, 1994, *História de Portugal*, vol. VII, pp. 453-456 e 476-479.

Gráfico n.º 1 – Despachos de saída de cachos de banana na Alfândega do Funchal (1822-1833) (em unidades)



Fontes: Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT): Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 342, 344, 346, 351 e 361; Alfândega do Funchal, livs. 400, 404, 406-409 e 411.
Notas: Assumimos a avaliação coeva do cacho de banana ou "bananos" – 300 réis – para se determinar as quantidades transportadas em quartos, barris e gigos. Contabilizaram-se duas referências a «figos bananas», que podiam corresponder a bananas secas[38].

Além do consumo local e do despacho de algumas centenas de cachos de banana para Lisboa – parte dos quais em caixões com seis unidades, barris ou quartos com três unidades, e gigos individuais –, encontramos referências ao consumo de banana pelas tripulações dos navios que faziam escala no porto do Funchal. Por exemplo, na rota para a Índia, um navio britânico embarcou 12 cachos de banana a 7 de maio

[38] GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, p. 35.

de 1825[39], e outro 6 cachos de banana no mês seguinte[40]. A 16 de julho deste ano, um navio com destino a Londres embarcou cachos de banana, sendo este o primeiro despacho para o norte da Europa[41]. Os cachos de banana também foram despachados em navios que seguiam para a Jamaica (1828), Gibraltar e Hamburgo (1829), Rio de Janeiro (1829 e 1832) e Canárias (1833)[42]. No cômputo geral, embarcaram-se 1342 cachos de banana no espaço de 12 anos, dos quais 54% seguiram para Lisboa, 5% para Londres, 4% para a Índia, 2% para o Rio de Janeiro e 34% para matalotagem.

Os maiores intervenientes neste tráfico, pelo menos no que respeitou a quantidades de cachos de banana, eram cidadãos nacionais (Quadro n.º 1). Ao todo, identificaram-se 194 agentes económicos, ainda que mais de quatro quintos fossem responsáveis por um único envio e cerca de um décimo por dois envios; isto é, apenas 8% estiveram envolvidos em remessas em três ou mais anos. Neste conjunto, constaram despachos por quatro mulheres, mas apenas D. Juliana da Cunha Leonor o fez em mais de uma ocasião (1827 e 1829). Os responsáveis por despachos iguais ou superiores a 20 cachos de banana iniciaram a sua atividade após 1825; Isidoro da Silva foi o único que atingiu esta cifra em apenas um embarque, embora João Batista de Almeida, José Maria Bernes e José Soldon também registassem movimentos de duas dezenas de cachos de banana. Mesmo sem alcançar aquele volume, João de Oliveira & C.ª destacou-se por enviar cachos de banana em cinco anos diferentes, não consecutivos.

[39] ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 346, 7 de maio de 1825: cachos de banana fornecidos por John Skelton para a galera *África*.

[40] ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 346, 28 de junho de 1825: cachos de banana fornecidos por James Chapman para a galera *Columbia*.

[41] ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 346, 16 de julho de 1825: quatro cachos de banana declarados por Joaquim António de Sá. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 44: as tripulações dos navios também investiam no comércio de cachos de banana.

[42] ANTT, Alfândega do Funchal, liv. 406, 11 de setembro de 1828; liv. 407, 20 e 29 de julho, e 7 de outubro de 1829; liv. 411, 9 de dezembro de 1833. ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 361, 23 de outubro de 1832.

Quadro n.º 1 – Principais despachantes de cachos de banana na Alfândega do Funchal (1825-1833) (em unidades)

	1825	**1826**	**1827**	**1828**	**1829**	**1830**	**1831**	**1832**	**1833**
Anselmo António de Sá e Vasconcelos				2	18				
António Xavier da Silva		10		10		6			
Isidoro da Silva								20	
João António de Gouveia Rego			6	6	19		12		
João Batista de Almeida			18		22	6			
João Teixeira					12				11
Joaquim Monteiro da Fonseca	12	2	6		2				
José Maria Bernes					24			7	
José Soldon			5	2	13	3	8	14	20
Vicente de Brito Correia	10	6			12				
Soma / (%)	22 (12%)	18 (13%)	35 (28%)	20 (18%)	122 (33%)	15 (23%)	20 (40%)	41 (34%)	31 (32%)

Fontes: ANTT: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 342, 344, 346, 351 e 361; Alfândega do Funchal, livs. 400, 404, 406-409 e 411.
Nota: Percentagem em relação ao total de cachos de banana despachados no ano.

A preponderância deste conjunto de comerciantes cimentou-se com o decorrer dos anos. O seu contributo representou pouco mais de um décimo dos cachos de banana embarcados no porto do Funchal em 1825-1826, mas nos anos imediatos assistiu-se a uma concentração do tráfico nestes agentes económicos. No final desta década, a sua participação equivaleu a cerca de um terço dos cachos de banana despachados na Alfândega do Funchal.

Ainda com base em registos da Alfândega do Funchal, conseguimos identificar remessas de caixas com banana para diversos portos nacionais, em 1839-1840. Lisboa continuou a ocupar o lugar de destaque como mercado consumidor – mais de 95% do total –, mas comprovaram-se embarques para Faro, Portimão e a ilha do Faial, em

matalotagem, e um volume inferior para Londres[43]. No caso da capital portuguesa, as remessas aumentaram cerca de 16%, passando de 394 para 458 caixas, embora o valor apenas tenha progredido cerca de metade do percentil referido (de 189 800 réis para 191 300 réis).

A publicação pela Imprensa Nacional dos registos da exportação de frutas «para mesa – frescas» iniciou-se com os *Mappas Geraes do Commercio de Portugal*, em 1843, compreendendo designadamente o embarque de banana para a Grã-Bretanha, no montante de três arrobas, despachadas em navio estrangeiro e avaliadas em 4800 réis[44]. Segundo a mesma fonte, Portugal também importou bananas frescas do Brasil para consumo, em 1843 e 1851[45]. A própria Alfândega do Funchal registou o envio de caixas com banana para Lisboa, entre 1848 e 1856 (Gráfico n.º 2), e, em alguns anos, volumes reduzidos para Tavira e Portimão[46]. À exceção da convergência ocorrida em 1856, que podemos entender como representativa da valorização desta fruta no mercado lisboeta, a tendência dos anos anteriores apontou para um decréscimo progressivo no valor das caixas com banana embarcadas no Funchal.

Na apresentação da situação económica da ilha da Madeira em 1850, na Câmara dos Deputados, Lourenço José Moniz versou sobre os direitos dos cereais, de origem nacional ou estrangeira, concluindo que a balança comercial era francamente deficitária, uma vez que a metrópole apenas consumia «umas bagatellas de fructas em doce, e frescas, como bananas, e de obras de palhinha, etc»[47]. Esta constatação foi corroborada com a afirmação de a Madeira ter sido precursora no comércio de banana para Londres, Liverpool e Portugal continental em 1848, muito antes das

---

[43] ABM, Alfândega do Funchal, liv. 276, fls. 3, 34-34v.º, 81, 94 e 112v.º; liv. 284, fls. 55v.º e 116v.º. *Collecção Official da Legislação Portugueza* […], 1842, pp. 203-204, Decreto de 24 de maio de 1842: procurou-se atrair a navegação isentando «todo e qualquer Direito de exportação, ou sahida da Ilha da Madeira [de] todos os artigos de producção da dita Ilha, como gados, carnes verdes, aves, vegetaes, e quaesquer provisões (exceptuando unicamente o vinho) que fôrem exportados para Matalutagem, refresco, ou supprimento de quaisquer Navios».

[44] *Mappas Geraes do Commercio de Portugal com suas Possessões, e Nações Estrangeiras Durante o Anno de 1843* […], parte II, 1849, p. 239: pagaram-se 15 réis de taxas alfandegárias, mas advertiu-se no preâmbulo para a publicação de valores aproximados.

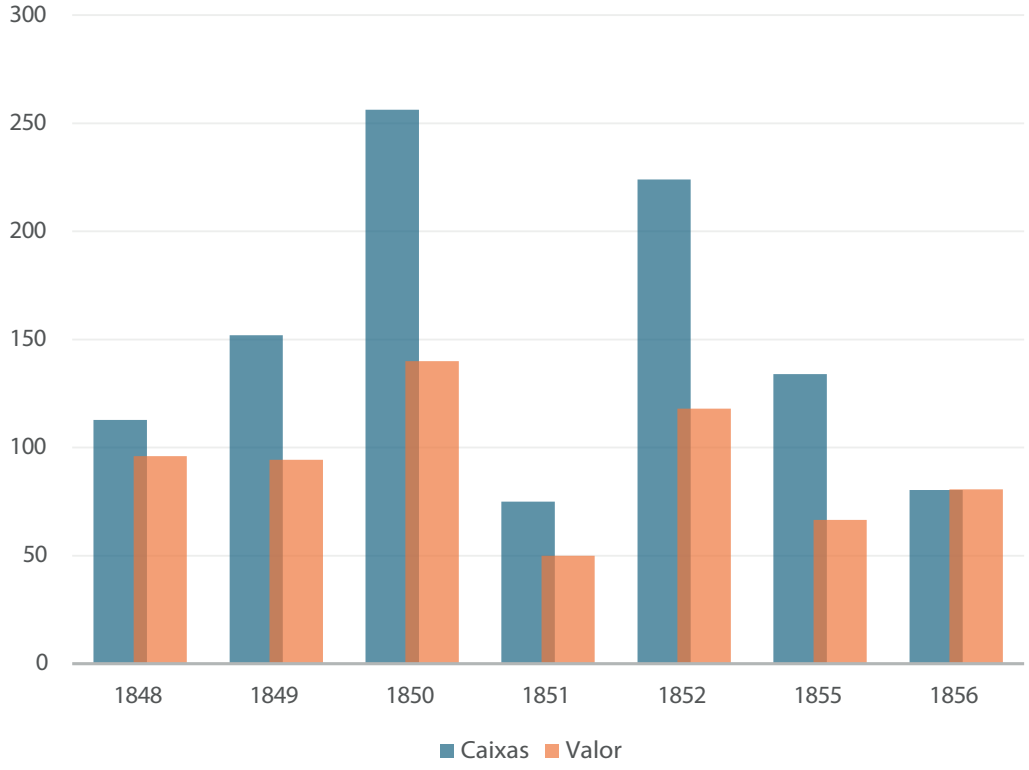
[45] *Mappas Geraes do Commercio de Portugal com suas Possessões, e Nações Estrangeiras Durante o Anno de 1843* […], parte II, 1849, p. 126: despachou-se para consumo 1,1 arrátel de banana fresca do Brasil, no valor de 2000 réis (taxada em 412 réis). *Mappas Geraes do Commercio de Portugal com suas Possessões e Nações Estrangeiras Durante o Anno de 1851*, […] parte I, 1852, p. 73: despacharam-se para consumo 13,27 arrobas, no valor de 29 800 réis (17 752 réis de direitos alfandegários).

[46] ABM, Alfândega do Funchal, liv. 277, fls. 51v.º-52, 87, 129v.º e 134v.º-135: Tavira recebeu 3 caixas, em 1848, e Portimão 8-16 caixas, em 1849-1851.

[47] *Diario da Camara dos Deputados*, sessão de 27 de abril de 1850, n.º 20, p. 328.

Canárias e da América central[48]. No relatório do barão de Castelo de Paiva sobre «o Estado da Ilha da Madeira sob as Relações Agrícola e Económica», publicado em 1855, frisou-se a naturalização das bananeiras e elogiou-se a qualidade dos frutos[49].

Gráfico n.º 2 – Embarque de caixas com banana para o mercado lisboeta (1848-1856)
(caixas – unidades; valor – milhares de réis)



Fonte: ABM, Alfândega do Funchal, liv. 277.

3. Os Despachos de Frutas na Segunda Metade do Século XIX

A partir da década de 1860, as referências a embarques de banana na Alfândega do Funchal passaram a discriminar o peso, facilitando a comparação dos registos. No que respeitou aos portos de destino, mencionou-se novamente Lisboa

[48] PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 618: o comércio de banana teve um valor residual até 1910. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 44-45: apontou-se o início da comercialização de banana do Panamá para os Estados Unidos da América em 1866. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 209. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 219.

[49] FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 217.

e Portimão, mas igualmente as ilhas de São Miguel e Terceira, nos Açores, e ainda Setúbal e Porto. Os dados compulsados abarcaram uma década. Contudo, após 1873, os critérios estatísticos sofreram nova modificação e passou-se a englobar a banana em categorias de fruta mais latas, adotando-se as designações seguintes: fruta fresca da Europa; fruta fresca diversa; e fruta fresca exótica. Atendendo a estes constrangimentos, entendemos que a banana, tal como o ananás[50], enquanto frutos tropicais, integrariam certamente a categoria de fruta fresca exótica.

As remessas de banana continuaram em crescendo ao longo da década de 1860 (Gráfico n.º 3), atingindo os valores mais elevados em 1867-1869. O peso do mercado lisboeta no consumo de banana da Madeira acentuou-se, passando de cerca de 85%, em 1862-1863, para mais de 95% após 1865, face a valores na ordem de 1% para o Porto e o arquipélago dos Açores. Apesar de tudo, o montante mais elevado foi inferior a 45 t. Com o retrocesso significativo dos embarques para Lisboa, no início da década de 1870, procurou-se retomar os envios para outros mercados, como Portimão e as ilhas açorianas, assim como para o Porto, que não recebia carregamentos desde 1867.

A explicação para o aumento dos embarques de banana apenas se pode compreender no âmbito da crise que afetou a principal cultura de Portugal, em meados do século XIX[51]. O oídio devastou os vinhedos e proporcionou certamente a oportunidade para a expansão da área de cultivo de bananeiras, uma vez que as duas culturas competiam pela ocupação dos terrenos mais solarengos da costa sul da Madeira. Contudo, a área de cultivo da cana-de-açúcar expandiu-se ainda mais rapidamente, funcionando por vezes como sebes vivas na orla dos socalcos cultivados com bananeiras, mas em ambos os casos condicionados pela falta de água de rega[52]. Estas culturas – cana sacarina e banana – apresentavam a vantagem de iniciarem a produção num prazo relativamente curto, por comparação com a reconversão das castas de vinha tradicionais da Madeira. O problema prendeu-se com os investimentos necessários para a aquisição de plantas de bananeira, adubos, água de rega e a melhoria das técnicas de cultivo por colonos empobrecidos e sem capacidade de

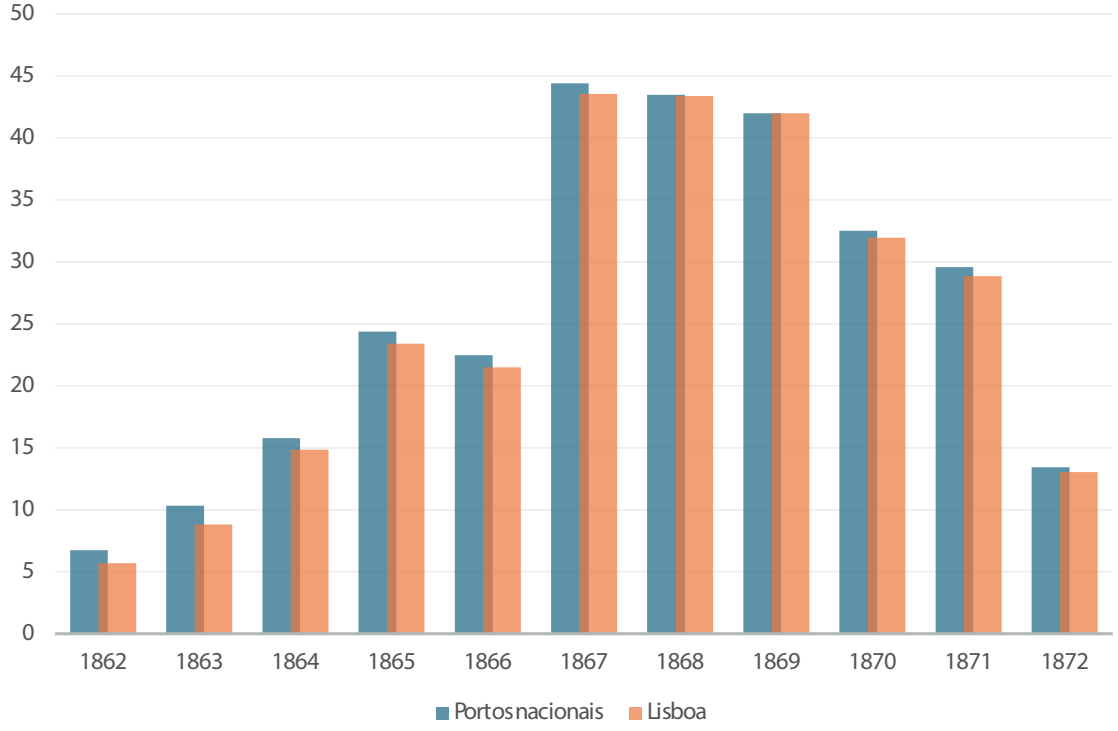
[50] BRAGA, 2011, «A América à mesa do rei», p. 337: consumir ananás era um luxo no início do século XIX.

[51] LAINS, 1995, *A Economia Portuguesa no Século XIX*, pp. 90-91. CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 91-93: as parreiras foram devastadas pelo oídio entre 1846-1851, e a recuperação foi muito lenta. MARTINS, 2005, «A agricultura», pp. 232-235.

[52] SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», p. 15. CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 147-149: a cana-de-açúcar também foi atacada por fungos na década de 1880. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 18: o cultivo de bananeiras, tomates e batatas desenvolveu-se após a crise na exportação de cochinilha e os ensaios no cultivo de tabaco e cana-de-açúcar.

crédito, sendo esta última circunstância a causa provável para o declínio do contrato de colonia e a maior participação de terratenentes na exploração agrícola[53].

Gráfico n.º 3 – Primazia do mercado lisboeta nos embarques de banana para portos nacionais (1862-1872) (em tonelada)



Fonte: ABM, Alfândega do Funchal, livs. 278-279.

Importa ainda referir que o cultivo em grande escala e a comercialização de banana principiaram nas últimas décadas do século XIX, quer nos arquipélagos da região da Macaronésia, quer em regiões tropicais, para responder à crescente procura nos mercados da Europa e do norte da América[54].

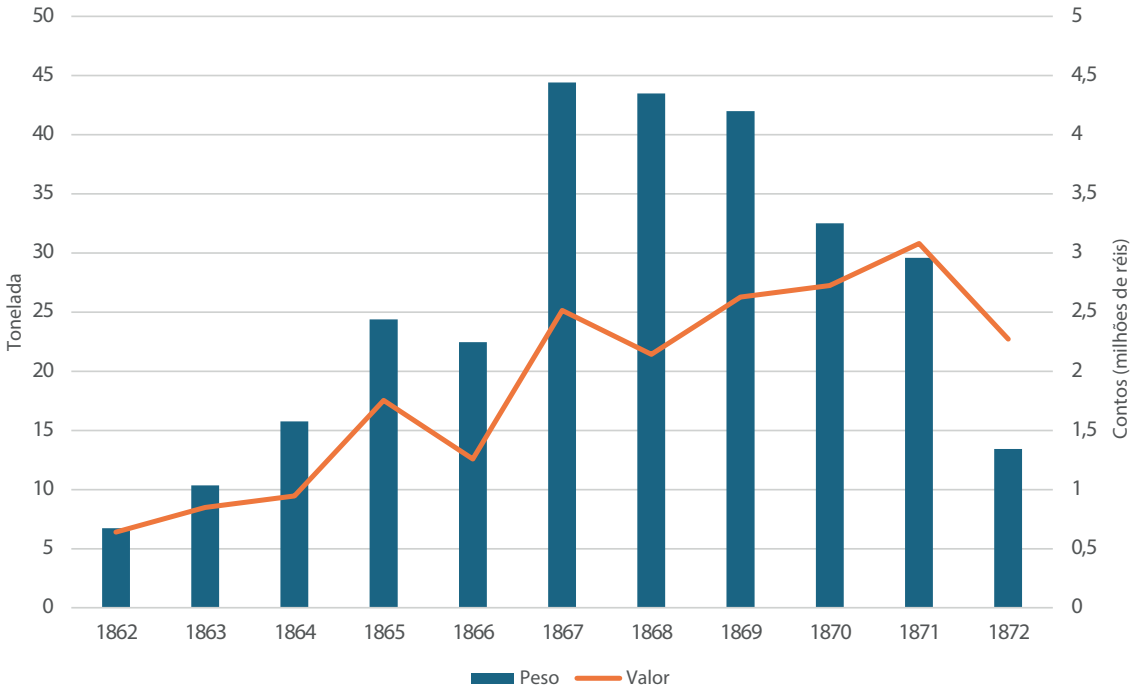
No que concerne aos rendimentos da banana remetida para os vários mercados nacionais, o valor médio por tonelada decresceu entre 1862-1869, em oposição à

[53] CÂMARA, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867--1967)», pp. 217-219: as vinhas precisavam de muitos anos para atingirem a plena produção.

[54] CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 8 e 28: a banana deu origem ao mais importante comércio internacional de frutas por via marítima. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 24-25. CIDAC e AFONSO, 2008, *À Descoberta da Banana* […], p. 42: a banana destacou-se no comércio internacional de frutas. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 211: em 1926, Pio Correia considerou a banana como a única fruta com transporte marítimo.

maior oferta (Gráfico n.º 4). Em sentido contrário, o decréscimo do volume de banana embarcada após 1869 refletiu-se num significativo aumento do valor por unidade. Por exemplo, um kg de banana em 1868 estava avaliado em 49 réis; em 1872 esse valor ascendeu a 169 réis.

Gráfico n.º 4 – Embarque de bananas para portos nacionais (1862-1872)
(peso – tonelada; valor – contos)



Fonte: ABM, Alfândega do Funchal, livs. 278-279.

Um dos fatores de maior influência no valor da banana eram os custos da estiva e dos fretes no porto do Funchal. O *Almanak* de 1868 divulgou as tarifas que incidiam sobre as mercadorias transportadas pelas embarcações a vapor da companhia Lusitania na rota entre o Funchal e Lisboa[55]. Assim, o cacho de banana era taxado a 240 réis, e as barricas ou gigos com banana a 4000 réis por metro cúbico; este valor era extensivo a quaisquer frutas verdes acondicionadas em gigos, caixas, cestos ou

[55] *Collecção Official da Legislação Portugueza* […], 1861, pp. 288-289, Lei de 1 de agosto de 1860: contratou-se a escala no porto do Funchal dos navios a vapor da carreira de África da companhia União Mercantil. *Collecção Official da Legislação Portugueza* […], 1868, pp. 435-436, Lei de 2 de julho de 1867: contratou-se um mínimo de 18 viagens anuais em navio a vapor entre Lisboa e o Funchal com a companhia Lusitania.

outros recipientes. Acresciam os custos de embarque ou as taxas de cabrestante que, no caso da giga grande com fruta, se computou em 400 réis[56].

Os registos alfandegários nacionais retomaram a exportação de banana em 1865, desta feita 220 kg para a Grã-Bretanha, avaliados em 15 000 réis, e 20,6 kg para Espanha, que transitaram pela raia, avaliados em 6000 réis[57]. A exportação de banana através da fronteira leva-nos a considerar que esta foi muito provavelmente cultivada no Algarve, devido à fragilidade desta fruta durante a colheita e transporte. No ano imediato, os registos voltaram a mencionar a exportação de 4774,5 kg de banana para a Grã-Bretanha, avaliadas em 262 500 réis. Acresceu o envio de 180 kg para Marrocos, no valor de 12 000 réis[58]. No cômputo de 1866, exportaram-se cerca de 5 t de banana para estes dois destinos, servindo-se predominantemente de navios mercantes nacionais, embora sem certezas quanto ao local de produção desta fruta. No mesmo ano constou a reexportação de 10 kg de banana para Espanha, através da raia, e 30 kg para França, avaliadas respetivamente em 3000 réis e 16 000 réis[59].

A quebra no embarque de banana continuou a refletir-se nos quantitativos registados na segunda metade da década de 1870, apesar da alteração da nomenclatura (Gráfico n.º 5). Ainda assim, o valor médio da tonelada de fruta fresca exótica manteve-se em níveis relativamente superiores aos verificados com a banana na década anterior, comprovando-se por exemplo que a banana tinha um valor de mercado inferior ao ananás. Note-se ainda a relativa estabilidade do volume de fruta fresca exótica embarcada entre 1875-1878, mas com uma ténue recuperação em 1879. Deste modo, a epidemia de filoxera nas vinhas e a diminuição do preço internacional dos vinhos licorosos não pareceram suficientes para incentivar o cultivo de bananeiras na Madeira no último quartel do século XIX[60].

---

[56] *Almanak para a Ilha da Madeira. Primeiro anno, 1868*, 1867, pp. 23-25 e 38-39: referiu-se a «tabella dos fretes, em moeda forte» e a giga de cebolas de 15 kg.

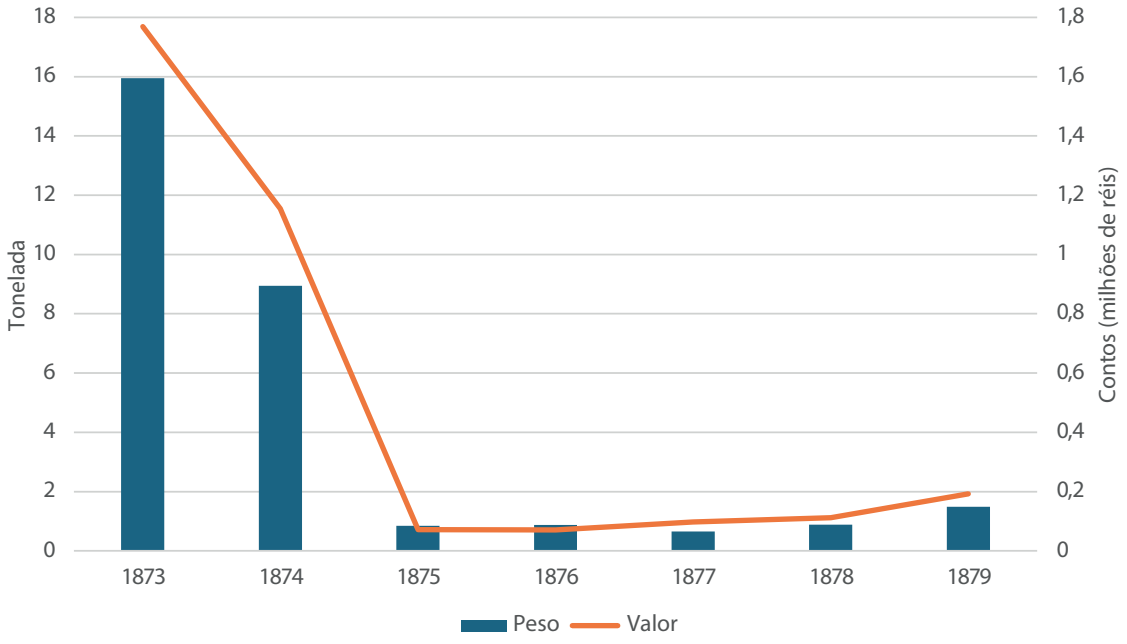
[57] *Mappas Geraes do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1865* […], 1866, p. 98: sujeitos a taxas alfandegárias de respetivamente 75 réis e 30 réis. LOURO, 1998, «Cultura da Bananeira no Algarve. Situação actual. Perspectivas de futuro», s.p.: a bananeira era essencialmente ornamental, mas chegou a produzir cachos.

[58] *Mappas Geraes do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1866* […], 1867, p. 131: sujeitas a taxas alfandegárias de respetivamente 1310 réis e 60 réis.

[59] *Mappas Geraes do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1866* […], 1867, p. 169.

[60] MATA e VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal – Uma Perspectiva Global*, p. 159: a produção de frutas cresceu acima da média do produto da agricultura na segunda metade do século XIX, nomeadamente as frutas mediterrânicas nos Açores. CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850--1914)*, pp. 96-98: o ritmo de replantação relativamente lento das vinhas relacionou-se com os custos dos tratamentos e o declínio dos preços devido à taxação dos vinhos em função da graduação alcoólica.

Gráfico n.º 5 – Embarque de fruta fresca exótica para portos nacionais (1873-1879)
(peso – tonelada; valor – contos)



Fonte: ABM, Alfândega do Funchal, livs. 280-282.

As remessas de fruta fresca exótica para o mercado lisboeta mantiveram a preponderância. Porém, assinalaram-se duas particularidades: o envio de 260 kg para o Porto, em 1873, e 10 kg para a Ilha Terceira, em 1876. O valor médio da fruta fresca exótica embarcada foi quase sempre superior a 110 réis o kg, mas, em 1875-1876, esse valor foi consideravelmente inferior, a rondar os 80 réis. Comparando com a década precedente, podemos concluir que a avaliação média da fruta fresca exótica foi superior, eventualmente em resultado da inflação, mas sobretudo por incluir os ananases, independentemente do local onde foram cultivados. Por outro lado, os embarques no Funchal de «fruta fresca da Europa» progrediram substancialmente em 1873-1876, podendo estar relacionados com a designação adotada nos registos alfandegários[61].

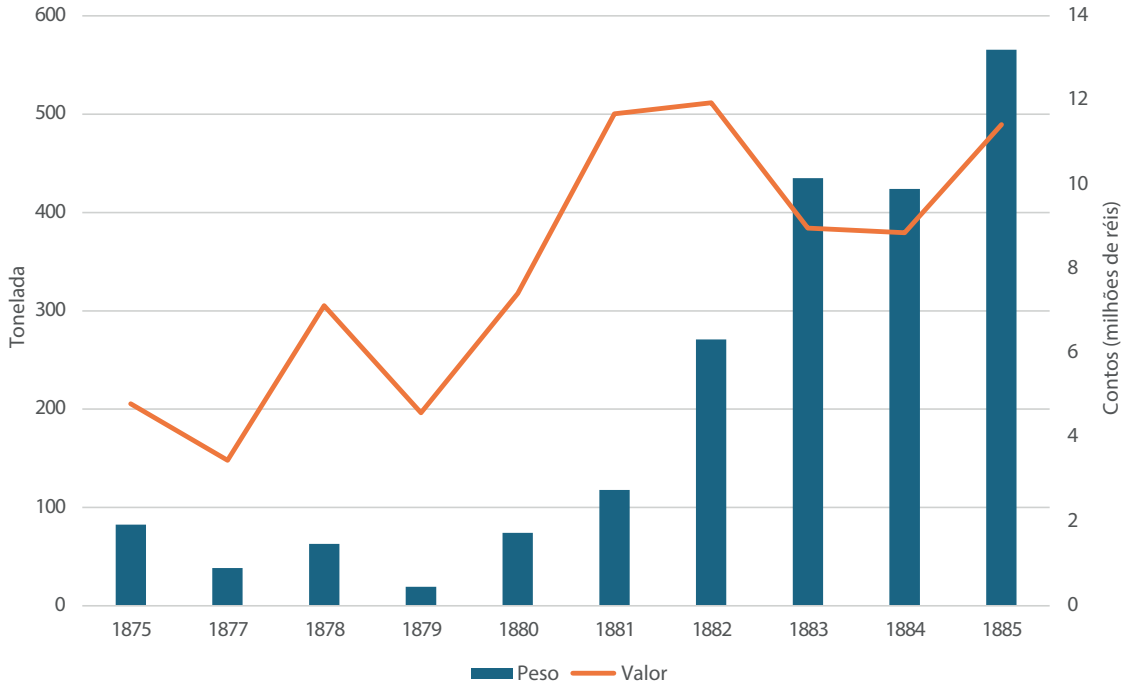
No início da década de 1880, a legislação nacional adotou a categoria «frutas frescas diversas», isto é, quaisquer frutas à exceção de alfarrobas, laranjas, limões, maçãs, uvas e ananases, mas a Alfândega do Funchal empregou a categoria «outras

[61] ABM, Alfândega do Funchal, liv. 280, fls. 61 e 119: 9391 kg em 1873, 23 258 kg em 1874, 33 719 kg em 1875; liv. 281, fls. 65 e 135: 38 766 kg em 1876, 31 676 kg em 1877 e 18 060 kg em 1878.

frutas verdes não mencionadas»[62]. Assim, consideramos incluir a banana da Madeira nos montantes apurados sob esta classificação. Porém, após 1885, os embarques para mercados muito diversificados, como por exemplo Alemanha, Angola, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Espanha, França, Inglaterra e Marrocos suscitaram algumas questões[63]. Se por um lado elencaram-se mercados para a banana na Europa e em África (Marrocos), por outro nomearam-se regiões muito distantes, e inclusivamente produtoras de banana.

Os dados, compilados mensalmente entre 1875 e 1885, permitiram determinar algumas tendências, especialmente se considerarmos a maior representatividade da banana no comércio de frutas verdes ou frescas produzidas na Madeira (Gráfico n.º 6). Não obstante, após 1882, temos de considerar o embarque ou despacho de outras frutas de menor valor, pois assistiu-se a uma rápida evolução na tonelagem transportada, por oposição ao decréscimo acentuado no valor.

Gráfico n.º 6 – Despachos de frutas frescas diversas na Alfândega do Funchal (1875-1885)
(peso – tonelada; valor – contos)



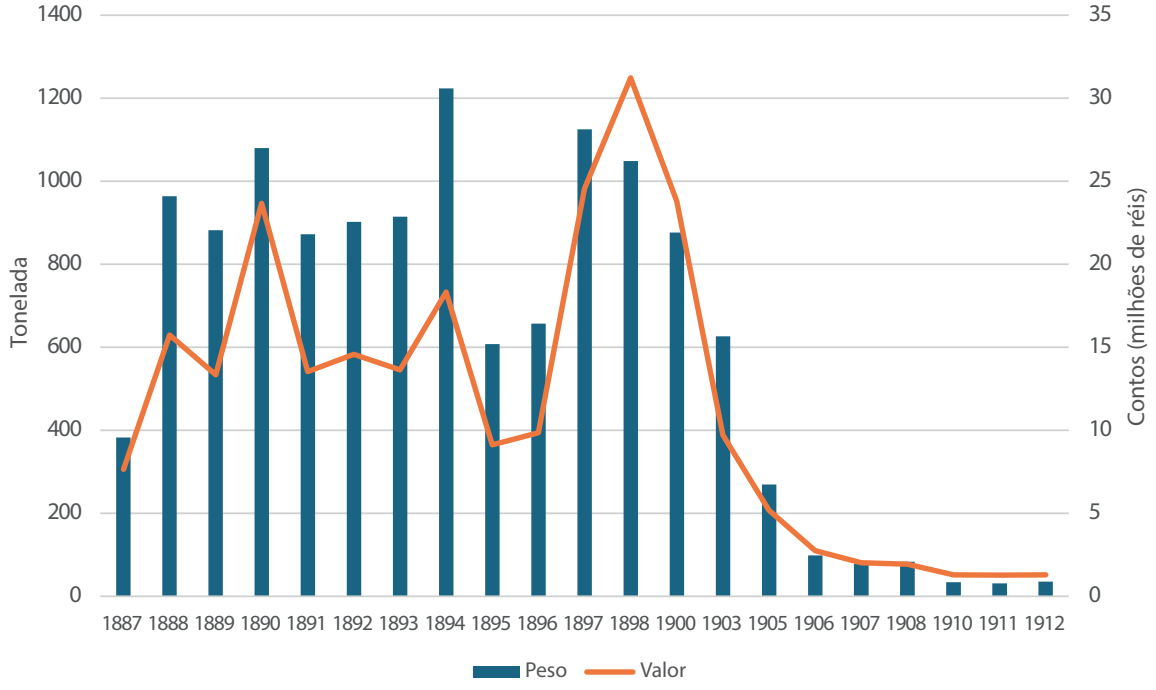
Fonte: ABM, Alfândega do Funchal, livs. 202, 219-223, e 250-253.

[62] *Collecção Official de Legislação Portuguesa* […], 1881, p. 135, Decreto de 28 de junho de 1880: tabela dos valores médios para a cobrança dos direitos *ad valorem* das mercadorias exportadas. ABM, Alfândega do Funchal, liv. 220.

[63] ABM, Alfândega do Funchal, livs. 224-226 e 254-272.

Os registos de embarques de outras frutas verdes não especificadas passaram a contabilizar os montantes exportados para a Grã-Bretanha entre 1887 e 1912 (Gráfico n.º 7). Este era, sem sombra de dúvidas, o principal mercado europeu de frutas, nomeadamente para a banana da Madeira, representando entre 88% e 98% do volume exportado em 1887-1898. Contudo, este país foi perdendo peso no início do século XX, mas ainda representou mais de 40% no início da década de 1910. Notam-se valores bem acima das 600 t anuais em 1888-1903; depois verificou-se uma forte quebra, ao ponto de representar menos de 6% da mencionada tonelagem em 1910-1912. Em termos de valor médio, as exportações até 1896 computavam-se em cerca de 16 réis o kg, tendo progredido substancialmente para 28 réis. Porém, este aumento do preço refletiu-se na acentuada quebra da tonelagem exportada nas primeiras décadas do século XX, em resultado da concorrência das Canárias e da América central.

Gráfico n.º 7 – Exportação de frutas verdes para a Grã-Bretanha (1887-1912)
(peso – tonelada; valor – contos)



Fonte: ABM, Alfândega do Funchal, livs. 225, 226, 254-256, e 262-272.

A grande diversidade de dados e as diferentes designações adotadas na segunda metade do século XIX dificultaram sobremaneira o estabelecimento de séries e não nos permitiram retirar grandes ilações. Limitamo-nos a tentar contextualizar

as diferentes cifras relativas aos embarques de frutas registadas pela Alfândega do Funchal, partindo do pressuposto que a banana representava o grosso das frutas da Madeira remetidas para território nacional e, inclusive, no total da exportação.

O comércio de frutas exóticas e frutas frescas ou verdes e secas continuou a efetivar-se, mas deixamos de encontrar referências específicas a banana nos registos da Alfândega do Funchal. Todavia, esta fruta voltou a ser nomeada em estatísticas do comércio de Portugal em 1876, em nova exportação para a Grã-Bretanha, de valor substancialmente superior aos da década anterior. Neste caso, exportaram-se mais de 87 t, avaliadas em 15 259 000 réis[64]. Os dados de 1879 incluíram a exportação de ananases e bananas para a Grã-Bretanha, embora em menor quantidade, isto é, cerca de 83 t, mas em valor superior – 18 084 000 réis –, isto é, evidenciou-se uma valorização do ananás no mercado das frutas tropicais[65].

Os bananais estabeleceram-se em algumas localidades da Madeira com condições edafoclimáticas adequadas. Segundo o contrato de sociedade entre José Fernandes de Azevedo e António Rodrigues em 1878, o primeiro «arrendou ao morgado Nuno de Freitas Lomelino a demidia das bananas ao mesmo pertencentes na freguesia da Magdalena do Mar»[66]. Este contrato de arrendamento, no valor de 500 000 réis, tinha o prazo de um ano. Numa das cláusulas constou «o valor a cada cacho de bananas nunca inferior a 5000 réis», ou seja, aquela propriedade produziria anualmente várias centenas de cachos. Durante a vigência do contrato, António Rodrigues tinha de grafar as iniciais JFA, a marca de fogo, no pedúnculo dos novos

[64] *Estatistica Geral do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1876* […], 1878, p. 63. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 30: os primeiros embarques esporádicos de banana das Canárias para o Reino Unido iniciaram-se em 1878, por iniciativa de Pedro S. Reid. ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], p. 5: a exportação de cachos de banana progrediu substancialmente entre 1873 e 1913, atingindo a cifra anual de 50 milhões, apesar dos naufrágios e da deterioração de um quarto da carga transportada.

[65] *Estatistica Geral do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1879* […], 1881, p. 82. O cultivo de ananases também foi experimentado na Madeira (veja-se *Diário de Notícias*: 1882-01-31, p. 2; 1907-03-05, p. 1; 1912-08-13, p. 1), mas, regra geral, exportavam-se ananases dos Açores (veja-se: *Diário de Notícias*, 1906-12-16, p. 2; 1915-04-07, p. 2).

[66] ABM, Registos Notariais, liv. 2504, fls. 30-30v.º, 8 de março de 1878: deduzidas as despesas e o capital investido no arrendamento, o remanescente foi dividido a meias entre José Fernandes de Azevedo, negociante do Funchal, e António Rodrigues, «por alcunha o Gaiola», lavrador da Madalena do Mar. SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», pp. 12-13: destacou-se esta freguesia para a cultura das bananeiras. RODRIGUES, 1953, *Questões Económicas I*, p. 33: considerou-se a bananeira e as hortícolas como as únicas culturas lucrativas para os colonos. ROCHA, 1957, *«A Colonia» no Arquipélago da Madeira e a questão que gerou*, p. 13: referiram-se senhorios que recebiam dimidia apenas das culturas ricas, e outros de quaisquer culturas. CÂMARA, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867-1967)», pp. 225-226: os contratos de divisão das colheitas de duração limitada aumentaram após a publicação do Código Civil de 1867.

cachos de banana. A este competia ainda adquirir banana aos caseiros do referido morgado – a outra metade da produção – e «vender na freguesia da Magdalena do Mar os cachos de bananas aos compradores que aparecerem».

Nas últimas décadas do século XIX, as estatísticas do comércio externo deixaram de especificar a banana enquanto produto exportado, quer pela perda de relevância no contexto do comércio de frutas, quer por agregar as frutas frescas ou verdes numa única categoria[67]. A propósito, refira-se que os critérios estatísticos e o título da publicação da Imprensa Nacional sofreram várias alterações ao longo do período estudado (Gráfico n.º 8), inviabilizando a comparação das cifras oficiais[68]. Mesmo considerando os valores da exportação por circunscrições aduaneiras, o Funchal constou com 5 milheiros de laranjas, cerca de 13 t de maçãs, 9000 ananases e 910 t de «outras fructas verdes não mencionadas», em 1889[69]. Neste caso, partimos do pressuposto que se tratava, em boa parte, de banana, excluindo-se as demais frutas acima nomeadas, ainda que se inclua um valor indeterminado de frutas verdes nacionalizadas, isto é, frutas verdes reexportadas. Esta discriminação aduaneira manteve-se até ao início da década de 1920. Contudo, constatou-se uma evidente quebra na tonelagem de frutas verdes ou frescas exportadas no início do século XX, que podemos associar a uma eventual perda de competitividade no mercado internacional e preferência pelo abastecimento ao mercado do continente de Portugal. Refira-se ainda a menor área e volume de produção dos bananeirais, comparativamente às culturas da vinha e expansão da cana-de-açúcar, na sequência da aprovação do regime sacarino da Madeira (1895-1918)[70]. Tornaram-se evidentes os valores residuais

---

[67] *Estatistica de Portugal* […], 1891, pp. 158-159: discriminaram-se os frutos mais relevantes (laranjas, limões, maçãs, uvas, ananases, outras frutas verdes, amêndoas, figos, alfarrobas, outras frutas secas e castanhas). BROWN, 2000, *Madeira, Islas Canarias y Azores*, p. 116: afirmou-se que a exportação de frutas era insignificante na Madeira devido aos regulamentos da Alfândega do Funchal. MARTINS, 2005, «A agricultura», pp. 240-241: a procura dinamizou os investimentos na horticultura e fruticultura portuguesas, representando mais de 8% da exportação de produtos agrícolas na segunda metade do século XIX.

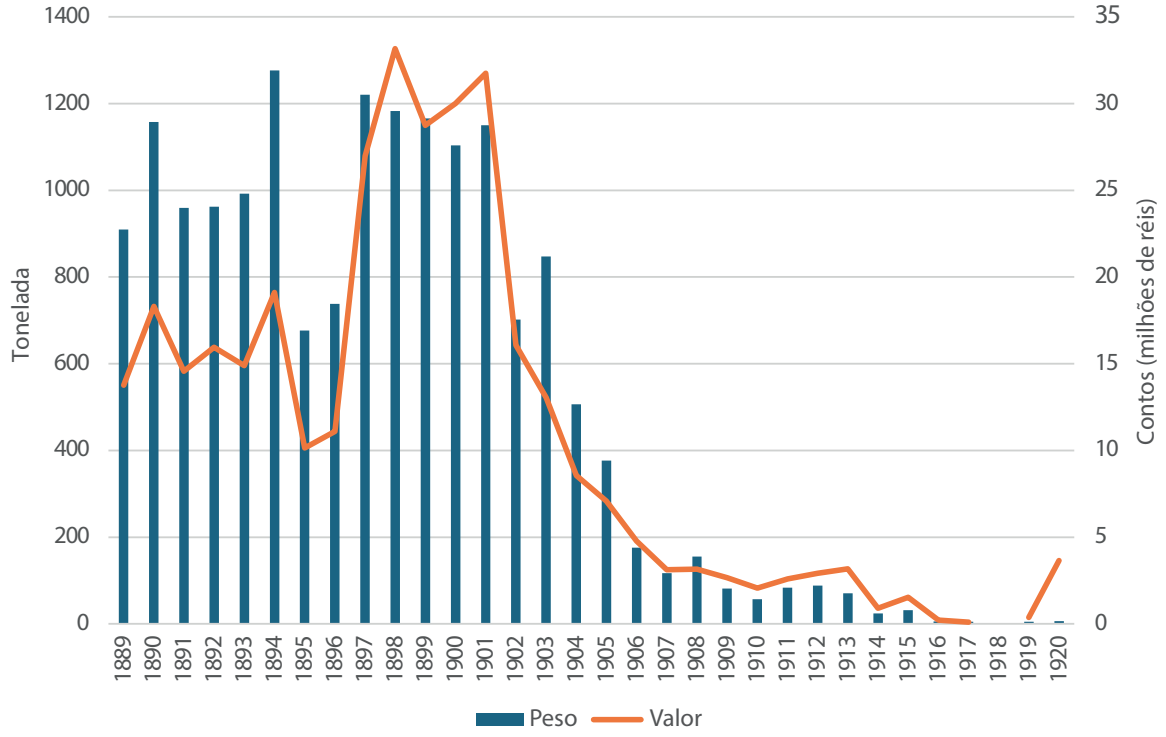
[68] MARTINS, 2005, «A agricultura», pp. 219-220: alertou-se para a subavaliação das produções, a inépcia dos inquiridores e a falta de uniformidade dos pesos e medidas nas estatísticas do século XIX. SOARES, 2005, «A agricultura», pp. 157-158: a análise ao Produto Interno Bruto (PIB) desagregado deparou-se com a dificuldade de séries diferentes – custos dos fatores em 1910-1958, e preços de mercado em 1953-1995 –, inviabilizando o cálculo da taxa média de crescimento. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 24-25: as estatísticas espanholas incluíram a banana na categoria de frutas frescas até 1930, e também se usaram diferentes unidades de medida.

[69] *Estatistica de Portugal* […], 1891, pp. 307-308.

[70] NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, pp. 73-74: referiu-se a substituição da cana sacarina pela bananeira no concelho da Calheta. AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 27: a Madeira contou com cerca de 1000 ha de área preferencial para o cultivo das bananeiras, mas as propriedades encontravam-se extremamente fragmentadas. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 25-26: no início do século XX,

deste tráfico após a entrada de Portugal na I Guerra Mundial, vislumbrando-se uma ténue recuperação no após-guerra. A fonte perscrutada deixou de discriminar a exportação por circunscrições aduaneiras em 1921, inviabilizando a nossa análise até ao final desta década. No que respeitou aos valores implicados neste tráfico, tal como assinalamos anteriormente, o decréscimo da tonelagem nas primeiras décadas do século XX foi compensado pela valorização das frutas, particularmente nos anos que antecederam a I Guerra Mundial, e especialmente com o fim do conflito, embora o aumento dos preços seja facilmente explicado pelo rumo da inflação[71].

Gráfico n.º 8 – Valores da exportação de frutas verdes pela Alfândega do Funchal (1889-1920)
(peso – tonelada; valor – contos)



Fontes: *Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes*; *Commercio e Navegação. Estatistica Especial*; *Comércio e Navegação. Estatística Especial*; *Estatística Comercial. Comércio e Navegação*.

o desenvolvimento dos bananais nas Canárias substituiu as culturas da cana-de-açúcar, cochinilha, batata, tabaco e vinha, devido ao maior retorno dos investimentos. CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 119-120, 149 e 169-194. PACHECO, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-industriais* […], pp. 35-36: a área agrícola da cana sacarina aumentou de 800 ha em 1895 para 1800 ha em 1918, tendo retrocedido a 1400 ha em 1928.

[71] NUNES e VALÉRIO, 2005, «Moeda e bancos», p. 228-229: referem-se as causas do processo inflacionista (esfera real e esfera monetária).

Em suporte ao inferido, as estatísticas conhecidas referiam-se à exportação – ou embarque – de aproximadamente 550 t de banana da Madeira em 1911, 494 t em 1912 e 620 t em 1913[72]. Esta oscilação poderá estar relacionada com a influência das condições climatéricas sobre a produção anual, mas sobretudo complementou os dados apresentados no gráfico acima. Assim, as frutas verdes exportadas em 1911--1913 correspondiam a cerca de 11%-18% da mencionada tonelagem de banana, subentendendo-se a relevância do mercado nacional no consumo de banana da Madeira. A estagnação da exportação de banana comprovou-se na década de 1920, não indo além de 430 t em 1929, e com tendência decrescente em anos subsequentes[73]. Esta conjuntura negativa para a exportação de banana também foi sentida nas Canárias[74].

Por informações publicadas na imprensa, no início da década de 1880, estava «ha pouco tempo a ser ensaiada em maior escala» o cultivo de ananases, embora o valor da banana e de outras frutas fosse consideravelmente superior[75]. A contabilização dos embarques de banana em 1883, segundo os despachos de exportação publicados no *Diário de Notícias*, compreendia diferentes formas de acondicionar, designadamente gigos[76], caixas e grades (Gráfico n.º 9), além de uma referência a volume e outra a barricas. Mesmo sem indicação dos respetivos peso e valor, o maior número correspondeu a grades e gigos com banana. Ao longo do ano, apenas em dezembro não se verificaram despachos de exportação, eventualmente por ser uma época de menor produção e da própria diminuição do tráfego marítimo, devido ao estado do mar e às deficientes infraestruturas portuárias de carga e descarga, mas poderia

---

[72] SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 119-120. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 33-34: o incremento da exportação de banana da Madeira ocorreu depois de 1925. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 219.

[73] CÂMARA, 1957, *Bases para um inquérito económico às condições de cultura da bananeira* […], p. 113: referiram-se valores de cerca de 200 t na década de 1930.

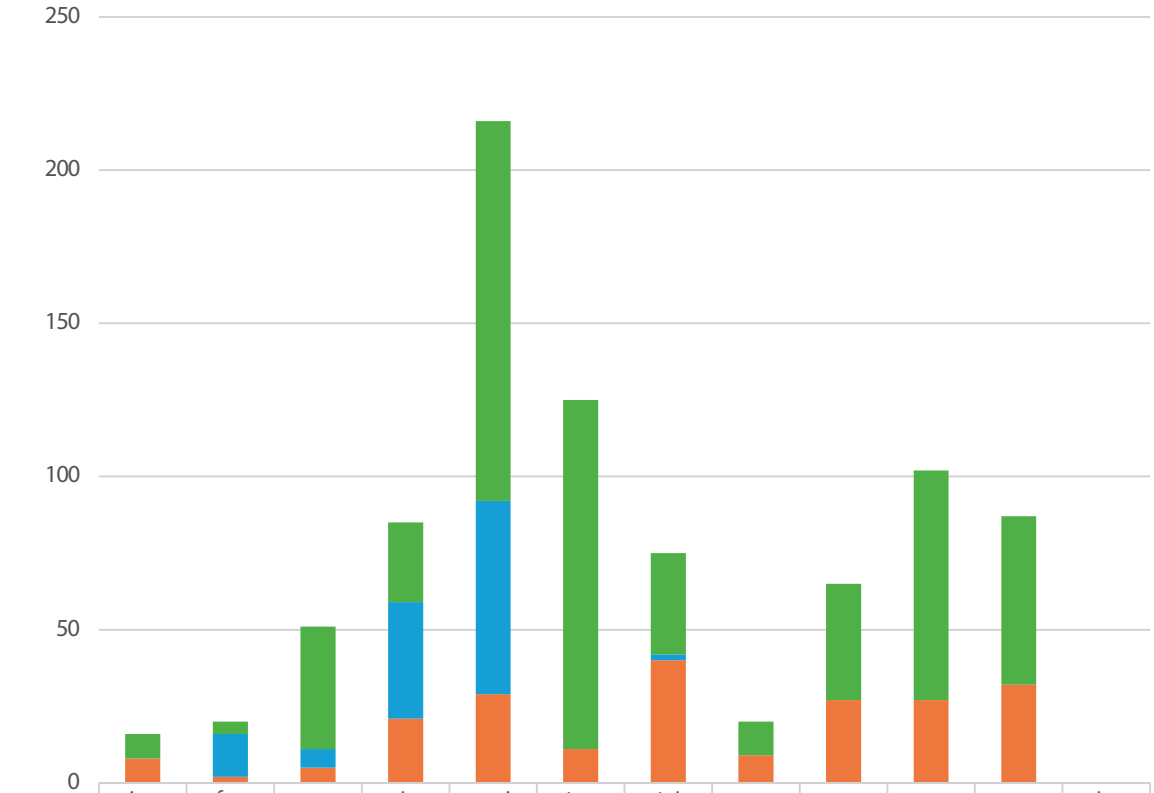
[74] PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 34-36: deu-se o exemplo da exportação de banana das Canárias para a Grã-Bretanha, que representava 45% em 1922 e baixou para 6% em 1935, embora em parte compensado com o desenvolvimento das exportações para a França.

[75] *Diário de Notícias*, 1882-01-31, p. 2: exportaram-se 774 600 réis de ananases e 11 674 600 réis de banana e outras frutas em 1881. *Diário de Notícias*, 1884-03-23, p. 2: exportaram-se 1 954 000 réis de ananases e 8 964 600 réis de banana e outras frutas em 1883. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210.

[76] Os gigos e gigas correspondiam a cestarias diferentes, mas optamos pelo termo gigo por ser utilizado em maior número (veja-se, por exemplo, *Diário de Notícias*, 1883-08-18, p. 2: acondicionou-se banana em gigas e batata em gigos). Todavia, o termo giga prevaleceu na imprensa até 1919, enquanto o gigo deixou de ser usado em 1914. SARMENTO, 1941, *As Pequenas Indústrias da Madeira*, s.p.: referem--se gigas de giesta para acondicionamento dos frutos de exportação. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 206: as diferentes unidades na importação e exportação (cachos ou peso) e a origem dos dados (organizações de produtores, alfândegas e portos de carga/descarga) dificultaram as comparações.

resultar de critérios editoriais daquele periódico[77]. Nos meses de estio, a concorrência de outras frutas da época pareceu provocar a diminuição dos embarques de banana, designadamente em agosto. Em sentido oposto, no inverno e na primavera havia maior procura e melhores preços para a banana[78].

Gráfico n.º 9 – Despachos de exportação de banana no *Diário de Notícias* (1883) (em unidades)



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Grades	8	4	40	26	124	114	33	11	38	75	55	
Caixas		14	6	38	63		2					
Gigos	8	2	5	21	29	11	40	9	27	27	32	

[77] BATISTA e BATISTA, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, p. 20: as condições climáticas no inverno e grande parte da primavera limitavam o desenvolvimento das bananeiras ao ar livre, especialmente quando as temperaturas desciam abaixo de 15ºC.

[78] NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, pp. 95-96: pretendia-se diminuir a produção da denominada "banana de S. João" (colhida em outubro e novembro).

Um dos óbices ao desenvolvimento do comércio das frutas prendeu-se com o modo de empacar[79]. A imprensa prestou o seu contributo ao divulgar o que considerava serem boas práticas no uso de cestos e de caixas. No que concerne às

> «fructas destinadas á exportação, devem ser colhidas não muito maduras, sem manchas de insectos ou nodoa de especie alguma, porque a que for manchada, apodrece a outra […] o cesto onde se collocar a fructa, deve ter uma camada expessa de musgo, e por cima de cada camada uma folha de papel para não tocar uma na outra. Na fructa que for em caixas, não devem estas ser muito grandes, e é condição escencial que fique a fructa bem junta para se não pisar com os balanços. […] De inverno as caixas devem ser forradas com uma camada de palha ou musgo com a espessura de 2 a 3 polegadas»[80].

No arrolamento dos principais produtos do arquipélago destinados a exportação, o vinho da Madeira constituía, de longe, a principal fonte de receitas. A título de exemplo, em 1884 arrecadou-se 790 342 800 réis no total, mas, deste montante, apenas cerca de 9% diziam respeito a outros géneros: «tecidos, bordados, fructas frescas, batatas, cebolas, legumes, obra de marceneiro, e obras de vimes»[81].

A importância da agricultura na economia do arquipélago e no equilíbrio da balança comercial transpirou naturalmente nas páginas da imprensa. Afirmou-se que «da lavoura derivam todos os productos que nos exportamos. O vinho, o assucar, a banana e as fructas, a cebola, a batata, os vimes etc, são os generos agricolas que constituem, quasi exclusivamente, toda a nossa exportação»[82]. Contudo, também se apelou à diversificação da agricultura para lá das «actuaes culturas ricas, a vinha, a canna e a banana», designadamente o chá e o cafezeiro, ainda que direcionados para o

---

[79] CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 173: as bananas dos cultivares *sinensis* – como era o caso da bananeira anã – careciam de embalagem protetora. PÉREZ MARRERO, 1995, «Evolución de las tecnicas y sistemas de embalaje en los comercios del plátano», pp. 102-104: utilizaram-se cestos individuais e caixas de madeira de um ou vários cachos de banana, nas Canárias e na Madeira.

[80] *Diário de Notícias*, 1884-12-25, p. 1. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 173. PÉREZ MARRERO, 1995, «Evolución de las tecnicas y sistemas de embalaje en los comercios del plátano», pp. 103-104: manteve-se o uso de caixas de madeira importada nas Canárias até ao fim da década de 1930. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210: colocou-se a questão da embalagem em 1888.

[81] *Diário de Notícias*, 1886-01-30, p. 2: o vinho da Madeira rendeu 719 635 300 réis.

[82] *Diário de Notícias*: 1881-07-03, p. 3: referiu-se a abundância e o bom preço de frutas e hortaliças no mercado local, incluindo a banana; 1895-07-11, p. 1; 1903-12-21, p. 1: mencionou-se a exportação de «pequenas remessas de bananas para Londres, de semilha e cebolas para Demerara e Trindade, quasi sempre em navios á véla», e a falta de géneros alimentícios para abastecer o mercado interno. MARTINS, 2005, «A agricultura», p. 241: referiu-se a exportação de frutas e legumes de Portugal para o Brasil e Inglaterra – batatas, cebolas, couves, legumes secos e em conserva, massa de tomate e morangos. CÂMARA, 2005, «Relações económicas com o exterior», p. 338: entendeu-se o crescimento das exportações em relação com a oferta e o desempenho da economia do país.

mercado local, assim diminuindo-se o valor das importações[83]. Em resultado da maior valorização das citadas culturas, os adubos específicos para aqueles cultivos eram naturalmente mais caros[84]. A água de rega foi outro fator de produção a ter em conta, especialmente nos meses de estio – maio a setembro – na costa sul da Madeira, tendo por isso de se armar o solo dos socalcos em regos ou "mantas" e proceder a regas por alagamento[85]. A dimensão reduzida dos bananeirais e as ineficientes técnicas de cultivo nas regiões subtropicais (Imagem n.º 4), por comparação com as grandes plantações nas regiões tropicais, constituiu outro fator diferenciador, embora nem sempre limitador da produtividade média por hectare[86].

---

[83] *Diário de Notícias*: 1895-07-13, p. 1; 1908-11-29, p. 1: continuou-se a defender a variedade de culturas e lamentou-se que a exportação «digna de menção, reduz-se a vinho, assucar, bordados e obras de vimes», por contraste com a agricultura açoriana; 1910-04-28, p. 1; 1910-09-13, p. 1. RODRIGUES, 1953, *Questões Económicas I*, pp. 43-48 e 98: comparou-se a rendibilidade da bananeira, cana e vinha, e concluiu-se que a banana proporcionava melhores rendimentos. AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 1: estas culturas ocupavam áreas reduzidas, mas proporcionavam maiores rendimentos. PONTE e RIBEIRO, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», s.p.: cultivavam-se espécies hortícolas e frutícolas nos terrenos de menor altitude, e a bananeira por «fácil instalação e condução, menos exigente em mão de obra».

[84] *Diário de Notícias*: 1901-07-16, pp. 2-3: referiu-se o envio de amostras de terra e bananeiras para análise em Paris e anunciou-se para breve a comercialização de adubos por A. B. C. de Sampaio; 1902-03-28, p. 3: a Sampaio & C.ª anunciou a venda de 100 kg de adubo a 6000 réis para vinha, cana-de-açúcar e bananeira, e a 5000 réis para trigo e batata; 1902-09-16, p. 3: justificou-se o preço superior com a composição química e aplicação em menor quantidade, com «economia de 500 reis em cada 100 kilos». AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 9: os custos de produção na Madeira eram encabeçados pelos juros do capital fundiário (29,7%), adubos, fertilizantes e corretivos (28,7%), e mão-de-obra (23,4%), mas representavam 87,3% das despesas de exploração efetivas. CABRERA CABRERA, 1998, «Técnicas de cultivo de la platanera en los subtrópicos», s.p.: a fertilização do solo e a rega foram essenciais ao aumento da produtividade. SOARES, 2005, «A agricultura», pp. 173-174: a aplicação de fertilizantes aumentou em Portugal, mas era inferior a outros países. CÂMARA, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867-1967)», p. 218: associou-se o incremento de fertilizantes à expansão de bananeirais e ao declínio dos contratos de colonia.

[85] *Diário de Notícias*, 1903-12-21, p. 1: apontaram-se as dificuldades na construção de levadas para aproveitar «grande parte das freguezias de Santa Maria Maior, S. Gonçalo e Caniço esterilisadas pela falta d'agua». AAVV, 1969, *O Aproveitamento da Água na Ilha da Madeira*, pp. 25-26: o Código Civil de 1867, ao alienar a água de rega das propriedades, encareceu os custos de produção. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 130-132: as bananeiras necessitavam de muita água – da chuva ou rega – para se desenvolverem. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: as regas realizavam-se com a frequência de 12 a 20 dias e, durante um ano, consumia-se 40 000-60 000 m^3 de água por ha. CABRERA CABRERA, 1998, «Técnicas de cultivo de la platanera en los subtrópicos», s.p.: as disponibilidades hídricas condicionaram o desenvolvimento das bananeiras, chegando a gastar-se 24 000 m^3 por ha ou 600 l de água para um kg de banana. PACHECO, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-industriais* […], p. 41: o elevado preço da água também resultou do investimento em extensos canais de rega ligando as vertentes norte e sul da Madeira. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 218.

[86] CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 191: as condições de cultivo das bananeiras nas Canárias eram muito idênticas às da Madeira, necessitando de produtividade elevada – 40-60 t por ha – para amortizar os investimentos. CABRERA CABRERA, 1998, «Técnicas de cultivo de la platanera en los subtrópicos», s.p.: o rendimento por ha podia equivaler, e até superar, o das regiões tropicais.

Imagem n.º 4 – Cultivo de bananeiras na orla de uma vereda (ant. 1905)

Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Joaquim Augusto de Sousa, n.º inv. 215.

Na segunda metade da década de 1880, apenas encontramos referências pontuais a embarques de banana juntamente com outras frutas. Por exemplo, no primeiro quadrimestre de 1885, expediram-se frutas no valor de 3 726 500 réis[87]. No primeiro semestre de 1886, esse valor ascendeu a 5 389 200 réis[88]. Em 1887, uma notícia referiu-se aos primeiros sete meses do ano, incluindo-se quer o peso – 304 722 kg de «fructas frescas (bananas &)» –, quer o valor – 6 096 700 réis – da exportação[89]. Esta informação foi confirmada no início do ano seguinte, noticiando-se o carregamento de aproximadamente 560 t de frutas frescas «sendo quasi a sua totalidade bananas», no valor de 11 205 900 réis[90]. Ainda assim, não contabilizamos as inúmeras referências a embarques de fruta fresca publicadas na imprensa, uma vez que se tornou impossível determinar o quantitativo e o valor da banana.

A relevância desta cultura no panorama agrícola regional mereceu a publicação de um artigo intitulado «A cultura da banana» na rubrica de «Assumptos Geraes», na primeira página do *Diário de Notícias*. Reconheceu-se a excessiva dependência de duas culturas – a vinha e a cana-de-açúcar – e as inevitáveis crises quando estas eram afetadas por doenças ou pela concorrência de outras regiões produtoras[91]. No caso da cana sacarina, destacou-se o aproveitamento da folhagem, como forragens para a pecuária, e o fabrico de mel, aguardente, açúcar, e álcool para tratamento do vinho da Madeira[92]. Em alternativa, sugeriu-se

> «a cultivação da banana, pois que o consummo d'este fructo é susceptivel de um augmento immenso nos mercados da Europa, cujas necessidades teem de ser suppridas de preferencia, pelos archipelagos da Madeira e das Canarias, os mais proximos d'esses mercados.»[93]

---

87 *Diário de Notícias*, 1885-05-17, p. 2.

88 *Diário de Notícias*, 1886-07-16, p. 2.

89 *Diário de Notícias*, 1887-09-18, p. 2: em termos de valor, a banana constava em terceiro lugar, após o vinho da Madeira (388 348 700 réis) e os bordados (6 727 600 réis); em termos de peso, ocupava o segundo lugar, após as cebolas (497 724 kg).

90 *Diário de Notícias*, 1888-01-11, p. 2.

91 PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 612: os caules, folhas e socas das bananeiras começaram a ser atacadas pela praga do bicho da bananeira em 1910, provocando manchas negras na base dos frutos.

92 *Diário de Notícias*, 1901, 01-22, p. 1: referiu-se que «a canna dá forragem em quantidade sufficiente para alimentar muito gado». RODRIGUES, 1953, *Questões Económicas I*, pp. 75-76 e 86-87: usavam-se as folhas da vinha e folhas e caules de bananeiras e cana-de-açúcar em forragens. CÂMARA, 1957, *Bases para um inquérito económico às condições de cultura da bananeira* […], p. 39.

93 *Diário de Notícias*, 1888-10-12, p. 1. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 175: os navios ventilados podiam efetuar o transporte de banana em viagens de três a cinco dias. CÂMARA, 2005, «Relações económicas com o exterior», p. 348: a procura externa de géneros que Portugal podia fornecer – frutas, legumes, azeite e produtos animais – não estimulou a produção na segunda metade do século XIX. PACHECO, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-industriais* […], p. 36: o cultivo da bananeira era considerado mais lucrativo que o da cana-de-açúcar ou da vinha.

Já nesta altura, os Estados Unidos da América eram um dos principais consumidores, importando banana das «West Indias e de Demerara»[94]. Deu-se como exemplo o mês de junho, em que a Jamaica exportou cerca de 120 mil cachos de banana em navios a vapor, mas «os embarques entre março e julho são de 70 mil cachos por semana e entre julho e março são de 40 000 cachos». Afirmou-se ainda que

> «os terrenos de uma altitude superior a cento e cincoenta metros não se prestam á producção da banana de embarque, isto é, de cacho grande e bem formado; mas nos terrenos lítoraes e n'aquelles geralmente susceptiveis de produzir a canna, pode dar--se vantajosamente a banana, e vemos que este genero agricola se vae desenvolvendo vagarosamente, pela iniciativa particular, em muitos pontos da ilha. Em vista do preço por que se vende este genero e da sua procura nos mercados europeus, podemos consideral-o a terceira das mais ricas culturas da Madeira e é de todo o interesse publico animar o desenvolvimento do seu cultivo»[95].

A expansão de bananeirais enfrentou outro problema, aliás comum à generalidade dos bens e aos residentes no arquipélago – a exiguidade das vias de comunicação. Neste ponto, questionou-se a política fiscal e os seus efeitos sobre a definição de rotas marítimas regulares com diferentes portos da Europa, que se abasteciam deste fruto cultivado nas Canárias e, em menor grau, na Madeira. Concluiu-se que o

> «augmento da navegação consegue-se naturalmente pela benignidade dos regulamentos alfandegarios, pela abundancia dos generos a transportar, e pela sua procura nos mercados da Europa, que é susceptivel de grande incremento, em relação ao genero de que nos occupamos. O nosso clima e terrenos litoraes de toda a ilha, prestam-se admiravelmente à cultura da banana – mas são precisas vias do communicação certa e facil entre os pontos da producção e o porto de embarque, o Funchal. A via maritima

---

[94] CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 205: os primeiros cachos de banana entraram nos Estados Unidos da América antes de 1870. ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], p. 4: a navegação a vapor possibilitou o transporte de banana, particularmente a partir da década de 1870.

[95] *Diário de Notícias*, 1888-10-12, p. 1. NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, pp. 40-42: o cultivo da bananeira perdia interesse económico acima dos 200 m de altitude na costa sul, e 150 m na costa norte. AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 6: cultivou-se a bananeira até aos 300 metros de altitude, mas o maior rendimento obtinha-se em zonas baixas, de boa exposição solar e protegidas dos ventos. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 612: a bananeira encontrou condições privilegiadas de cultivo na Madalena do Mar, Fajã do Mar, Anjos, Praia Formosa e Vitória, até 200 metros de altitude, mas nalguns lugares atingia o dobro. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: a costa sul da Madeira, entre 10 e 300 metros de altitude, tinha o melhor clima para a bananeira. PONTE e RIBEIRO, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», s.p.: os bananais dos Açores localizavam-se nas encostas sul das ilhas, em vales protegidos do vento ou "grotas", até 150 metros de altitude. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 26: as melhores zonas para as bananeiras nas Canárias localizavam-se junto à costa, onde as temperaturas eram mais elevadas e havia disponibilidade hídrica. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», pp. 208-209: cultivou-se até 200 m de altitude, nos concelhos do Funchal, Ponta do Sol, Câmara de Lobos, Calheta, Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico.

> é certamente a mais economica, mas a via terrestre é a mais certa, e quando se trata de generos que se deterioram; a certeza é evidentemente o mais importante. São, pois, muito necessarias as estradas carreteiras e folgamos de vêr que esse melhoramento está merecendo a solicitude dos poderes públicos.»[96]

A semente lançada por esta publicação frutificou no espaço de um mês. Em resposta às preocupações e considerações avançadas, outro articulista concordou com o panorama traçado e afiançou que «a variedade das culturas é uma garantia não só para o caso de uma d'essas culturas ser dizimada pela doença, mas tambem para a hypothese da sua depreciação sob o ponto de vista comercial». Na mesma peça jornalística, deram-se algumas sugestões para se desenvolver esta cultura, designadamente:

> «A importação de plantas de boa qualidade, por conta do estado, a creação de premios de cultura, isenção de direitos e impostos por um certo numero de annos, poderiam, talvez, favorecer o desenvolvimento desejado da cultura da banana na ilha da Madeira.»[97]

A criação de prémios de produção apenas se concretizou em 1908, através do Conselho Distrital de Agricultura, numa altura em que a exportação de frutas da Madeira se encontrava em forte quebra. Estipulou-se o pagamento de 50 000 réis aos cultivadores de banana em junho, e 20 000 réis aos produtores de cerejas, pêssegos e damascos. Os critérios do júri para a atribuição dos referidos prémios tinham em consideração a «quantidade e qualidade dos fructos, assim como aos esforços empregados no aperfeiçoamento da cultura»[98], pois a banana de maior calibre era mais valorizada no mercado. Esta iniciativa foi promovida e difundida na imprensa local, mas o concurso permaneceu deserto, denotando pouco interesse pelo cultivo destas frutas.

---

[96] *Diário de Notícias*, 1888-10-12, p. 1. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 82 e 186: apontou-se a produção anual de 30 000 t para se obterem fretes vantajosos e a necessidade de investimentos em infraestruturas viárias e portuárias para expandir os bananais. DODO, 2009, «Evolución del sector del plátano en Canarias […], pp. 17-18: a construção de portos em 1884-1893 facilitou a navegação e exportação de banana das Canárias. ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], pp. 12-13: Canárias passou a exportar banana regularmente após os investimentos em portos. VIEIRA, 2014, *A Junta Geral do Distrito do Funchal (1835-1892) e (1901-1976)*, pp. 110-111: aludiu-se a uma rede viária de carreiros em 1893, por onde se circulava com os cachos de banana às costas.

[97] *Diário de Notícias*, 1888-11-25, p. 1.

[98] *Diário de Notícias*: 1908-05-30, p. 1: o prazo de inscrição terminou a 14 de junho; 1908-05-31, p. 1: acrescentaram-se os procedimentos a seguir – verificação da fruta nas propriedades, marcação da data da colheita e exposição pública durante três dias –, a composição do júri – dois agricultores, três exportadores de frutas e dois vogais do conselho distrital de agricultura – e anunciaram-se concursos para a produção de peras, uvas de mesa e maçãs; 1908-06-09, p. 2: o concurso permaneceu deserto; 1908-06-18, p. 1: o concurso foi «mais um esforço mallogrado a favor da agricultura madeirense». NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, p. 94: defendeu-se a melhoria da qualidade, ao invés da aposta no preço único.

A isenção de direitos de exportação sobre os produtos agrícolas poderia ser uma forma de estimular a produção, uma vez que «A cebola, a semilla, os legumes e as fructas, que saem em pequena escala, poderiam sair em maior quantidade». Além disso, aflorou-se outro problema recorrente, neste caso relacionado com os custos dos

> «fretes de Inglaterra para as Canarias, e vice versa, são mais baratos do que para a Madeira, ou d'aqui para Londres. Esta diferença, que nos é prejudicial, naturalmente originada nas despezas do porto do Funchal serem superiores ás dos portos das Canarias»[99].

Uma evidência da expansão das culturas frutíferas relacionou-se com a disseminação do consumo de adubo químico «proprio para bananeiras», como anunciou na imprensa Leacock & Co. Segundo esta fonte, «Depois de cuidadosas experiencias», esta firma importou de Inglaterra «adubos de boa qualidade e baratos», que utilizou e distribuiu como agente económico no arquipélago da Madeira[100]. O seu empenho nesta produção e como intermediário na exportação de frutas prosseguiu nas décadas seguintes, afirmando-se que apenas na Quinta do Salto do Cavalo se produziu num ano e exportou para Inglaterra 1500 cachos de banana[101]. Porém, no rescaldo das perturbações económico-financeiras do início da década de 1890, noticiou-se que «suspenderam tambem a compra de bananas e de mais fructas, em virtude da perturbação cambial occasionada pela noticia da prohibição da entrada na Madeira da moeda que actualmente corre no paiz. Somma e segue.»[102] (Gráfico n.º 10.)

---

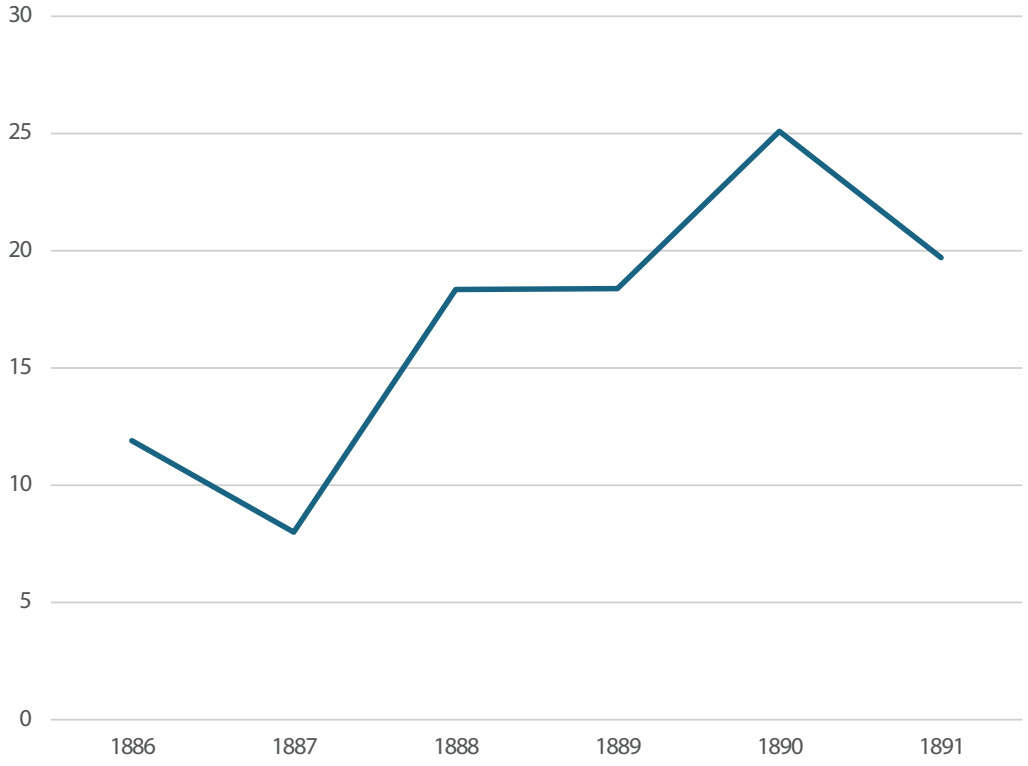
99 *Diário de Notícias*, 1889-04-21, p. 1.

100 *Diário de Notícias*, 1882-11-09, p. 3: referiram-se adubos da marca «Lawes Manure Co. de Londres». PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 612: o adubo de curral devia ser usado anualmente. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 70. BATISTA e BATISTA, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, p. 41: havia vantagens em utilizar o estrume. Sobre o uso de adubos orgânicos e químicos, veja-se, por exemplo: CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 113-130.

101 *Diário de Notícias*, 1892-07-26, p. 1. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 29: as firmas inglesas exploravam as maiores plantações de bananeiras nas Canárias entre finais do século XIX e inícios do século XX. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 72: ressalvou-se que os empresários naturais das Canárias exploravam a área maior de bananais.

102 *Diário de Notícias*, 1892-02-06, p. 1. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 29: as firmas britânicas investiam em bananais e compravam esta fruta aos agricultores locais.

Gráfico n.º 10 – Frutas frescas despachadas na Alfândega do Funchal (1886-1891)
(em contos – milhões de réis)



Fonte: *Diário de Notícias*, 1895-03-22, p. 2.

Como se constata na leitura do gráfico anterior, o valor das frutas frescas, especialmente constituído por banana, apresentou uma tendência ascendente até o ano do Ultimato, imposto a Portugal pelo país que representava o principal mercado para a banana da Madeira. Além disso, a crise financeira de 1891, com o abandono do padrão-ouro, afetou grandemente as taxas de câmbio e a contabilidade do volume e valor das exportações nacionais[103]. Estas ilações comprovaram-se na evolução do percentil da exportação de banana e de outras frutas ao longo do período representado no gráfico, por comparação com o valor total das mercadorias despachadas na Alfândega do Funchal. Este tráfico progrediu de forma paulatina entre 1886 (1,5%) e 1890 (3,2%), mas regrediu em 1891 (2,3%). No mesmo período,

[103] LAINS, 1995, *A Economia Portuguesa no Século XIX*, pp. 74-78. BROWN, 2000, *Madeira, Islas Canarias y Azores*, pp. 75-76: o câmbio da libra esterlina era de 4500 réis até 1890, mas agravou-se até perfazer 8700 réis em 1898.

o vinho da Madeira representou, em média, mais de nove décimos do valor total das mercadorias embarcadas no Funchal[104].

Além de Leacock & Co., outras firmas imiscuíram-se no comércio de frutas, pois a «cultura da banana é hoje um ramo importante, devido a exportação que d'ella fazem alguns comerciantes, especialmente estrangeiros»[105]. Esta apetência para explorar novos produtos e mercados foi em tudo idêntica à situação vivida no vizinho arquipélago das Canárias, onde as plantações de bananeiras e a exportação, desta e de outras frutas e legumes, foram dinamizadas por empresas e até companhias de navegação estrangeiras, nomeadamente britânicas, de forma a rentabilizarem os vapores nas rotas regulares. Aliás, algumas das empresas ligadas a este comércio atuavam nos dois arquipélagos e os próprios vapores faziam regularmente escala no Funchal, para tomarem carga e passageiros[106]. No entanto, a menor relevância da produção madeirense pareceu desinteressar as grandes companhias monopolistas que dominavam o comércio internacional de banana no início do século XX[107].

Os interesses comerciais britânicos também se manifestaram no estabelecimento de uma rota com navios a vapor e sistema de refrigeração ligando Demerara a Londres, com escala no Funchal, para efetuar o transporte de cachos de banana «em perfeito

---

[104] AFONSO e AGUIAR, 2005, «A internacionalização da economia», p. 313: cerca de dois terços das exportações de Portugal concerniam a produtos alimentares e de baixo nível de transformação industrial – a própria comercialização de vinho a granel limitava o valor acrescentado.

[105] *Diário de Notícias*, 1894-06-29, p. 1: pretendeu-se desenvolver o cultivo do cafezeiro e do chá. MARTÍN RUIZ *et al*., 1991, *La Agricultura del Platano en las Islas Canarias* […], p. 18: a casa Leacock fundiu-se primeiro com Fyffes & Hudson, e depois com Elder & Dempster, dando origem a Elder & Fyffes. BROWN, 2000, *Madeira, Islas Canarias y Azores*, p. 121. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 26-28: associou-se a expansão de bananeirais ao capitalismo agrário nacional e estrangeiro e aos baixos custos da mão-de-obra, mas os investimentos britânicos cobriam o abastecimento de carvão, câmbios, banca, seguros, e até turismo.

[106] *Diário de Notícias*: 1904-03-10, p. 2: noticiou-se o lançamento do segundo navio refrigerado para o transporte de 45 000 cachos de banana de Elder & Fyffes, Limited; 1907-08-25, p. 1: cessou a exportação de banana para a Grã-Bretanha, «retirando-se o maior commerciante, que aqui o fazia em escala, para as Canarias, onde continua com esse ramo de negocio»; 1911-07-22, p. 1: referiu-se uma reunião entre John M. Leacock, negociante e industrial na Madeira e nas Canárias, e o ministro das Finanças, José Relvas; 1911-09-21, p. 1: as casas comerciais Leacock & Co. e Leça, Gomes & C.ª dirigiram uma representação ao ministério das Finanças no sentido de se facilitar a exportação de frutas e legumes. BROWN, 2000, *Madeira, Islas Canarias y Azores*, pp. 2-17 e 115-117. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 27-28 e 78-80: a família Leacock esteve ligada à administração da empresa Elder & Fyffes, a qual passou a ser controlada pela United Fruit Company – hoje United Brands Co. – em 1903, sendo absorvida em 1910.

[107] Sobre as multinacionais americanas United Brands Co., Castle & Cooke e Del Monte, veja-se, por exemplo: PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 78-85.

estado de conservação»[108]. Em contraste, noticiou-se o embarque para Londres de 1325 cachos de banana da Madeira «soltos, apenas embrulhados em palha, além d'outra porção que foi acondicionada em caixas gradeadas»[109]. O mercado britânico, com carreiras regulares de navegação a vapor, absorveu mais de 70 t de «fructa verde» da Madeira em novembro de 1887[110]. Em maio de 1893, o valor da exportação de banana da Madeira encontrava-se em progressão, mas ainda representou um percentil irrelevante[111]. Neste último ano, o embarque de frutas frescas não mencionadas para Lisboa superou 620 t, cujo valor ascendeu a 11 848 970 réis[112].

As melhores condições de cultivo e transporte nas Canárias, concorrente da produção madeirense de banana no mercado britânico, suscitou preocupação na transição do século XIX para o século XX. Afirmou-se que o arquipélago vizinho embarcava semanalmente mais de 30 000 cachos de banana em 1898, onde este fruto beneficiava de «melhor procura no mercado londrino, devido ao seu bello aspecto»[113]. Assim, a melhor qualidade, maior oferta e preço inferior prejudicaram a exportação de banana da Madeira, cujo preço sofreu «uma enorme baixa», agravada pelo recurso aos serviços de «intermediarios que, muitas vezes, auferem o maior lucro com prejuizo para os proprietários»[114].

---

[108] *Diário de Notícias*: 1887-01-28, p. 2: carregou legumes do Funchal para Demerara e trouxe 1000 cachos de banana para o mercado londrino; 1887-01-29, p. 1: embarcou no Funchal vinho e volumes com fruta; 1887-04-10, p. 2: transportou 1200 cachos de banana; 1887-06-15, p. 1, trouxe 1100 cachos de banana. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 175: tinha-se de reduzir a temperatura dos compartimentos de carga com banana em viagens superiores a cinco dias. CIDAC e AFONSO, 2008, *À Descoberta da Banana* […], p. 40: os navios bananeiros conservavam a banana a 12,5ºC em viagens de 25 dias.

[109] *Diário de Notícias*, 1887-04-05, p. 1. SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», p. 18: referiu-se a palha de cereais e as folhas de bananeira. PÉREZ MARRERO, 1995, «Evolución de las tecnicas y sistemas de embalaje en los comercios del plátano», pp. 103-104: nas Canárias usaram-se palha, algodão e papel para o transporte da banana.

[110] *Diário de Notícias*, 1887-12-20, p. 1: o valor da fruta ascendeu a 1 411 500 réis. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210: assinalou-se a exportação de banana das Canárias em 1882, e da América central para a Europa em 1896.

[111] *Diário de Notícias*, 1893-06-09, p. 2: a banana valia 2 112 100 réis (1,5% das exportações).

[112] ABM, Alfândega do Funchal, liv. 258.

[113] *Diário de Notícias*, 1898-11-05, p. 2. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 82: os cachos de banana deviam ser cortados e transportados até ao cais no espaço de dois dias, com todo o cuidado para não se danificarem. CORDEIRO *et al.*, 1988, *Missão Técnica às Ilhas Canárias* […], p. 11: apontou-se o tamanho irregular e a fragilidade durante o transporte. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 31: consideraram-se as vias de comunicação terrestres em péssimo estado e a navegação de cabotagem o meio mais cómodo e barato de transportar os cachos de banana. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 61-62: Canárias forneceu 1 200 000 cachos de banana ao Reino Unido, enquanto a Madeira não ultrapassou 30 000, pois o preço era 7,5% superior.

[114] *Diário de Notícias*, 1898-11-05, p. 2: afirmou-se «que em Canarias os agricultores tratam directamente com os exportadores, prescindindo-se dos intermediários». CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 195: reconheceu-se a vulnerabilidade dos pequenos produtores de banana.

A situação deteriorou-se nos anos imediatos, devido ao desenvolvimento de bananeirais e da navegação a vapor nas Canárias, exemplificando-se com a exportação de mais de 43 000 cachos de banana no período de 14 a 25 de abril de 1900, isto é, uma cifra superior a toda a exportação madeirense naquele ano[115]. Em consequência desta forte concorrência, alertou-se que «os exportadores madeirenses serão obrigados a comprar aquella fructa por preço menor»[116]. Na sequência desta notícia, Cunha & C.ª advertiu os agricultores e os intermediários de que «o preço da banana está actualmente a 7$200 réis a duzia, cachos de *conta grande*»[117]. Portanto, apenas parte dos cachos de banana cultivados na Madeira reuniam as condições necessárias para a exportação, sendo por isso comprados a 600 réis, implicando que o grosso da produção seria adquirido por preço consideravelmente inferior.

4. O Declínio no Comércio de Banana na Viragem do Século

Com o estabelecimento de uma carreira quinzenal entre a Jamaica e a Grã-Bretanha, em 1901, Elder, Dempster & Co. passou a concorrer com as bananas da Madeira e das Canárias, não apenas em volume transportado, mas igualmente no que se referia ao tamanho e aspeto da fruta e ao baixo preço[118]. No sentido de obviar estas

[115] NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 95: neste ano, a Madeira exportou cerca de 42 000 cachos de banana para a Grã-Bretanha.

[116] *Diário de Notícias*: 1900-05-05, p. 1: as bananas foram transportadas em seis navios a vapor. *Diário de Notícias*, 1900-05-06, p. 1. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 24: a bananeira já era conhecida na região da Macaronésia, mas a expansão da área de cultivo nas Canárias e a comercialização dos frutos iniciou-se em finais do século XIX.

[117] *Diário de Notícias*, 1900-05-30, p. 1: a empresa tinha sede na rua da Alfândega.

[118] *Diário de Notícias*, 1901-03-24, p. 2; 1901-03-29, p. 1; 1901-03-30, p. 2; 1901-03-31, p. 1: afirmou-se que as despesas de transportar e empacar encareciam o preço da banana e que esta não teve «boa aceitação». NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, p. 28: referiu-se a concorrência de banana da Jamaica, Brasil, Canárias, Honduras e territórios coloniais franceses. CÂMARA, 1957, *Bases para um inquérito económico às condições de cultura da bananeira* […], pp. 114-115. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 82 e 206: iniciou-se a rota com três navios refrigerados de 1000-1500 t de lotação. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 27: em 1906, a firma possuía 97 navios a vapor para o transporte de frutas e legumes. LUXÁN-MELÉNDEZ e LAFORET, 2003, *La Economía Canaria en la Segunda Mitad del Siglo XIX* […], pp. 248-249: a concorrência da banana da Jamaica podia aumentar o cultivo da cana-de-açúcar. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 89-90: o primeiro carregamento em boas condições chegou à Europa a 5 de maio de 1897, mas o sabor e a textura da variedade Gros Michel da Jamaica distinguia-se da Dwarf Cavendish da região macaronésia. ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], pp. 12-13: o mercado britânico foi inicialmente dominado por Elder Dempster e Edward W. Fyffe.

circunstâncias, A. B. C. de Sampaio publicou alguns artigos de opinião, abordando o modo correto de empacar e dando conselhos agrícolas para se «produzir cachos grandes e de boa apresentação»[119]. Referiu ainda o envio de cerca de 1200 t de banana para Portugal continental em 1925, mas grande parte chegou deteriorada ao destino, devido ao uso de grades de 250-350 kg e pouca palha a amparar os cachos de banana[120].

Sob o título «Bananas a 4 por um vintem», chamou-se a atenção para a saturação do mercado na Grã-Bretanha, onde, no espaço de uma semana, desembarcaram «105.000 cachos, 63.000 vieram de Costa Rica e Jamaica. O contingente das Canarias foi de 41.000 cachos»[121]. Em resultado da maior oferta, e consequente queda de preços, tentou-se a abertura de novos mercados através da exploração das rotas marítimas com escala no porto do Funchal. Assim, noticiou-se a exportação de banana da Madeira para Dunquerque, Le Havre, Antuérpia, Bolonha, Southampton, Liverpool, Glasgow, Bremen e Hamburgo, além de Lisboa e Porto (Gráfico n.º 11), em 1904-1906[122]. A questão fulcral do preço foi inclusivamente alvo de esclarecimento na imprensa:

---

[119] *Diário de Notícias*: 1926-11-19, p. 1: mencionou-se a produção de 10% de cachos grandes – com mais de 25 kg – e mais de 40% de cachos com menos de 8 kg; 1929-05-05, p. 4: Gesche & Schnitzer, Lda. publicitou adubo que «dá cachos muito maiores».

[120] *Diário de Notícias*, 1926-11-20, p. 2: estipulou-se que «uma grade com cêrca de 800 kilos de banana paga de frete para Lisboa cêrca de 80 a 100 escudos. Uma grade com 2 cachos ou sejam 40 a 50 k. de banana paga para Inglaterra cêrca de 4/6 ou sejam 21$29 e para Holanda, Alemenha, França cêrca de 16,55 Esc. – despesas, embalagem, carretos, bananas, trabalhadores, embarque, despachos, palha, grades e algodão – cêrca de 28$00 por grade». AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 31: mencionaram-se grades com peso médio de 177 kg (8 a 12 cachos), meias-grades com peso de 105 kg (6 a 8 cachos), e quartos de grade (2 ou 1 cacho).

[121] *Diário de Notícias*: 1904-10-11, p. 2; 1905-07-08, p. 2: referiu-se o aumento considerável do comércio de cachos de banana da Jamaica e Costa Rica na Inglaterra, no espaço de seis meses. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 205: o Reino Unido importou 115 000 t da Jamaica, Canárias e Costa Rica em 1904, mas uma parte foi reexportada para a Alemanha e França. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 34: a Europa importou 227 000 t de banana em 1925, cabendo 96% à Grã-Bretanha. ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], pp. 1-2: o sucesso das grandes companhias americanas, como a United Fruit, baseou-se na concentração vertical das operações de produção, colheita, transporte, *marketing* e distribuição nos mercados americano e europeu.

[122] A título de exemplo, apresentamos alguns carregamentos noticiados no *Diário de Notícias*: 1904--01-30, p. 1: 15 grades e 194 caixas para Dunquerque e 26 caixas para Southampton, no valor de 65 200 réis; 1904-02-22, p. 2: 142 grades para Le Havre; 1904-03-27, p. 2: 150 caixas para Hamburgo; 1904-03-29, p. 2: 152 caixas para Dunquerque; 1904-04-08, p. 1: 22 grades para Lisboa. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 32: Hamburgo era o principal porto distribuidor de frutas no norte da Europa, e um dos principais do centro da Europa. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210.

> «previno por este meio a todos os senhores agricultores e negociantes de bananas, das freguezias dos arredores do Funchal e Camara de Lobos que recebo sempre bananas para exportação de todos os que me quizerem vender pelo preço actual de 9$000 reis por duzia de cacho de CONTA GRANDE, e 4$500 reis por duzia de cachos de CONTA PEQUENA»[123].

Considerando os valores pagos pelo cacho de banana grande, verificou-se um aumento de 25% entre 1900 (600 réis) e 1904 (750 réis). O mesmo terá eventualmente ocorrido com os cachos de peso inferior, mas a desvalorização destes era considerável, pois eram adquiridos pelos intermediários por metade do preço (375 réis em 1904). Devemos assinalar igualmente que não houve ajustamento de preços de 1904 para 1906. Contudo, a concorrência dificultou a penetração da banana da Madeira nos mercados externos, desincentivado esta cultura por comparação com o aumento da área de cultivo de cana-de-açúcar e produção e consumo de aguardente[124].

Regra geral, as cargas destinadas aos supramencionados portos foram transportadas em navios a vapor das companhias de navegação das respetivas nacionalidades, à exceção das mercadorias destinadas aos portos nacionais[125]. Ainda assim, os vapores portugueses *Loanda*, *Benguella*, *D. Maria* e *San Miguel* fizeram esporadicamente transporte de banana, sobretudo para Lisboa. Conclui-se que os agentes comerciais nos diferentes portos publicitavam as rotas e a admissão de carga e passageiros, procurando rentabilizar o espaço a bordo, muitas vezes em detrimento das condições de acondicionamento da própria fruta, designadamente a banana do cultivar Dwarf Cavendish – bananeira anã[126].

---

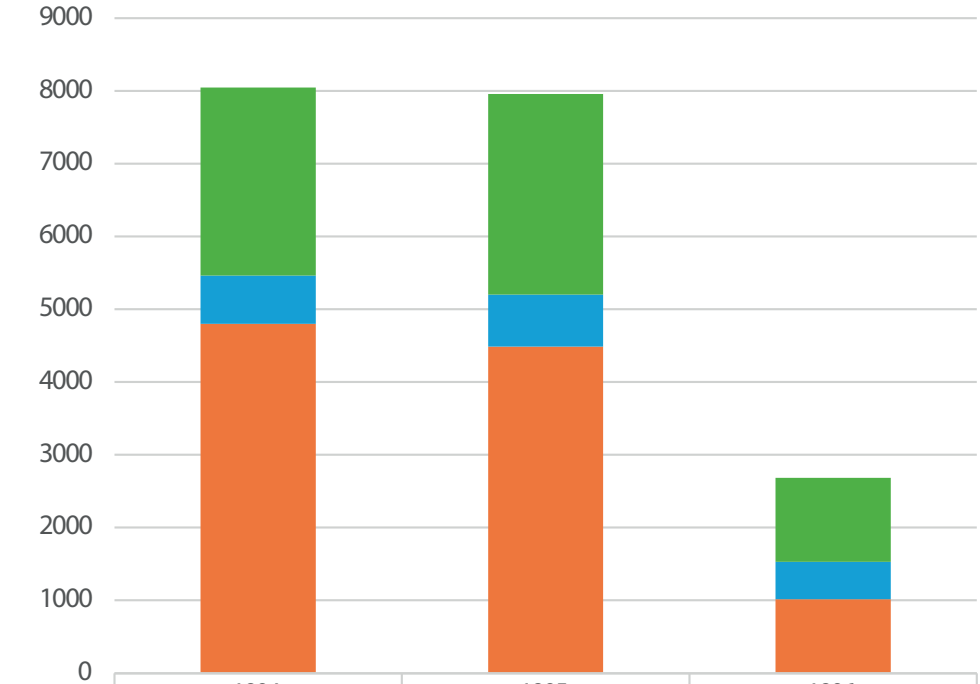
[123] *Diário de Notícias*: 1904-12-08, p. 1: anúncio de Francisco Gabriel Correia, com estabelecimento à rua dos Tanoeiros; 1906-11-09, p. 1: não houve alteração de preço no espaço de dois anos.

[124] CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 156: a produção anual de aguardente foi superior a 1,5 milhões de litros na primeira década do século XX.

[125] *Diário de Notícias*, 1901-12-22, p. 2: o pagamento de taxas alfandegárias condicionou este tráfico, apesar de autorizações excecionais para «receber em livre pratica um carregamento de vinhos e bananas, vindo da Madeira no vapor allemão *Wittenberg*, procedente do Brazil», devido à impossibilidade de transportar esta carga no vapor *Funchal*.

[126] NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 63-64: as embalagens utilizadas não protegiam os cachos de banana durante o transporte.

Gráfico n.º 11 – Embalagens de banana despachadas na Alfândega do Funchal (1904-1906) (em unidades)



	1904	1905	1906
Grades	2582	2754	1155
Caixas	661	716	514
Gigos	4800	4487	1014

Fonte: *Diário de Notícias* (vários números).

Acresce a publicação no *Diário de Notícias* de informação relativa aos despachantes de carga ou intermediários na exportação da banana da Madeira entre junho de 1905 e dezembro de 1906, conjuntamente com o nome e a nacionalidade dos navios, as quantidades e os destinos. Atendendo a esta informação relevante, encontramos dados relativos a 27 comerciantes que exportavam banana em gigos, caixas e grades (Quadro n.º 2). É de notar que cerca de metade destes agentes económicos exportou para um país: F. G. Correia, Gebruder Iklé, Krohn Brothers & Co., M. Gonçalves & C.ª, R. Kretzschmar, W. & Horwitz, e W. Marum – para a Alemanha; António Coelho, Francisco Araújo Figueira, Francisco de Sousa, Joaquim Soares, José Gomes, M. Fernandes Correia, e Manuel Fernandes – para Portugal; e Blandy Brothers & Co.[127] e J. Serrão – para a Grã-Bretanha.

[127] PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 27: a casa Blandy tinha diversos investimentos no arquipélago das Canárias. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 110.

Quadro n.º 2 – Agentes económicos e mercados da banana da Madeira (1905-1906)
(unidades: Gi = gigos; Cx = caixas; Gr = grades)

	Grã-Bretanha			Alemanha			Portugal			Bélgica			França		
	Gi.	Cx.	Gr.	Gi.	Cx.	Gr.	Gi.	Cx.	Gr.	Gi.	Cx.	Gr.	Gi.	Cx.	Gr.
Ad. von Breymann						14				11					
António Coelho							4								
António Giorgi & C.ª	174	65	389			103									
Blandy Brothers & Co.			26												
Cunha & C.ª Lda.	110			370											
F. G. Correia					62	90									
Francisco Araújo Figueira								1							
Francisco de Sousa							1		4						
Francisco Gabriel Correia						131			17						
Gebruder Iklé				7											
Georges Petit		210		70	754									121	66
J. Serrão	106														
João da Silva Inácio	50			88		424			38						
João de Freitas Martins						299			7						
Joaquim Soares									14						
José Gomes									8						
Krohn Brothers & Co.				3											
Leacock & Co.	3404		121							25					
Leça, Gomes & C.ª									5			2			
M. Fernandes Correia									7						
M. Gonçalves & C.ª						6									
M. Pereira			438			95									
Manuel de Freitas			230						17						
Manuel Fernandes									10						
R. Kretzschmar				2											
W. & Horwitz				3											
W. Marum					1										
Totais	3844	275	1204	543	817	1162	5	1	127	36	0	2	0	121	66

Fonte: *Diário de Notícias* (vários números).

O acondicionamento da banana também forneceu algumas informações sobre a viagem e as preferências dos exportadores e/ou dos mercados. Os gigos eram a forma predominante em embarques para a Grã-Bretanha e Bélgica, as caixas para a França e as grades para Portugal e Alemanha. Verificamos ainda um percentil significativo de grades para a França e de caixas para a Alemanha. No que respeitou ao método de

empacar a banana por estes agentes económicos, as caixas foram a forma preferida de Georges Petit – embora também utilizasse gigos e grades –, e os gigos de Leacock & Co., por oposição ao emprego das três formas de empacar por António Giorgi & C.ª[128]. Podemos ainda acrescentar que Ad. von Breymann, Francisco de Sousa, João da Silva Inácio e Leacock & Co. acondicionaram a banana em gigos e caixas e apenas F. G. Correia em caixas e grades.

No momento atual da investigação, torna-se difícil discernir o peso e os valores efetivos destas remessas de banana da Madeira. Além disso, permanece a incerteza quanto à publicação no *Diário de Notícias* – o órgão de imprensa consultado – de todos os manifestos da carga despachada pela Alfândega do Funchal no período em questão, isto é, durante cerca de 18 meses – de junho de 1905 a dezembro de 1906. Ainda assim, é lícito concluir que o principal mercado para esta fruta da Madeira continuou a ser a Grã-Bretanha, seguido a alguma distância da Alemanha[129]. No que respeitou a França, Portugal e Bélgica, o percentil de volumes embarcados foi quase irrisório – respetivamente 2,3%, 1,6% e 0,5%. Contudo, em 1907 deixou-se de exportar banana para a Grã-Bretanha e o mercado continental português afirmou-se como o principal consumidor de banana da Madeira, à medida que a sua competitividade no mercado europeu diminuía devido aos custos de produção e expedição. Chegou-se inclusivamente a noticiar que as remessas de banana para Lisboa «nas condições já determinadas não soffrerão demora e tudo se fará para abreviar a sua saída»[130]. A banana voltou a seguir para a Grã-Bretanha em 1912, por iniciativa de Leacock & Co., um ano após uma representação para «serem isentos de direitos, e beneficiados com determinadas facilidades fiscaes, os materiaes que importarem do estrangeiro para o empacamento de fructas frescas e legumes destinados á exportação»[131].

A resposta à questão do peso e do valor da banana embarcada surgiu apenas em 1912. Em algumas notícias sobre as cargas despachadas na Madeira, mencionaram-se, por exemplo, 21 grades com banana para Leixões, no valor de 126 000 réis, isto é,

[128] *Diário de Notícias*, 1894-10-31, p. 1: identificou-se esta casa comercial como o maior exportador de banana da Madeira.

[129] *Diário de Notícias*, 1910-05-17, p. 1: entre 1900 e 1906, a Grã-Bretanha afirmou-se como o maior importador de cachos de banana na Europa, seguindo-se a Alemanha e a França. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 27: Canárias exportou 43 000 t de banana para a Grã-Bretanha em 1905. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 102-104: a Madeira exportou mais do dobro dos cachos de banana para Hamburgo que as Canárias, em 1895, mas ao fim de uma década o contributo da Madeira era inferior a 5%.

[130] *Diário de Notícias*, 1907-08-25, p. 1; 1910-12-18, p. 2: procurou-se aumentar a frequência das viagens marítimas da Empresa Insulana entre Lisboa e o Funchal.

[131] *Diário de Notícias*: 1911-09-21, p. 1; 1912-10-18, p. 3: exportaram-se 14 volumes com bananas e pimpinelas; 1912-11-20, p. 3: exportaram-se vários volumes com bananas e legumes.

cada grade avaliada em 6000 réis[132]. Decorrido cerca de um mês, embarcaram-se para Le Havre 50 grades com o peso de 1250 kg e valor declarado de 150 000 réis. Com esta informação, podemos inferir que a grade equivaleu a 25 kg (um cacho grande), mas, sobretudo, que houve grande flutuação do preço, tendo decrescido para metade entre agosto e setembro[133]. Contudo, convém ressalvar que a banana exportada para o norte da Europa tinha valorização inferior devido à concorrência de importações das Canárias, da América central e, no caso da França, das suas possessões ultramarinas[134]. Já a remessa para Leixões, onde não havia concorrência para a banana da Madeira, o valor foi substancialmente superior. Assim, o kg de banana embarcada ficou em 240 réis em Leixões e 120 réis em França, mas dois dias depois despachou-se um carregamento a 50 réis para Lisboa[135]. Esta situação tornou-se ainda mais crónica na estação estival, uma vez que a banana disputava o mercado com outras frutas de produção nacional[136].

A exportação de frutas implicou a conquista de mercados europeus, onde a produção madeirense enfrentou forte concorrência. O empenho dos agentes comerciais em angariar clientes para a banana da Madeira levou João Inácio da Silva a Le Havre, no norte de França, para tratar do escoamento de 200 grades[137]. No entanto, também se anunciou o projeto, apoiado pelo Ministério do Fomento, de envio de delegados dos agricultores do arquipélago em missões de propaganda a Berlim, Londres, Paris, Estocolmo e S. Petersburgo, assim como a iniciativa de um projeto de lei, apresentado no Congresso da República por deputados eleitos pelo círculo da Madeira, com o intuito de isentar a importação temporária de materiais para o acondicionamento de frutas, designadamente caixas de madeira e de cartão canelado, algodão em pasta e papel não especificado, como se reivindicava há vários

---

[132] *Diário de Notícias*, 1912-08-22, p. 3: além de banana, João de Freitas Martins despachou uma caixa com ananases e 32 atados de coiros.

[133] *Diário de Notícias*, 1912-09-16, p. 3: remessa de João da Silva Inácio para a França. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: a fruta era de pequeno calibre, em resultado dos cultivares e das técnicas de cultivo. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 218: o peso médio do cacho de banana situava-se em 25 a 30 kg.

[134] PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 32: o governo francês autorizou a importação de um volume considerável de banana da Guiana Francesa, em 1901.

[135] *Diário de Notícias*, 1912-09-18, p. 3: remessa de 400 kg de banana de João F. Ferreira, no valor de 20 000 réis.

[136] *Diário de Notícias*, 1913-06-04, p. 2: noticiou-se que em «Lisboa e Porto baixou sensivelmente o preço das bananas, devido á abundancia das frutas da epocha».

[137] *Diário de Notícias*, 1912-12-17, p. 2: as grades com banana seguiam no vapor alemão *Rio Pardo*, a 21 deste mês. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 32: o mercado francês era o terceiro mais importante para a banana de Canárias, após a Grã-Bretanha e a Alemanha.

anos[138]. Na sequência desta publicação, noticiou-se que um produtor de banana da ilha de Tenerife se deslocou à Madeira para investir neste setor, mediante locação de uma vasta propriedade[139].

O referido projeto de lei não avançou de imediato e, «a pedido de varios nacionaes e estrangeiros», o governador civil telegrafou aos supramencionados deputados «lembrando-lhes a conveniencia de na presente sessão legislativa ser approvado o projecto de lei que isenta de direitos todos os artigos destinados à emballagem de fructas madeirenses, para exportação»[140]. Em resposta, o visconde da Ribeira Brava asseverou a aprovação de legislação para «isenção de direitos de todos os artigos destinados a embalagem de fructas madeirenses, para exportação»[141]. A pressão para aprovação desta legislação também partiu da Junta Agrícola da Madeira e da Associação Comercial do Funchal, no sentido de se reduzirem os custos e facilitar a colocação da banana da Madeira nos mercados nacional e internacional[142].

A importância de se desenvolver a produção e o comércio de frutas na Madeira continuou a ser um tópico corrente na imprensa local, especialmente em alternativa aos canaviais. Chamou-se a atenção para as condições geográficas e climatológicas propícias ao cultivo da «banana, a anona, a manga e ainda outras exoticas» e desconhecidas no mercado português e europeu. Porém, apontou-se igualmente as lacunas de agricultores e intermediários sem «practica nem geito para o seu manejo – a escolha dos mercados de consumo e a arte do empaque ou embalagem», não beneficiando das condições favoráveis da navegação a vapor e da existência a bordo de sistemas de ventilação e refrigeração. Lamentou-se ainda a importação de «laranja

---

138 *Diário de Notícias*: 1907-08-25, p. 1: defendeu-se a isenção de direitos sobre o algodão e a madeira utilizados para empacar frutas e as vantagens de «um envolucro, luxuoso por vezes, como réclamo mudo, mas compreendido»; 1911-09-21, p. 1: Leacock & Co. e Leça, Gomes & C.ª solicitaram a isenção de direitos sobre os materiais destinados a empacar frutas e legumes; 1912-12-23, p. 1. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 173-175. SOARES, 2005, «A agricultura», p. 178: a pasta da agricultura pertenceu ao Ministério do Fomento (1910-1918), depois Ministério da Agricultura, e por fim ao Ministério da Economia (1940-1974).

139 *Diário de Notícias*, 1913-06-03, p. 1: nomeou-se «Mr. Arthus, grande exportador de bananas, na ilha de Orotava». PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 26: o vale de Orotava, no norte da ilha de Tenerife, reunia excelentes condições para o cultivo de bananeiras.

140 *Diário de Notícias*: 1913-06-13, p. 1; 1913-06-18, p. 1: anunciou-se a nova démarche do governador civil substituto, Remígio Barreto.

141 *Diário de Notícias*: 1913-06-19, p. 2; 1913-07-23, p. 2: noticiou-se a publicação oficial da legislação no dia 21; 1913-07-26, p. 2: concedeu-se isenção de direitos de importação e impostos municipais ao algodão em pasta e à palha, para se acondicionarem as frutas na exportação, e o regime de importação temporária para caixas de cartão canelado e de madeira, e grades abatidas, na exportação de frutas e legumes; criaram-se contas correntes para os importadores e definiu-se o prazo de dois anos. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210: usaram-se palha seca de cereais e folhas de bananeira para isolar os cachos durante o transporte.

142 *Diário de Notícias*, 1913-06-20, p. 1: referiu-se ainda legislação sobre o regime de pastagem.

de Setubal e dos Açores, o limão, o melão, a melancia, a castanha, a noz, o figo passado do Algarve, as uvas passadas estrangeiras»[143].

A economia da Madeira e as potencialidades agrícolas do seu solo para o cultivo e exportação de diferentes produções foram destacadas pelo diretor da Alfândega do Funchal, em alternativa ao predomínio das plantações de cana sacarina e o subsequente fabrico e consumo pernicioso de aguardente. Para o efeito, nomeou a banana, a pera abacate, a anona, a manga «e em geral todas as frutas da Europa e da América e ainda aquelas que requerem climas diferentes de altitude», mas lamentou o abandono, a falta de conhecimento e a ausência de «armazêns gerais francos», como os que Leça, Gomes & C.ª pretendia edificar no sítio do Gorgulho, na zona oeste do Funchal, e os custos dos materiais para acondicionamento de frutas[144].

O desenvolvimento da agricultura em outros arquipélagos atlânticos portugueses deu origem à apresentação de uma proposta de lei nos primórdios da I República, dando-se como termo de comparação a exportação de banana e de outros produtos do arquipélago das Canárias[145]. Não obstante, a expedição de cachos de banana de Cabo Verde apenas se tornou relevante em meados do século XX, concorrendo com a produção madeirense no abastecimento do mercado nacional.

O aproveitamento dos frutos de produção local ou importados levou à diversificação da oferta, designadamente no mercado insular. Em 1913, publicitou-se a comercialização de licores com aproveitamento de citrinos (laranja e tangerina), mas igualmente o licor de banana[146]. Porém, determinados cultivares de bananas serviam há milhares de anos para o fabrico de bebidas alcoólicas ou álcoois, nomeadamente a cerveja – pombe, em África –, e o vinagre – nas Filipinas e no Brasil[147].

No que respeitou ao volume de banana exportado, uma estatística publicada em 1913 elencou os maiores produtores mundiais, por ordem decrescente: Jamaica,

---

[143] *Diário de Notícias*, 1912-12-10, p. 1. MENDES, 1994, *Estudo de Embalagem para Banana*, pp. 4-5: o problema da baixa qualidade da banana da Madeira ainda se mantinha em finais do século XX, compreendendo o manuseamento, acondicionamento e transporte.

[144] *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 de maio de 1912, sessão n.º 110, pp. 4-8: o projeto teve parecer positivo do diretor da Alfândega do Funchal, da Direção de Obras Públicas do Funchal e da Capitania do Porto do Funchal, e foi encaminhado para a comissão de obras públicas.

[145] *Diário da Câmara dos Deputados*, 30 de abril de 1912, sessão n.º 99, pp. 31-32: afirmou-se, no preâmbulo da proposta de lei, que «Las Palmas exporta hoje para mais de dois milhões de volumes daqueles produtos, que dão à navegação, em fretes, uma importância aproximada de 900 contos de réis; que Tenerife também exporta anualmente tanto ou mais», e insistiu-se numa missão técnica para fazer levantamento de práticas culturais em Cabo Verde, Canárias, Cabo, Jamaica, e das condições de mercado.

[146] *Diário de Notícias*, 1913-04-20, p. 1: publicitou-se a mercearia Calisto com «Licores de finíssima qualidade a preços reduzidos».

[147] CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 229.

Costa Rica, Honduras, Colômbia, Panamá, Canárias, Cuba, Nicarágua, Guatemala, México, Honduras Britânicas, Santo Domingo[148], Guiana Holandesa, e outros países. Como se pode constatar, a produção madeirense estava ausente ou eventualmente incluída na categoria outros países, que para o caso totalizava 250 mil cachos. Por comparação, as Canárias surgiam classificadas em sexto lugar, com a exportação de 2 618 378 cachos de banana[149]. Além do montante total da exportação, destacou-se o regime preferencial de abastecimento dos principais países importadores e a dificuldade em alcançar quota de mercado[150].

Não obstante os constrangimentos assinalados, o interesse pelo cultivo e expansão de bananeirais não desapareceu na ilha da Madeira. Assim se entende a publicação na imprensa do anúncio «Plantas de bananeira. Vende-se de boa qualidade»[151]. As próprias entidades públicas, como a Junta Agrícola da Madeira, também se envolveram na disseminação de bananeiras através da importação de plantas oriundas, por exemplo, do vizinho arquipélago das Canárias[152]. No entanto, em reunião da comissão executiva deste organismo, aprovou-se uma proposta de redução do preço das plantas de bananeira para 200 réis, assumindo-se o diferencial como forma de «protecção á agricultura madeirense». Referiu-se ainda que «Muitos particulares teem-nas requisitado, e das que actualmente existem trinta a quarenta são para os srs. Giorgi e as restantes para o viveiro da Ribeira Brava»[153]. Deste modo, depreende-se que, além da importação, também se procurou multiplicar as

[148] PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 24: levaram-se bananeiras das Canárias para Santo Domingo, na ilha Hispaniola. CIDAC e AFONSO, 2008, *À Descoberta da Banana* […], p. 37: o P.e Tomás de Barlonga transportou bananas da ilha Hispaniola para Espanha, em 1516.

[149] *Diário de Notícias*, 1913-05-15, p. 2: em 1911 exportaram-se 16,5 milhões de cachos da Jamaica; 9,3 da Costa Rica; 6,5 das Honduras; 4,9 da Colômbia; 4,3 do Panamá; 2,6 das Canárias; 2,5 de Cuba; 2,3 da Nicarágua; e 1,8 da Guatemala. SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», pp. 8-9: os Estados Unidos da América, a Inglaterra, França, Alemanha e Espanha eram os principais mercados consumidores de banana nas primeiras décadas do século XX. MARTÍN RUIZ *et al.*, 1991, *La Agricultura del Platano en las Islas Canarias* […], p. 19: referiu-se a exportação de 2,5 milhões de cachos de banana (50 000 a 70 000 t) no início do século XX. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 33: consórcios dos Estados Unidos da América, Alemanha e França investiram em bananais na América central e em África, justificando a exportação de quase 53 milhões de cachos de banana em 1911.

[150] CÂMARA, 1957, *Bases para um inquérito económico às condições de cultura da bananeira* […], p. 115.

[151] *Diário de Notícias*: 1913-05-31, p. 3: apenas se indicou a morada – rua Bela de Santiago, n.º 70; 1914-04-18, p. 2: publicitou-se o número alusivo ao cultivo das bananeiras na revista francesa «Lectures pour tous».

[152] *Diário de Notícias*, 1913-06-28, p. 2: referiu-se que era «enorme a procura […], á razão de trezentos e tal réis cada planta».

[153] *Diário de Notícias*, 1913-07-01, p. 2: a proposta partiu do presidente da comissão executiva, Pedro José Lomelino.

bananeiras em viveiros da Junta Agrícola, como na Ribeira Brava e no sítio dos Louros, no Funchal[154].

O governador civil, major Ernesto de Sá Cardoso, tomou a iniciativa de importar grande número de bananeiras de São Tomé para «o desenvolvimento d'esta excellente cultura na Madeira, [e] procurará distribuil-as pelos agricultores, nas condições menos onerosas»[155]. Decorrido mais de um mês, noticiou-se o desembarque de «5 barricas com sócas de bananeira, para se realizarem varias experiências»[156]. Entre os campos experimentais para o cultivo de bananeiras, podemos apontar o recinto da Escola Lancasteriana[157]. Noutros casos, publicitou-se o preço de venda de bananeiras «em bom tamanho para plantar, optima qualidade, a 10$00 cada planta»[158]. A Madeira também contribuiu para a circulação de plantas de bananeira, como se comprovou em 1832, e no envio de duas grades para a cidade do Natal, em 1906[159].

O crescente interesse pelo comércio de frutas fez aumentar o número de agentes económicos que se encarregavam de adquirir, empacar e exportar banana. Com base em publicações na imprensa local, encontramos José Luís de Nóbrega a expedir grades com banana para Lisboa em outubro de 1913 e março de 1914[160]. Tendo em conta os valores apresentados, o preço da grade com banana quase duplicou entre aquelas datas, podendo estar ligado aos fretes praticados pelas companhias de navegação, respetivamente alemã e portuguesa. Apesar do agravamento dos custos, o interesse pelo comércio de banana motivou a publicação do anúncio «Compram-se para exportação, nas propriedades ou avulso»[161]. Neste caso, presume-se que o intermediário teria os meios necessários para fazer o corte e transporte ou apenas para receber os cachos nos bananais. Em relação ao momento ideal para se efetuar o

---

[154] *Diário de Notícias*, 1913-12-11, p. 3: noticiou-se a plantação de grande número de bananeiras no campo experimental dos Louros, na freguesia de S. Gonçalo. NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, p. 74: referiu-se o posto experimental do Lugar de Baixo. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 29-31: procurou-se aumentar a resistência e produtividade das bananeiras através da hibridação.

[155] *Diário de Notícias*, 1913-07-09, p. 1.

[156] *Diário de Notícias*, 1913-08-17, p. 2.

[157] *Diário de Notícias*, 1913-12-18, p. 2: no regresso da visita ao Terreiro da Luta, alguns turistas alemães fotografaram os cachos de banana no campo experimental desta escola.

[158] *Diário de Notícias*, 1924-10-03, p. 2: mencionaram-se 50 plantas e o nome e morada do vendedor.

[159] *Diário de Notícias*, 1906-01-18, p. 3: as plantas foram enviadas por Eduardo Sarsfield, em navio britânico.

[160] *Diário de Notícias*: 1913-10-26, p. 3: carregaram-se 19 grades em navio a vapor alemão, no valor de 100 000 réis; 1914-03-20, p. 2, expediram-se 47 grades em navio a vapor português, no valor de 470 000 réis.

[161] *Diário de Notícias*, 1915-01-30, p. 1: apenas se indicaram os contactos (morada e número de telefone). AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 8: a banana produzida a oeste ou leste do Funchal era adquirida por intermediários.

corte (Imagem n.º 5), a experiência recomendava atender ao aspeto geral e coloração dos frutos, tendo sempre em consideração o tempo e cuidados necessários para se realizarem as viagens e o madureiro[162].

Imagem n.º 5 – Corte do cacho de banana antes do transporte às costas (post. 1930)

Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Foto Figueiras, n.º inv. 2021.

[162] SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», pp. 15-17: referem-se os cuidados a ter durante o transporte por terra e mar, na embalagem e em madureiros.

5. O Agravamento da Crise com a I Guerra Mundial

Os primeiros anos do deflagrar da I Guerra Mundial não se refletiram significativamente no desenvolvimento do comércio de banana da Madeira e das ilhas Canárias[163]. Os estudos apontaram para uma média anual de embarques de 500 t em 1911-1913, e 800 t em 1914-1918, isto é, um incremento de 60% das remessas de banana da Madeira, sobretudo para o mercado nacional[164]. No entanto, o mesmo não sucedeu com o volume exportado para o norte da Europa. Por exemplo, Cossart Gordon & Co. remeteu uma grade com banana para Copenhaga em agosto de 1915, enquanto para Lisboa seguiram 53 grades[165]. No final deste ano, José Inácio da Silva, José Sotero e Silva, João de Andrade, João Frederico Rego, J. M. Fernandes, M. Pereira, J. Pereira e João S. Inácio enviaram cerca de 300 gigos com banana e outros produtos para Lisboa, no vapor *S. Miguel*[166]. O aumento da expedição de banana para Lisboa, onde o preço era superior, repercutiu-se na redução do abastecimento do mercado local. No decurso de 1916, a Comissão de Subsistências solicitou aos agentes económicos «uma exposição do modo como poderá ficar assegurado o consumo local daquela fruta, que deve ser das melhores qualidades, afim de lhes ser permitida a respectiva exportação»[167].

---

163 PÉREZ MARRERO, 1993, «Antecedentes históricos e inícios da la explotación comercial del plátano», p. 176: as exportações das Canárias caíram de mais de 3,3 milhões de cachos de banana em 1914 para 0,5 milhões em 1917. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 34-36: destacou-se uma quebra nos preços e na produção, mas em 1923 a exportação de cachos de banana superou o período pré-guerra. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 117-123: 1917 e 1918 foram os piores anos para a exportação de banana das Canárias. DODO, 2009, «Evolución del sector del plátano en Canarias […], p. 17: as Canárias exportaram bananas para a Espanha peninsular em 1917, tornando-se na década de 30 o principal mercado consumidor.

164 NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, pp. 26-28 e 34-35: exportou-se anualmente cerca de 200-300 t antes da I Guerra Mundial – 4-5% da banana carregada no porto do Funchal –, pois o grosso da produção destinou-se ao mercado nacional. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 219.

165 *Diário de Notícias*: 1915-08-13, p. 2; 1915-08-21, p. 2: remessa de José Luís de Nóbrega.

166 *Diário de Notícias*: 1915-12-07, p. 2; 1915-12-08, p. 1.

167 *Diário de Notícias*, 1916-06-17, p. 2. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 122: a maior produção e a falta de transportes provocaram a saturação do mercado interno nas Canárias. MATA e VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal – Uma Perspectiva Global*, pp. 181-182: destacou-se a crise de escassez e a inflação.

Como se referiu, os critérios alfandegários de classificação das frutas embarcadas no porto do Funchal sofreram alterações e só voltamos a encontrar referências explícitas à exportação de banana em 1914-1916[168]. Apesar do envolvimento da Grã-Bretanha na I Guerra Mundial, este mercado foi abastecido com 763 kg de banana da Madeira em 1914 e 6790 kg em 1915. Contudo, o conflito paralisou por completo este tráfico no ano imediato, quer em consequência das dificuldades em encontrar transportes marítimos, quer da aludida crise de subsistências.

O difícil equilíbrio entre o consumo local e o embarque de banana só se alcançou com intervenção do governador civil, em 1917. Este optou por tabelar o preço de venda ao público – 60 réis o kg – e autorizou a exportação mensal de 100 grades, ainda assim representou um volume substancialmente inferior à média mensal, que na altura era de cerca de 350 grades[169]. Todavia, proibiram-se as remessas de banana para Lisboa em junho deste ano, e apenas se autorizou a «cada passageiro levar consigo um cacho de bananas»[170]. Esta resolução foi muito criticada na imprensa, questionando-se se «toda a sua população passou a alimentar-se pelo regímen naturista»[171], bem como o impacto que a medida teria na substituição das plantações de cana sacarina. Os próprios negociantes de fruta da praça madeirense disponibilizaram-se a expedir apenas um terço da produção de banana e, inclusivamente, telegrafaram ao ministro do Trabalho questionando a justificação de «fazer falta á alimentação das classes pobres»[172].

---

168 ABM, Alfândega do Funchal, livs. 273-275.

169 *Diário de Notícias*: 1917-04-26, p. 2; 1917-05-06, p. 2: os intermediários propuseram abrir um depósito para venda das bananas «que sobejam da exportação, por preços fixos»; 1917-05-09, p. 1; 1917-10-03, p. 1: sugeriu-se um regime idêntico ao praticado com a expedição de manteiga, isto é, «todos os exportadores depositarem uns tantos por cento de cada exportação que façam, d'harmonia com as determinações da comissão de subsistências»; 1918-05-05, p. 1: o governador civil indeferiu a proibição do embarque semanal de 100 grades com banana.

170 *Diário de Notícias*, 1917-06-24, p. 2. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210: esta medida foi retomada a 6 de abril de 1920.

171 *Diário de Notícias*: 1917-10-03, p. 1; 1918-02-15, p. 1; 1918-02-16, p. 1: o governador civil recusou os pedidos de José Luís de Nóbrega, João de Andrade e Joaquim Soares para o embarque de banana «enquanto não houver abundancia de trigo e milho». GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, p. 38: atestou-se a alimentação familiar quase exclusivamente à base de banana.

172 *Diário de Notícias*: 1917-07-25, p. 2: republicou-se a peça jornalística do *Diário de Notícias* de Lisboa, de 14 de julho; 1917-10-03, p. 1: republicou-se um artigo da *Vanguarda*, de 22 de setembro, com referências a uma notícia do *Diário de Notícias* da Madeira.

Mesmo considerando que a banana, como quaisquer frutas, entrava na alimentação humana «em pequena percentagem»[173], as páginas do *Diário de Notícias* refletiram um aumento da frequência de notícias relacionadas com o «furto de bananas» e outros géneros em diversas propriedades, e até em mercearias (Gráfico n.º 12), e com fiscalizações a bordo de navios, varejos de armazéns, a par do indeferimento de licenças para a comercialização de banana, excetuando no Funchal[174]. Como se constata no gráfico infra, a maior valorização da banana e o consequente destaque a furtos centrou-se no período de 1912-1917, embora em 1903 se noticie a apreensão no Funchal de «um barco com bananas roubadas, na Magdalena do Mar»[175]. Todavia, o caso que gerou maior celeuma respeitou ao «embarque clandestino de bananas que se diz ter sido feito a bordo do caça-minas *Augusto de Castilho*», em 1918, assunto que chegou inclusive ao conhecimento do ministro das Subsistências[176]. A situação exposta passou-se igualmente com outros navios a vapor, como por exemplo o *San Miguel* e o *Beira*[177].

---

[173] *Diário de Notícias*, 1917-10-03, p. 1.

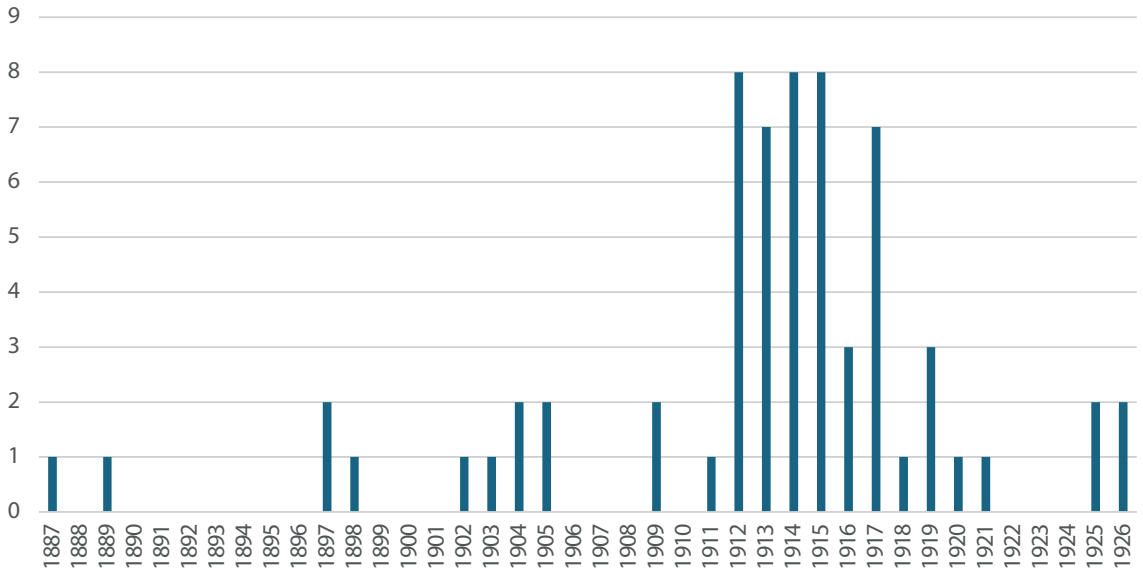
[174] *Diário de Notícias*: 1917-10-24, p. 1; 1917-10-26, p. 2: furtaram-se 12 cachos à casa Blandy; 1917-10--28, p. 2: furtaram-se 15 cachos à casa Reids; 1917-11-07, p. 2: furtaram-se 20 cachos a João Ferreira; 1918-01-09, p. 2: vistoriou-se o vapor *Neptuno*; 1918-01-19, p. 3: proibiu-se a venda de banana a merceeiros do Caniço; 1918-02-05, p. 2: arrolaram-se 338 cachos de banana verde no armazém de José Luís de Nóbrega; 1918-02-15, p. 2: vendeu-se 1 t de banana madura existente em armazéns de vários negociantes.

[175] ABM, Registos Notariais, liv. 2504, fls. 30-30v.º, 8 de março de 1878: uma das cláusulas do contrato concernia ao roubo de cachos de banana em propriedades do morgado Nuno de Freitas Lomelino, na Madalena do Mar. *Diário de Notícias*, 1903-12-19, p. 2: avisou-se a polícia por telegrama.

[176] *Diário de Notícias*: 1918-04-23, p. 2; 1918-05-07, p. 1: o auto de investigação apurou que Luís Soares de Sousa, de Câmara de Lobos, «fez embarcar para bordo do caça-minas Augusto de Castilho no dia 5 de abril, pela 1 hora da madrugada, um carregamento de cachos daquele fruto, que para ali foi conduzido num barco procedente directamente da referida localidade»; 1918-05-12, p. 2: os tripulantes do caça-minas refutaram o envolvimento do capitão do porto do Funchal no envio da «mais insignificante encomenda para Lisboa». VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210: carregou-se 15 contos de banana em contrabando.

[177] *Diário de Notícias*: 1919-05-17, p. 2: vendeu-se banana madura apreendida a bordo; 1919-05-28, p. 1: apreenderam-se 11 gigos com bananas e tomates; 1919-05-29, p. 2: diz-se que a banana seguia em carro de bois, e rendeu 41,2 escudos.

Gráfico n.º 12 – Referências a roubos de banana no *Diário de Notícias* (1887-1926) (em unidades)



Questionou-se igualmente o baixo valor tabelado para a comercialização da banana no mercado madeirense, motivando alguns proprietários de S. Martinho a «arrancar aquela cultura, visto não poderem vender o referido produto pelo preço actual, sem prejuízo»[178]. Apesar desta constatação, encontramos publicidade alusiva à venda coeva de plantas de bananeira «de boa qualidade»[179]. No que respeitou aos intermediários, José Luís de Nóbrega, por exemplo, requereu para não ser «colectado nos ultimos 6 meses de 1917», por estar impedido de fazer a exportação de banana[180]. O mesmo negociante disponibilizou-se a vender bananas verdes e maduras nos seus armazéns, na rua de S. Pedro, pelo preço tabelado, ou com desconto para revendedores, mas este escoamento não foi suficiente para aliviar as restrições aos embarques[181]. Por outro lado, a fixação do preço subverteu o mercado local, chegando-se a publicitar a compra ao produtor «a 40 reis ao kilo ou por dúzia de cachos, qualquer quantidade»[182]. Além disso, a União dos Sindicatos do Funchal alertou para os preços

[178] *Diário de Notícias*, 1918-02-17, p. 2.

[179] *Diário de Notícias*, 1918-04-27, p. 2: indicou-se a morada – rua de Santa Luzia.

[180] *Diário de Notícias*: 1918-04-18, p. 1; 1918-04-19, p. 2.

[181] *Diário de Notícias*: 1917-05-12, p. 2; 1917-05-20, p. 2: disponibilizaram-se 6 t de banana; 1917-05-23, p. 1: venderam-se 1162 kg de banana no espaço de três horas.

[182] *Diário de Notícias*: 1917-05-12, p. 2: anunciou-se a barraca n.º 14 do mercado de D. Pedro V; 1917-10-03, p. 1: sugeriu-se que o Estado fizesse «plantações por sua conta, mande arrotear as terras, pague agua, trabalhadores e adubos, e venda depois a estes preços, tendo em consideração que, para revender, sobre os referidos 60 e 50 reis, não lhe darão nunca mais de 30 e 25 reis».

do «feijão verde, as cebolas e a abóbora equiparadas ao valor da banana, o que não nos parece justo e corrente», dado que as bananeiras demoravam 12 a 15 meses a frutificar. Nesse sentido, sugeriu elevar-se o preço da banana a 70 réis[183].

O problema dos transportes durante a guerra, especialmente após a entrada de Portugal no conflito ao lado dos Aliados, a par do bombardeamento do Funchal por submarinos alemães em 1916 e 1917, agravou a crise de subsistências e dificultou a expedição de mercadorias perecíveis, como a banana[184]. Só assim se entende a referência a um carregamento de banana no lugre português *Senhora do Monte*, cujo tempo de viagem e ausência de condições de ventilação ou refrigeração da carga resultaram em a carga chegar a Lisboa «toda recozida, não se podendo aproveitar nada desta remessa»[185]. Noutros casos, a falta de espaço resultou no impedimento do embarque de gigos com cachos de banana destinados ao mercado lisboeta[186].

As dificuldades no abastecimento de géneros alimentícios e a proibição da expedição de banana não ficaram solucionados senão em julho de 1919, mediante um acordo celebrado entre o administrador do concelho e os expedidores. Estipulou-se que os negociantes se obrigavam a fornecer diariamente meia tonelada de banana madura a 7 centavos – ou 70 réis – o kg, para venda a retalho nos locais estipulados[187]. Contudo, a imprensa relatou vários casos de eventual contrafação e, inclusivamente, o transporte não autorizado de banana entre localidades[188].

O acordo alcançado permitiu a expedição de banana para Lisboa a bordo dos vapores que faziam escala no porto do Funchal. Por exemplo, referiram-se 70 gigos com banana e grades com banana em outubro de 1919[189]. Entretanto, alterou-se o rácio da exportação de banana, pois noticiou-se que Joaquim Soares e Eduardo Neves depositaram «no comissariado de polícia 200 quilos de bananas, afim de

---

183 *Diário de Notícias*, 1917-05-27, p. 3.

184 SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 409.

185 *Diário de Notícias*, 1917-01-03, p. 3.

186 *Diário de Notícias*, 1917-02-14, p. 2: sucedeu com os vapores portugueses *San Miguel* e *Mossamedes*.

187 *Diário de Notícias*, 1919-07-11, p. 1.

188 *Diário de Notícias*: 1918-05-09, p. 2: os negociantes Anselmo Maximiano Ferreira e João Leandro Ferreira publicaram uma declaração na imprensa asseverando que apenas forneceram bananas ao vapor *Beira* e «Nunca embarcaram em vapor algum banana que contivesse etiqueta com o seu nome e direcção excepção feita num ou noutro cacho oferecido a algum oficial de bordo»; 1918-06-23, p. 2: a polícia apreendeu vários cachos de banana escondidos em propriedades no Caniço, os quais «haviam ido da freguesia da Magdalena do Mar»; 1919-02-26, p. 2: a polícia apreendeu «em diversos estabelecimentos desta cidade, alguns cachos de bananas, que os gatunos haviam roubado nestas ultimas noites em várias propriedades desta cidade».

189 *Diário de Notícias*, 1919-10-08, p. 1: um vapor holandês carregou 70 gigos e o *San Miguel* um número indeterminado de grades com banana.

poder exportar 400 quilos»[190]. Em novembro, as medidas preconizadas sofreram nova modificação, no sentido de se assegurarem as necessidades de consumo no arquipélago. Assim, os negociantes de frutas ficaram condicionados a expedir um volume idêntico à banana madura que disponibilizavam para consumo no Funchal[191]. Invariavelmente, este condicionamento do mercado suscitou o descontentamento dos agentes económicos, mas o governador civil não cedeu às pressões[192]. Por isso, os «exportadores resolveram entre si arranjar um armazem, onde depositarão a quantidade de banana com que cada um deva entrar para o consumo local, segundo o respectivo rateio», e lamentaram comprar a banana «por preços exorbitantes, tendo na que exportam a compensação do prejuizo que sofrem na que fornecem para o consumo local»[193].

Recorreu-se temporariamente a um armazém cedido pela autarquia do Funchal para amadurecimento da banana a comercializar ao preço tabelado, «dado o alto preço a que chegaram todas as outras frutas»[194], e limitaram-se as vendas a três kg por cliente. Não obstante, algumas vozes críticas alertaram para a compra de banana no depósito por negociantes, que depois a embarcavam[195], bem como a má qualidade da mesma, pois a melhor era reservada para o mercado de Lisboa[196]. Outra situação levantada prendeu-se com o desrespeito do termo de responsabilidade assinado pelos negociantes de frutas, comprometendo-se estes, no prazo de um mês, a fornecerem ao depósito um quantitativo de banana igual ao embarcado. Em fevereiro estavam em falta 8 t para venda a 7 centavos, enquanto nas demais barracas de frutas se vendiam bananas a 20 centavos[197].

---

190 *Diário de Notícias*: 1919-10-22, p. 1; 1919-10-26, p. 2.

191 *Diário de Notícias*, 1919-11-17, p. 1: o comissariado da polícia confrontava as guias de exportação com os registos da banana vendida ao preço tabelado.

192 *Diário de Notícias*, 1919-12-02, p. 1: acordou-se fornecer diariamente 500 kg de banana.

193 *Diário de Notícias*, 1919-12-03, p. 1: os negociantes de frutas recorreram ao advogado Pelágio dos Santos.

194 *Diário de Notícias*: 1919-12-04, p. 1; 1919-12-05, p. 1; 1919-12-06, p. 1; 1919-12-10, p. 1: deram entrada no depósito «26851 quilos de bananas, entregues pelos exportadores e 273 quilos entregues por particulares», equivalendo aos montantes embarcados no *San Miguel*.

195 *Diário de Notícias*, 1920-01-11, p. 1: criticou-se o embarque de géneros alimentícios em plena crise de subsistências.

196 *Diário de Notícias*: 1920-01-27, p. 1; 1920-01-28, p. 1: publicou-se que um «antigo assinante fez nos o favor de nos mostrar um quilo de bananas comprado no deposito oficial: pôdres antes de amadurecerem»; 1920-04-08, p. 1: venderam-se a um assinante do jornal quatro quilos de banana «completamente podres».

197 *Diário de Notícias*: 1920-02-20, p. 1; 1920-02-21, p. 1; 1920-02-22, p. 3: vendeu-se a banana sem pesar e a 10 centavos devido à falta de trocos, mesmo com a fiscalização policial.

As crises económica e de subsistências continuaram a afligir a população e motivaram a intervenção das autoridades. Em suplemento à edição do *Diário de Notícias* de 28 de março de 1920, o governador civil justificou a publicação de um edital com a nova tabela dos géneros considerados de primeira necessidade, onde se incluíam a banana, cujo preço foi fixado em 10 centavos o kg. Esta iniciativa visava apoiar as «classes menos abastadas, que não podem suportar o excessivo e injustificado aumento de alguns generos»[198]. Não obstante, continuava a verificarem-se constrangimentos no abastecimento local, mesmo com a proibição da expedição de banana «desde o principio do ano», e «suprimidas as guias que até aqui se facultavam aos passageiros, sendo só permitido aos bomboteiros venderem banana a bordo, em estado de maturação»[199]. A escalada inflacionista encontrava-se bem retratada tendo como ponto de partida o preço da banana, pois afirmou-se que «todos os generos são vendidos com um aumento de 300% a 500% […] á excepção da banana, que apenas subiu 100%»[200].

Apesar dos intentos fiscalizadores, continuava a verificar-se a expedição de banana de forma clandestina e a matalotagem aos navios que faziam escala no Funchal[201]. Os próprios importadores de frutas de Lisboa apelaram ao ministro da Agricultura para levantar a proibição da exportação de banana da Madeira[202]. A restrição ao embarque de banana e outros géneros de produção insular foi reafirmada em novo edital do Governo Civil, excetuando-se a manteiga e o açúcar, e «refrescos dos navios em transito», desde que se fornecesse ao mercado local «generos da mesma qualidade, e em quantidade de 50%»[203]. Reforçando esta medida, a mesma autoridade emitiu novo edital com discriminação das transgressões e penalizações e determinou o preço de 20 centavos para o kg de banana em estado de maturação,

---

198 *Diário de Notícias*, 1920-03-28, Suplemento.

199 *Diário de Notícias*, 1920-04-07, pp. 1 e 3: concluiu-se que a proibição da exportação foi contraproducente. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210: os bomboteiros vendiam produtos regionais aos passageiros dos navios fundeados ao largo do Funchal.

200 *Diário de Notícias*, 1920-04-16, p. 4. MATA e VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal – Uma Perspectiva Global*, p. 184: os problemas económicos e financeiros do país mantiveram-se até 1924.

201 *Diário de Notícias*: 1920-05-05, p. 1: alegou-se a saída de banana «para Lisboa às ocultas»; 1920-05-06, p. 1: apreendeu-se grande quantidade de banana que seguia para o *San Miguel*; 1920-05-07, p. 1: a guarda fiscal apreendeu 70 cachos de banana verde a vários bomboteiros. NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, pp. 26-28: na década de 1920, a banana destinava-se aos mercados local e do continente, e ao abastecimento de navios.

202 *Diário de Notícias*, 1920-04-29, p. 1: denunciou-se o contrabando de banana pelos tripulantes de navios a vapor.

203 *Diário de Notícias*, 1920-05-16, p. 2: a fiscalização envolveu a Administração do Concelho, os recibos da barraca do mercado, o delegado da Administração do Concelho ou o Comissariado da Polícia, os funcionários da alfândega ou da guarda fiscal e os praças a bordo dos navios.

o que representou um agravamento de 100% no preço no espaço de dois meses[204]. Ainda assim, noticiou-se o embarque para Lisboa de grande quantidade de banana, esperando-se que o mercado da região fosse abastecido com igual celeridade[205].

O abastecimento público foi novamente pretexto para intervir no mercado das frutas madeirenses, em particular no caso da banana. No final de 1921, voltou-se a condicionar a expedição de banana à disponibilização de determinada percentagem para consumo na ilha[206]. Em aparente contradição, noticiou-se que o administrador do concelho só permitia o embarque da banana que excedia o consumo dos residentes[207]. Na prática, a fiscalização alfandegária continuou a apreender e leiloar banana contrabandeada a bordo de navios[208]. Outra situação de possível fraude relacionou-se com o peso declarado das grades com banana para embarque. Segundo informações do comissariado de polícia, as grades deveriam pesar 300 kg, mas esse limite estava a ser ultrapassado, em detrimento do abastecimento público[209]. Por este facto, o administrador do concelho determinou o número máximo mensal de grades autorizadas para embarque a cada negociante[210]. Devemos ressalvar que o peso destas grades era muito variável, pois encontramos referências de 25, 150, 300 e até 800 kg.

A exportação de banana da Madeira só foi retomada em 1922. Pelo menos é o que se depreende de uma reclamação dos intermediários relativamente à concorrência na compra de banana aos lavradores, de que resultou o aumento do preço de venda ao público e a redução das margens de lucro[211]. Todavia, a Administração do Concelho

---

204 *Diário de Notícias*: 1920-05-28, p. 2; 1920-05-30, p. 3: apreenderam-se bananas à venda a 25 centavos; 1920-07-31, p. 1: a banana apreendida a bordo rendeu 29,8 escudos; 1920-12-18, p. 1: apreenderam-se bananas verdes a bordo; 1921-03-01, p. 1: a banana apreendida rendeu 58,6 escudos; 1921-03-04, p. 1: a banana apreendida a bordo rendeu 18 escudos; 1921-04-15, p. 1: a banana apreendida rendeu 122,5 escudos; 1921-10-21, p. 1: apreenderam-se bananas a bordo.

205 *Diário de Notícias*, 1920-07-17, p. 1.

206 *Diário de Notícias*, 1921-10-28, p. 1: determinou-se que, «por cada grade de 150 quilos que for exportada, serão entregues para o consumo público 100 quilos».

207 *Diário de Notícias*: 1921-11-06, p. 1; 1921-12-31, p. 1: o administrador do concelho proibiu o embarque de 13 grades devido à banana «fornecida á barraca da administração ser de péssima qualidade e quasi impropria para o consumo».

208 *Diário de Notícias*: 1922-08-18, p. 1; 1922-11-01, p. 2: repartiu-se o produto da venda por guardas fiscais e instituições de beneficência.

209 *Diário de Notícias*, 1923-06-08, p. 1: noticiou-se o ofício enviado ao diretor da Alfândega do Funchal.

210 *Diário de Notícias*, 1925-10-27, p. 1: esta medida prendeu-se com o aumento do preço e a necessidade de se fornecer o mercado local.

211 *Diário de Notícias*, 1922-04-16, p. 1: alegou-se que «o pagamento dessa banana feito em esterlino» proporcionava maior lucro. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 124 e 134: a exportação de banana das Canárias aumentou de forma consistente ao longo da década de 1920.

voltou a condicionar o embarque de banana em prol da disponibilização «na barraca oficial, no Mercado de D. Pedro V», das quantidades acordadas de banana madura e de boa qualidade[212]. Esta medida foi reafirmada em 1923, referindo-se expressamente que «nenhuma banana nem qualquer legume sejam exportados sem que os exportadores forneçam para o consumo local, ao preço estipulado, a quantidade correspondente áquela que exportem», e ainda reponham «as quantidades de bananas que estão em dívida»[213]. Na edição seguinte do *Diário de Notícias*, referiu-se a venda a retalho de banana a 80 centavos o kg[214]. Nas demais barracas de fruta, o kg de banana estava a ser comercializado a 2 escudos[215]. Apesar do diferencial de preços, a imprensa perscrutada não noticiou roubos de banana em 1922-1924 (Gráfico n.º 12).

O rácio entre a banana embarcada e a fornecida ao mercado madeirense, a preço tabelado, como vimos, variou consoante as necessidades de abastecimento, as quais eram prioritárias para as autoridades administrativas. Em outubro de 1923, a coordenação da barraca no mercado de D. Pedro V transitou da Administração do Concelho para o Comissariado dos Abastecimentos, e a percentagem das entregas obrigatórias decresceu para dois terços do volume destinado ao embarque. O próprio funcionamento da barraca sofreu alterações, passando o estabelecimento a estar aberto todo o dia e a vender bananas verdes e maduras[216]. No entanto, a escassez prevaleceu e o preço corrente nas barracas de fruta atingiu 4 escudos em fevereiro de 1924, embora em abril tivesse decrescido para entre 2 e 2,50 escudos[217]. A procura e os preços elevados das frutas da Madeira despertaram o interesse comercial de comerciantes de Lisboa, nomeadamente com a publicação do anúncio «BANANAS e anonas compram-se a produtores de origem, colheita mensal – Madame Marcelle – Rua de S. Julião»[218].

---

212 *Diário de Notícias*: 1922-12-16, p. 1: a barraca apenas tinha à venda banana verde; 1922-12-17, p. 1: publicou-se a nota oficiosa.

213 *Diário de Notícias*: 1923-05-13, p. 1: referiu-se a barraca da Administração do Concelho e a venda em exclusivo pelo acesso público do mercado; 1923-05-15, p. 1; 1923-09-02, p. 1: a polícia cívica solicitou a proibição do embarque de banana e «uma relação dos srs. Exportadores que estão em dia com as percentagens a que se obrigaram»; 1923-09-15, p. 1: passou-se a revezar semanalmente o policiamento da barraca.

214 *Diário de Notícias*, 1923-05-15, p. 1: mencionou-se que «nas barracas particulares é muito raro que se encontrem por preço inferior a 1 escudo e a oitenta centavos».

215 *Diário de Notícias*, 1923-07-31, p. 1. SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 141: faz-se a comparação dos preços de diversos géneros em 1914 e 1923.

216 *Diário de Notícias*, 1923-10-18, p. 1.

217 *Diário de Notícias*: 1924-02-10, p. 1; 1924-02-17, p. 1; 1924-04-26, p. 2.

218 *Diário de Notícias*, 1924-02-21, p. 2.

O descontentamento dos comerciantes de frutas não esmoreceu com a redução da percentagem de banana que não podiam embarcar, e a consequente perda de rendimento devido ao preço tabelado. Nesse sentido, estes comerciantes foram convocados para reuniões na delegação do Comissariado de Abastecimentos e, posteriormente, no gabinete da Guarda Fiscal[219]. Contudo, durante a reunião da Comissão Distrital de Abastecimentos, compareceu o advogado Ernesto Pelágio dos Santos, acompanhado de «cerca de 50 agricultores de banana», que pretendiam «que o seu comercio fosse livre». Ora, tendo-se «notado entre os manifestantes alguns exportadores de banana», a comissão não se demoveu e foi unânime em aprovar que, «mantendo-se a exportação, não deveria ser alterada em nada o resolvido por esta Comissão e que, a consentir-se o comercio livre interno, se proibiria a exportação»[220].

O deputado Adolfo de Sousa Brasão, na Câmara dos Deputados, questionou o ministro da Agricultura acerca da liberdade de exportação de produtos agrícolas de que a Madeira carecia para o seu abastecimento, tendo como consequência o agravamento dos preços na ilha. Deu como exemplos «a banana, que se vendia a 1$40 cada quilograma, passou para 2$50; o feijão verde, que se obtinha por 1$, passou para 2$ e 2$50; todos os artigos chamados de refrescos para bordo começaram a ser vendidos por preços excepcionalíssimos»[221]. Aludiu-se ainda às dificuldades económicas da população na década de 1920, em resultado da crise que atravessava a exportação do vinho da Madeira, os bordados e vimes, e o turismo, prejudicados pelo protecionismo concedido à marinha mercante portuguesa, com o consequente desvio das rotas marítimas intercontinentais para os portos das Canárias.

Apesar do mercado da capital ser abastecido com banana da Madeira, os registos estatísticos nacionais contabilizaram «mercadorias coloniais entradas nos entrepostos do pôrto de Lisboa», entre as quais constavam a banana[222]. As cifras indicaram perto de 2 t em 1920 e 5 t em 1921, que podiam ser originárias de territórios coloniais portugueses. Nos dois anos imediatos, contabilizaram-se bananas e ananases, correspondendo a cerca de 14 t em 1922 e 523 t em 1923, embora neste último ano também se exportassem cerca de 519 t[223]. Curiosamente, em 1924 descarregaram-se

[219] *Diário de Notícias*: 1923-09-19, p. 4; 1923-09-26, p. 1: a barraca escoou 7124 kg de banana no espaço de uma semana; 1923-10-11, p. 1.
[220] *Diário de Notícias*, 1923-10-14, p. 2: o advogado ficou de apresentar a proposta por escrito.
[221] *Diário da Câmara dos Deputados*, 10 de março de 1926, sessão n.º 49, pp. 7-10.
[222] *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1921*, 1925, p. 251.
[223] *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1923*, 1926, pp. 172-173.

cerca de 70 t, mas o registo de exportação foi superior a 86 t, isto é, parte destes frutos foram provavelmente cultivados nos arquipélagos da Madeira ou dos Açores[224]. Em 1925, as estatísticas contabilizaram apenas banana, mas a tonelagem apresentada foi substancialmente inferior – cerca de 2 t –, e não constavam no rol de mercadorias exportadas pelo porto da capital do país[225]. Voltamos a encontrar o desembarque de cerca de 2397 t de ananases e bananas no porto de Lisboa em 1926, aos quais se acrescentaram cerca de 131 t de origem colonial[226]. Esta situação repetiu-se em 1927, com o desembarque de 2595 t de ananases e bananas, mas apenas 17 t de origem colonial[227]. O mercado para as frutas tropicais encontrava-se em expansão, pois o volume importado subiu a 3068 t em 1928, embora sem efeitos positivos na produção colonial, a qual desapareceu dos quadros estatísticos[228]. Finalmente, em 1929 desembarcaram-se 2915 t de ananases e bananas, novamente sem qualquer contributo da produção colonial ou qualquer volume exportado[229]. A tonelagem mencionada acompanhou a evolução dos embarques de banana da Madeira, cuja produção ganhou relevância económica a partir do segundo quartel do século XX[230].

Atendendo a alguns autores, o incremento do cultivo e exportação de banana da Madeira ocorreu após a criação da The Ocean Islands Fruit & Co. Ltd., em 1928. Esta empresa divulgou melhorias técnicas a implementar nos bananais através de campos experimentais, de que resultaram melhoramentos na colheita, maturação e embalagem dos cachos de banana. Com isto, as remessas passaram de cerca de 1700 t em 1926 e 1927 para 2530 t em 1929, representando um rendimento de 3500

---

224 *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1924*, 1926, pp. 164-165. *Diário de Notícias*, 1926-11-20, p. 2: referiu-se o cultivo de bananeiras nos Açores. AVILA, 1990, *O cultivo da bananeira na Região Autónoma dos Açores*, s.p.: a produção destinava-se quase exclusivamente a consumo no arquipélago. PONTE e RIBEIRO, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», s.p.: cultivou-se a bananeira anã e realizaram-se algumas tentativas de exportação para Portugal continental.

225 *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1925*, 1926, pp. 183-184.

226 *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1926*, 1927, pp. 215-216.

227 *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1927*, 1928, pp. 273-274.

228 *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1928*, 1929, pp. 289-290.

229 *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1929*, 1930, pp. 268-269. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 206: o comércio mundial de banana progrediu entre 1925 e 1929.

230 SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», pp. 8-9: comercializaram-se 115 milhões de cachos de banana a nível mundial, com recurso a comboios e 125 navios fruteiros. RIBEIRO, 1985, *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX* […], pp. 78-79: o volume de banana embarcada duplicou entre 1925 e 1929.

contos[231]. Não obstante, também se observou que a Madeira consumia cerca de um terço da produção de banana e exportou um milhão de frutos em 1927[232].

Conclusão

A introdução das bananeiras na Madeira remontou ao século XVI, nomeadamente como curiosidade botânica em hortos ou jardins. Vários testemunhos confirmaram, pois, a presença multissecular desta planta, mas apenas na primeira metade do século XIX se iniciaram os embarques de cachos de banana para Lisboa, Porto, Algarve e Açores, assim como a exportação para Londres e outras cidades na Grã-Bretanha. Posteriormente, também se exportou para a França, a Alemanha e a Bélgica. As bananas serviam ainda como "refresco" – matalotagem – e eventualmente para negócio das tripulações dos navios que faziam escala no porto do Funchal.

A bananeira cultivada com o intuito de exportação – cultivar Dwarf Cavendish – representou um dos vários cultivares introduzidos na Madeira, possivelmente no século XIX, mas também ocorreram embarques de bananeiras para serem cultivadas em diferentes geografias. A bananeira anã – designação mais comum deste cultivar – apresentava vantagens ao nível da produtividade e resistência aos ventos, mas carecia de cuidados especiais durante o corte, o transporte e a embalagem dos cachos de banana para embarque, o que nem sempre acontecia. Por isso, os custos com a mão-de-obra e acondicionamento dos cachos de banana, agravados pela estiva e pelos fretes praticados no porto do Funchal, diminuíram a competitividade da banana da Madeira nos mercados europeus. Acresceu a concorrência de banana das Canárias e

[231] NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, pp. 93-94. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, pp. 611-612 e 618: W. Hinton & Sons participou no capital social da The Ocean Island Fruit & Co. Ltd. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p. GOUVEIA, 2003, «Rosas e espinhos da nova Autonomia», p. 24: exportou-se 550 t em 1914 e 2530 t em 1929, devido às novas técnicas de cultivo e limitações aos canaviais. GOUVEIA, 2004, «Rosas e espinhos da nova Autonomia», p. 6: destacou-se o contributo de The Ocean Island Fruit & Co. Lda. na modernização dos bananais e nas embalagens usadas. CÂMARA, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867-1967)», pp. 217-218: o cultivo de bananeiras expandiu-se na década de 1930. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 211: segundo Peres Trancoso, a banana equivalia a 5,5% do valor de todas as produções. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 218.

[232] VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 211: referindo-se a uma publicação do marquês de Jácome Corrêa.

da América central, especialmente com o desenvolvimento da navegação a vapor e de compartimentos de carga ventilados e refrigerados.

Podemos conjeturar o interesse pelo consumo deste fruto tropical em Lisboa após o regresso da corte portuguesa do exílio no Brasil. As referências ao embarque de cachos de banana da Madeira iniciaram-se em fevereiro de 1822, e progrediram de forma rápida até ao final desta década, sendo este comércio provavelmente interrompido pela instabilidade política e espoletar da guerra civil entre liberais e absolutistas. Dezenas de intermediários ou produtores estiveram envolvidos neste negócio, mas apenas uma pequena parte participou de forma consistente e com cargas consideráveis de cachos de banana, que seguiam acondicionadas em diversas embalagens ou simplesmente dispostas no porão dos navios e espaços disponíveis para carga.

A crise vitivinícola oitocentista ocasionou o desenvolvimento de outras culturas, como canaviais e bananeirais, denominadas à época "culturas ricas", considerando-se inclusivamente que a última proporcionava maiores rendimentos aos produtores. Todavia, associando-se à pecuária e aos seus derivados, a cana-de-açúcar afirmou-se em detrimento das bananeiras, especialmente com a instituição do regime sacarino (1895-1918). A disputa pelos melhores solos e água de rega na encosta sul da Madeira, que beneficiava de melhores condições edafoclimáticas até aos 200 m de altitude, e o preço mais elevado dos adubos, impediram uma maior expansão da área de cultivo de bananeiras. Além disso, os maiores custos de produção e a pior apresentação dificultavam o seu escoamento para os maiores mercados da Europa. Por isso, apenas os cachos com bagos de maiores dimensões, então designados de "conta grande", proporcionavam maior retorno aos produtores.

A variedade de designações e unidades de peso ou medida utilizados para empacar frutas e legumes dificultaram sobremaneira o trabalho de análise das cifras compulsadas em várias fontes. A origem dos dados remete-nos para a Alfândega do Funchal, quer através de fontes primárias, quer em publicações na imprensa local, quer em estatísticas oficiais.

Contudo, a expedição de banana não assumiu papel de relevo no tráfico comercial do arquipélago, não só pela reduzida área agrícola, mas igualmente por deficientes técnicas de cultivo que resultaram em baixa produtividade por ha – apenas uma ínfima parte dos cachos de banana superava 25 kg. Por este facto, o seu valor de exportação era substancialmente inferior, e até no mercado de Portugal continental enfrentou grandes oscilações no preço e a concorrência das frutas da época, procurando-se inclusive diminuir a produção em outubro e novembro – a denominada banana de S. João.

Os negociantes e o capital estrangeiro, especialmente britânico, estão associados ao desenvolvimento do comércio mundial de banana no último quartel do século XIX. Algumas destas famílias tinham inclusivamente interesses comerciais na Madeira e nas Canárias, sobretudo na produção e comércio de frutas e legumes, como sejam as famílias Leacock e Blandy. A melhoria das técnicas de cultivo nos bananeirais da Madeira e o incremento dos embarques de cachos de banana para Lisboa, na segunda metade da década de 1920, foram associados à criação da The Ocean Islands Fruit & Co. Ltd., na qual a família Hinton detinha participação.

A intervenção de intermediários na comercialização de banana da Madeira justificou-se pela reduzida área dedicada a esta cultura e menor volume de produção, impedindo uma negociação mais vantajosa de fretes marítimos. Além disso, as infraestruturas portuárias e rodoviárias agravavam a movimentação de cargas, sendo reivindicação antiga a criação de um porto franco ou armazéns francos no Funchal. Estes agentes económicos representavam as grandes companhias de navegação e procuravam rentabilizar o espaço de carga a bordo dos navios que faziam escala no Funchal. Apesar da regularidade destas rotas, não conseguimos aferir se havia alguma coordenação entre o corte dos cachos de banana e o seu embarque, verificando-se até situações de recusa de carga por falta de espaço.

A apresentação da banana ao consumidor dependia grandemente dos materiais e das técnicas de acondicionamento utilizados durante as viagens por terra e por mar. Durante este período, identificamos o transporte às costas e em corsas de tração animal, o emprego de barris, barricas, caixas, caixões, cascos, cestos, gigas, gigos, grades e volumes, assim como a utilização de palha, musgo, algodão em rama, papel e cartão canelado para não danificar a casca das bananas. Apesar dos pedidos de redução de direitos sobre os materiais importados temporariamente para embalagem de frutas e legumes destinados a exportação, esta reivindicação apenas foi satisfeita no período da I República.

O início da I Guerra Mundial não influenciou grandemente o comércio da banana da Madeira, uma vez que as exportações para o norte da Europa eram diminutas desde o dealbar do século. Ainda assim, os efeitos fizeram-se sentir após a entrada de Portugal neste conflito devido à crise de subsistências, resultante das dificuldades no abastecimento de géneros alimentícios, da inflação e da diminuição de escalas no porto do Funchal. As autoridades locais condicionaram, e até proibiram, o embarque de banana, considerando-a um género de primeira necessidade na alimentação popular. Nesse sentido, tabelaram o preço e limitaram o peso que cada consumidor podia adquirir na barraca do mercado local. Do mesmo modo, estipularam a quantidade de banana que os passageiros podiam levar para bordo dos navios ou

adquirir aos bomboteiros em estado de maturação. Esta situação prolongou-se no após-guerra, só se retomando a exportação de banana da Madeira em 1922. No final desta década, os embarques de banana superaram 2500 t, quando em todo o século XIX provavelmente nunca se atingiu um quinto desta cifra. Porém, a escala de produção foi insuficiente para atrair o investimento das maiores empresas mundiais do setor das frutas, ao contrário do que aconteceu nas Canárias.

Fontes

Almanak para a Ilha da Madeira. Primeiro anno, 1868, 1867, Funchal, Typ. á Praça da Constituição.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1921, 1925, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1923, 1926, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1924, 1926, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1925, 1926, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1926, 1927, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1927, 1928, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1928, 1929, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1929, 1930, Lisboa, Imprensa Nacional.

Arquivo e Biblioteca da Madeira: Alfândega do Funchal, livs. 202, 219-226, 250-280, 282, 284 e 292; Registos Notariais, liv. 2504; Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's: Foto Figueiras, n.º inv. 2019 e 2021; Joaquim Augusto de Sousa, n.º inv. 215; Perestrellos Photographos, n.º inv. 406; Russell Manners Gordon, n.º inv. 193.

Arquivo Nacional Torre do Tombo: Alfândega do Funchal, livs. 399, 400, 406-409 e 411; Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 306, 342, 344, 346, 351 e 361.

Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados no 1.º Semestre de 1837, 7.ª Série – 1.ª Parte, 1837, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, 1842, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa. Anno de 1855, 1856, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa. Anno de 1860, 1861, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portugueza. Anno de 1867, 1868, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portugueza. Anno de 1879, 1879, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official de Legislação Portugueza. Anno de 1880, 1881, Lisboa, Imprensa Nacional.

Comércio e Navegação. Estatística Especial. Ano de 1910, 1912, Lisboa, Imprensa Nacional.

Comércio e Navegação. Estatística Especial. Ano de 1911, 1913, Lisboa, Imprensa Nacional.

Comércio e Navegação. Estatística Especial. Ano de 1912, 1914, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1897, 1898, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1898, 1899, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1899, 1900, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1900, 1901, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1901, 1902, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1902, 1905, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1903, 1904, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1904, 1905, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1905, 1907, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1906, 1908, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1907, 1909, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1908, 1910, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1909, 1911, Lisboa, Imprensa Nacional.

Diário da Câmara dos Deputados, 15 de maio de 1912, sessão n.º 110.

Diário da Câmara dos Deputados, 30 de abril de 1912, sessão n.º 99.

Diário da Câmara dos Deputados, 10 de março de 1926, sessão n.º 49.

Diario da Camara dos Deputados, sessão de 1 de fevereiro de 1849, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional.

Diario da Camara dos Deputados, sessão de 27 de abril de 1850, vol. 4, Lisboa, Imprensa Nacional.

Diário de Notícias: 1881-07-03, n.º 1384; 1882-01-31, n.º 1559; 1882-11-09, n.º 1784; 1883-08-18, n.º 2007; 1884-03-23, n.º 2186; 1884-12-25, n.º 2409; 1885-05-17, n.º 2520; 1886-01-30, n.º 2730; 1886-07-16, n.º 2862; 1887-01-28, n.º 3024; 1887-01-29, n.º 3025; 1887-04-05, n.º 3078; 1887-04-10, n.º 3082; 1887-06-15, n.º 3134; 1887-09-18, n.º 3212; 1887-12-20, n.º 3289; 1888-01-11, n.º 3308; 1888-10-12, n.º 3530; 1888-11-25, n.º 3567; 1889-04-21, n.º 3685; 1892-02-06, n.º 4505; 1892-07-26, n.º 4641; 1893-06-09, n.º 4899; 1894-01-04, n.º 5068; 1894-06-29, n.º 5209; 1894-10-31, n.º 5313; 1894-12-16, n.º 5351; 1895-03-22, n.º 5427; 1895-07-11, n.º 5511; 1895-07-13, n.º 5513; 1898-11-05, n.º 6491; 1900-05-05, n.º 6928; 1900-05-06, n.º 6929; 1900-05-30, n.º 6948; 1901-01-22, n.º 7139; 1901-03-24, n.º 7194; 1901-03-29, n.º 7199; 1901-03-30, n.º 7200; 1901-03-31, n.º 7201; 1901-07-16, n.º 7307; 1901-12-22, n.º 7466; 1902-03-28, n.º 7560; 1902-04-24, n.º 7586; 1902-09-16, n.º 7731; 1903-12-19, n.º 8187; 1903-12-21, n.º 8189; 1904-01-30, n.º 8227; 1904-02-22, n.º 8250; 1904-03-10, n.º 8267; 1904-03-27, n.º 8284; 1904-03-29, n.º 8286; 1904-04-08, n.º 8295; 1904-10-11, n.º 8481; 1904-12-08, n.º 8539; 1905-06-30, n.º 8740; 1905-07-08, n.º 8748; 1906-01-18, n.º 8940; 1906-11-09, n.º 9234; 1906-12-16, n.º 9271; 1907-03-05, n.º 9348; 1907-08-25, n.º 9520; 1908-05-30, n.º 9796; 1908-05-31, n.º 9797; 1908-06-09, n.º 9806; 1908-06-18, n.º 9815; 1908-11-29, n.º 9979; 1910-04-28, n.º 10488; 1910-05-17, n.º 10507; 1910-09-13, n.º 10626; 1910-12-18, n.º 10722; 1911-07-22, n.º 10935; 1911-09-21, n.º 10996; 1912-08-13, n.º 11320; 1912-08-22, n.º 11329; 1912-09-16, n.º 11354; 1912-09-18, n.º 11356; 1912-10-18, n.º 11386; 1912-12-10, n.º 11439; 1912-12-17, n.º 11446; 1912-12-23, n.º 11452;

1913-04-20, n.º 11567; 1913-05-15, n.º 11592; 1913-05-31, n.º 11608; 1913-06-03, n.º 11611; 1913-06-04, n.º 11612; 1913-06-13, n.º 11621; 1913-06-18, n.º 11626; 1913-06-19, n.º 11627; 1913-06-20, n.º 11628; 1913-06-28, n.º 11636; 1913-07-01, n.º 11639; 1913-07-09, n.º 11647; 1913-07-23, n.º 11661; 1913-07-26, n.º 11664; 1913-08-17, n.º 11686; 1913-10-26, n.º 11756; 1913-12-11, n.º 11802; 1913-12-18, n.º 11809; 1914-03-20, n.º 11899; 1914-04-18, n.º 11927; 1915-01-30, n.º 12212; 1915-04-07, n.º 12278; 1915-08-13, n.º 12406; 1915-08-21, n.º 12414; 1915-12-07, n.º 12522; 1915-12-08, n.º 12523; 1917-01-03, n.º 12860; 1917-02-14, n.º 12896; 1917-04-26, n.º 12956; 1917-05-06, n.º 12964; 1917-05-09, n.º 12966; 1917-05-12, n.º 12969; 1917-05-20, n.º 12975; 1917-05-23, n.º 12977; 1917-05-27, n.º 12984; 1917-06-24, n.º 13001; 1917-07-25, n.º 13026; 1917-10-03, n.º 13085; 1917-10-24, n.º 13103; 1917-10-26, n.º 13105; 1917-10-28, n.º 13107; 1917-11-07, n.º 13114; 1918-01-09, n.º 13163; 1918-01-19, n.º 13172; 1918-01-26, n.º 13178; 1918-02-05, n.º 13185; 1918-02-15, n.º 13194; 1918-02-16, n.º 13195; 1918-02-17, n.º 13196; 1918-04-18, n.º 13243; 1918-04-19, n.º 13244; 1918-04-23, n.º 13247; 1918-04-27, n.º 13251; 1918-05-07, n.º 13258; 1918-05-09, n.º 13260; 1918-05-12, n.º 13262; 1918-06-23, n.º 13294; 1918-09-05, n.º 13354; 1919-02-26, n.º 13497; 1919-05-17, n.º 13561; 1919-05-28, n.º 13570; 1919-05-29, n.º 13571; 1919-07-11, n.º 13602; 1919-10-08, n.º 13676; 1919-10-22, n.º 13688; 1919-11-27, n.º 13718; 1919-12-02, n.º 13722; 1919-12-03, n.º 13723; 1919-12-04, n.º 13724; 1919-12-05, n.º 13725; 1919-12-06, n.º 13726; 1919-12-10, n.º 13728; 1920-01-11, n.º 13751; 1920-01-27, n.º 13763; 1920-01-28, n.º 13764; 1920-02-20, n.º 13782; 1920-02-21, n.º 13783; 1920-02-22, n.º 13784; 1920-03-28, n.º 13812; 1920-04-07, n.º 13816; 1920-04-08, n.º 13817; 1920-04-16, n.º 13824; 1920-04-29, n.º 13835; 1920-05-05, n.º 13839; 1920-05-06, n.º 13840; 1920-05-07, n.º 13841; 1920-05-16, n.º 13848; 1920-05-28, n.º 13857; 1920-05-30, n.º 13859; 1920-07-17, n.º 13895; 1920-07-31, n.º 13907; 1920-12-18, n.º 14021; 1921-03-01, n.º 14076; 1921-03-04, n.º 14079; 1921-04-15, n.º 14110; 1921-10-21, n.º 14262; 1921-10-28, n.º 14268; 1921-11-06, n.º 14275; 1921-12-31, n.º 14318; 1922-04-16, n.º 14402; 1922-08-18, n.º 14496; 1922-11-01, n.º 14550; 1922-12-16, n.º 14594; 1922-12-17, n.º 14595; 1923-05-13, n.º 14708; 1923-05-15, n.º 14709; 1923-06-08, n.º 14728; 1923-07-31, n.º 14770; 1923-09-02, n.º 14798; 1923-09-15, n.º 14809; 1923-09-19, n.º 14812; 1923-09-26, n.º 14818; 1923-10-11, n.º 14830; 1923-10-14, n.º 14833; 1923-10-18, n.º 14836; 1924-02-10, n.º 14925; 1924-02-17, n.º 14931; 1924-02-21, n.º 14934; 1924-04-26, n.º 14984; 1924-10-03, n.º 15111; 1925-10-27, n.º 15419; 1926-11-19, n.º 15730; 1926-11-20, n.º 15731; 1929-05-05, n.º 16435.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1913, 1915, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1914, 1916, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1915, 1918, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1916, 1919, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1917, 1920, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1918, 1921, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1919, 1922, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1920, 1924, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1889, 1891, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1890, 1891, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1891, 1895, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1892, 1894, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1893, 1895, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1894, 1896, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1895, 1897, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1896, 1898, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica Geral do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1876 Organisado na Secção de Estatística da Direcção Geral das Alfandegas e Contribuições Indirectas, 1878, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica Geral do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1879 Organisado na Secção de Estatística da Direcção Geral das Alfandegas e Contribuições Indirectas, 1881, Lisboa, Imprensa Nacional.

Mappas Geraes do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1865 Organisados na Secção de Estatística da Direcção Geral das Alfandegas e Contribuições Indirectas, 1866, Lisboa, Imprensa Nacional.

Mappas Geraes do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1866 Organisados na Secção de Estatística da Direcção Geral das Alfandegas e Contribuições Indirectas, 1867, Lisboa, Imprensa Nacional.

Mappas Geraes do Commercio de Portugal com suas Possessões e Nações Estrangeiras Durante o Anno de 1851 Confeccionados na Primeira Repartição Direcção Geral das Alfandegas e Contribuições Indirectas do Tribunal do Thesouro Publico, parte I, 1852, Lisboa, Imprensa Nacional.

Mappas Geraes do Commercio de Portugal com suas Possessões, e Nações Estrangeiras Durante o Anno de 1843 Confeccionados na Repartição das Alfandegas e Impostos Indirectos do Tribunal do Thesouro Publico, parte II, 1849, Lisboa, Imprensa Nacional.

Bibliografia

AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo da produção e comércio de banana na Ilha da Madeira*, Funchal.

AAVV, 1969, *O Aproveitamento da Água na Ilha da Madeira*, Lisboa, Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira.

ABBOTT, Roderick, 2009, *A socio-economic history of the international banana trade, 1870-1930*, Florença, European University Institute, disponível em https://hdl.handle.net/1814/11486, acedido em 2025-03-17.

AFONSO, Óscar e AGUIAR, Álvaro, 2005, «A internacionalização da economia», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. III, *O Século XX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 305--337.

ANAIEF – Associação Nacional dos Armazenistas, Importadores e Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas, 1990, *Livro Branco sobre o Mercado da Banana em Portugal*, Lisboa.

ARAGÃO, António (coord. e notas), 1981, *A Madeira Vista por Estrangeiros 1455-1700*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

AVILA, Leonel, 1990, *O cultivo da bananeira na Região Autónoma dos Açores*, Funchal, Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, policopiado, não paginado.

BATISTA, Edite Romana Bessa e BATISTA, João Guilherme Ferreira, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, Angra do Heroísmo, Universidade dos Açores.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, 2011, «A América à mesa do rei», in BUESCO, Ana Isabel e FELISMINO, David (coord.), *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, Consumos, Cerimónias e Representações (Séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 336-349.

BROWN, A. Samler, 2000, *Madeira Islas Canarias y Azores*, 11.ª ed. revista, Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo de Gran Canaria.

CABRERA CABRERA, J., 1998, «Técnicas de cultivo de la platanera en los subtrópicos», in *1.as Jornadas da Cultura da Bananeira no Algarve. Comunicações – Comunicaciones*, Quarteira, Comissão Organizadora das 1.as Jornadas da Cultura da Bananeira, policopiado, não paginado.

CABRERA CABRERA, J. e GALÁN SAÚCO, V., 1998, «Cultivo del plátano bajo invernadero», in *1.as Jornadas da Cultura da Bananeira no Algarve. Comunicações – Comunicaciones*, Quarteira, Comissão Organizadora das 1.as Jornadas da Cultura da Bananeira, policopiado, não paginado.

CÂMARA, Benedita, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CÂMARA, Benedita, 2005, «Relações económicas com o exterior», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. II, *O Século XIX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 337-356.

CÂMARA, Benedita, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867-1967)», in *Continuity and Change*, n.º 21, pp. 213-233.

CÂMARA, Leonel Luís Nunes Vieira Aguiar, 1957, *Bases para um inquérito económico às condições de cultura da bananeira e da cana de açúcar na Ilha da Madeira. Relatório final do curso de engenheiro agrónomo*, vol. I, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia.

CHAMPION, Jean, 1978, *El Platano*, Coleccion Agricultura Tropical, Barcelona, Editorial Blume.

CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral e AFONSO, Lina, 2008, *À Descoberta da Banana* (a partir do original da ORCADES e da CRDP Poitou-Charentes), Lisboa, IMCVF – Instituto Marquês de Valle Flôr.

CORDEIRO, Ana Cristina R., SANTOS, António Paulo, FRAZÃO, Carlos Manuel e ABREU, João Eduardo A., 1988, *Missão Técnica às Ilhas Canárias – A produção e a comercialização da banana*, Lisboa, IROMA – Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas – Secretaria Regional de Economia da Madeira.

DELGADO MARTIN, Francisco, 1988, *Madeira – Canárias. Plátano, su comercializacion y Futuro en la C.E.E. en 1992*, Funchal, Secretaria Regional de Economia – IROMA – Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas.

DIAS, Fátima de Sequeira, 2008, «A economia ao sabor das circunstâncias. Produções, agentes e intercâmbios», in MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de e LEITE, José Guilherme Reis (dir.), *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoreano de Cultura.

DODO, Mahamat K., 2009, «Evolución del sector del plátano en Canarias tras la creación y reformas de la OCM», in *Boletín Económico de Información Comercial Española*, n.º 2973, pp. 17-26, disponível em https://www.revistasice.com/index.php/BICE/issue/view/473, consultado em 2025-03-17.

ENES, Carlos, 2008, «Uma economia em transformação, mas uma pobreza que persiste», in MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de e LEITE, José Guilherme Reis (dir.), *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoreano de Cultura.

FERREIRA, Cláudia Dias, 2022, «Bananeira», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores, pp. 216-222.

FERREIRA, Lídia Góes e FERREIRA, César (coord.), 2009, *Palha de bananeira: aproveitar, criar, inovar*, Museu Etnográfico da Madeira, policopiado, não paginado.

FRANÇA, Isabella de, 1970, *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

FREITAS, João Abel de, 2015, *A Madeira nos Tempos de Salazar. A Economia 1926-1974*, Lisboa, Edições Colibri.

GOUVEIA, António Jorge Andrade de, COELHO, F. Pinto e CORREIA, J. Anachoreta, 1941, *Determinações quantitativas de vitamina C em bananas (Musa nana) provenientes da Ilha da Madeira*, Coimbra, Tipografia da Atlântida. Separata da *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, vol. IX, n.º 1.

GOUVEIA, Gregório, 2003, «Rosas e espinhos da nova Autonomia», in *Tribuna da Madeira*, n.º 220.

GOUVEIA, Gregório, 2004, «Rosas e espinhos da nova Autonomia», in *Tribuna da Madeira*, n.º 233.

GOUVEIA, Vicente Henriques de, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento--Medicamento*, 2.ª ed., Funchal.

JOÃO, Maria Isabel, 1991, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos.

LAINS, Pedro, 1995, *A Economia Portuguesa no Século XIX*, Colecção Análise Social, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

LUXÁN-MELÉNDEZ, Santiago de e LAFORET, Juan José (eds), 2003, *La Economía Canaria en la Segunda Mitad del Siglo XIX. La Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria*, Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria.

LOURO, Nelson, 1998, «Cultura da Bananeira no Algarve. Situação actual. Perspectivas de futuro», in *1.as Jornadas da Cultura da Bananeira no Algarve. Comunicações – Comunicaciones*, Quarteira, Comissão Organizadora das 1.as Jornadas da Cultura da Bananeira, policopiado, não paginado.

MARTÍN RUIZ, Juan-Francisco, PÉREZ MARRERO, Luís Miguel e GONZÁLEZ GARCIA, Esther, 1991, *La Agricultura del Platano en las Islas Canarias. Situación Actual y Perspectivas de Futuro*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria.

MARTINS, Conceição Andrade, 2005, «A agricultura», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. II, *O Século XIX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 219-258.

MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno, 1994, *História Económica de Portugal – Uma Perspectiva Global*, Lisboa Editorial Presença.

MENDES, Fernanda (coord.), 1994, *Estudo de Embalagem para Banana*, Funchal, Secretaria Regional da Agricultura, policopiado.

MENDONÇA, Alexandra (coord.), 1994, *Estudo de Marketing da Banana da Madeira*, Lisboa, TECNINVEST – Técnicas e Serviços para o Investimento S.A.

NATIVIDADE, J. Vieira, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, Lisboa, Junta Nacional de Frutas e Grémio dos Exportadores de Frutas e de Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira.

NUEZ YÁNEZ, Juan Sebastián, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas Productoras en Canarias, 1870-2000*, ASPROCAN – Associación de Organizaciones de Productores de Plátanos de Canarias.

NUNES, Ana Bela e VALÉRIO, Nuno, 2005, «Moeda e bancos», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. III, *O Século XX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 227-263.

PACHECO, Dinis Gouveia, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-industriais do Vinho e Cana Sacarina na Madeira (1870-1930)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

PEREIRA, Eduardo C. N., 1989, *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., vol. I, Funchal, Câmara Municipal.

PÉREZ MARRERO, Luís Miguel, 1993, «Antecedentes históricos e inícios da la explotación comercial del plátano», in *Islenha*, n.º 12, pp. 171-177.

PÉREZ MARRERO, Luís Miguel, 1995, «Evolución de las tecnicas y sistemas de embalaje en los comercios del plátano», in *Islenha*, n.º 16, pp. 102-107.

PÉREZ MARRERO, Luís Miguel, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International. Su Historia Agrocomercial*, ASPROCAN – Associación de Organizaciones de Productores de Plátanos de Canarias.

PONTE, Manuel A. C. Moniz da e RIBEIRO, Francisco Medeiros, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», in *1.as Jornadas da Cultura da Bananeira no Algarve. Comunicações – Comunicaciones*, Quarteira, Comissão Organizadora das 1.as Jornadas da Cultura da Bananeira, policopiado, não paginado.

RIBEIRO, Orlando, 1985, *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX. Estudo Geográfico*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

ROCHA, Manuel Soares da, 1957, *«A Colonia» no Arquipélago da Madeira e a questão que gerou*, Lisboa, Grémio de Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira.

RODRIGUES, Paulo Miguel, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: Relações de Poder e Influência Britânica*, Colecção "Funchal 500 Anos", n.º 21, Funchal, Empresa Municipal "Funchal 500 Anos".

RODRIGUES, Ramon Honorato Correia, 1953, *Questões Económicas I*, Funchal.

SARMENTO, Alberto Artur, 1941, *As Pequenas Indústrias da Madeira*, 30.ª ed., Funchal, «Diário de Notícias».

SEQUEIRA, Miguel Menezes de, SANTOS-GUERRA, Arnoldo, JARVIS, Charles E., OBERLI, Andreas, CARINE, Mark A., MAUNDER, Michael e FRANCISCO-ORTEGA, Javier, 2010, «The Madeiran plants collected by Sir Hans Sloane in 1687, and his descriptions», in *Taxon*, n.º 59 (2).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1994, *História de Portugal*, 3.ª ed., vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo.

SILVA, António José Marques da, 2018, «O Brotar do Jardim do Atlântico: Considerações de Ordem Económica, Sociológica e Antropológica acerca da Aclimatação das Plantas Frutícolas e Hortícolas na Madeira (Sécs. XV-XVIII)», in *Islenha*, n.º 63, pp. 5-36.

SILVA, António Ribeiro Marques da (seleção, tradução e notas), 2008, *Passaram pela Madeira. Textos de Autores Anglo-Saxónicos que Visitaram a Ilha (1687-2000)*, Coleção "Funchal 500 Anos", n.º 7, Funchal, Empresa Municipal "Funchal 500 Anos".

SILVA, P. Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense*, vols. I-III, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

SILVA, Filipa Matias Marques da, 2016, *A Produção de Bananas nas Ilhas Canárias. Caracterização Fenotípica de Algumas Variedades de* Musa spp. *da Coleção do ICIA*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Agronómica, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

SOARES, Fernando Brito, 2005, «A agricultura», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. III, *O Século XX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 157-183.

SOUSA, António Teixeira de, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», in *Revista Agronómica*, vol. 23 (3), pp. 248-279.

SOUSA, António Teixeira de, 1947, «O Preço da Banana», in *Frutas da Madeira*, Abril, Funchal.

VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara, 2022, *Rituais Cortesãos e Cultura Alimentar: Elite e Cozinha de Corte no Período Joanino (1808-1821)*, dissertação de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo.

VIEIRA, Alberto (coord.), 2014, *A Junta Geral do Distrito do Funchal (1835-1892) e (1901--1976)*, Colecção "Deve & Haver", n.º 4, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

VIEIRA, Alberto e RODRIGUES, Sérgio, 2022, «Banana», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores, pp. 208-216.

VIEIRA, Alcino, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», in *1.as Jornadas da Cultura da Bananeira no Algarve. Comunicações – Comunicaciones*, Quarteira, Comissão Organizadora das 1.as Jornadas da Cultura da Bananeira, policopiado, não paginado.